



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 123

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 13 de fevereiro de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, iniciou-se o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, tendo o Grupo Parlamentar do PS apresentado um [Voto de Congratulação ao Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, pela sua eleição como primeiro Vice-Presidente do Comité das Regiões.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Francisco César (*PS*) e usado da palavra os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*), o voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Sr. Deputado António Lima (*BE*) usou da palavra para fazer uma **Declaração Política**, na qual intervieram os/as Srs./as Deputados/as Mónica Seidi (*PSD*), João Corvelo (*PCP*), José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Graça Silveira (*Independente*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

A **Declaração Política** que se seguiu foi apresentada pelo Sr. Deputado João Corvelo (*PCP*), tendo intervindo os/as Srs./as Deputados/as Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), Mónica Seidi (*PSD*), Renata Correia Botelho (*PS*), Graça Silveira (*Independente*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

A última **Declaração Política** foi apresentada pelo Sr. Deputado José San-Bento (*PS*), na qual intervieram os/as Srs./as Deputados/as Alonso Miguel (*CDS-PP*), Mónica Seidi (*PSD*), João Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Iniciou-se a agenda da reunião com o debate do [Projeto de Resolução n.º 171/XI – “Centro Interpretativo da Base das Lajes”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*), tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Francisco Coelho (*PS*), César Toste (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino Meneses*).

Submetido a votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

De seguida, foi apresentado pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*) o [Projeto de Resolução n.º 157/XI – “Pagamentos em atraso a efetuar no](#)

âmbito da deslocação de utentes do Serviço Regional de Saúde”, da autoria do Grupo Parlamentar do PSD, o qual foi retirado pelo proponente. Dando continuidade à agenda da reunião, passou-se ao Projeto de Resolução n.º 167/XI – “Recomenda ao Governo Regional a construção urgente de uma nova Escola Básica e Secundária da Povoação”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado João Corvelo (*PCP*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Maria João Carreiro (*PSD*), Eduarda Pimenta (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Graça Silveira (*Independente*), João Paulo Ávila (*PS*), Jorge Jorge (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino Meneses*).

Submetido a votação, o diploma foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto os/as Srs./as Deputados/as João Corvelo (*PCP*), João Paulo Ávila (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Maria João Carreiro (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), António Lima (*BE*) e Graça Silveira (*Independente*).

Posteriormente, foi debatido o Projeto de Resolução n.º 146/XI – “Classificação da Igreja do Carmo”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*), tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Tiago Branco (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), João Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino Meneses*).

Submetido a votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Prosseguiu-se com a discussão do Projeto de Resolução n.º 155/XI – “Recomenda ao Governo Regional que transfira para o espólio do

[Ecomuseu da Ilha do Corvo os dois exemplares empalhados do boi - raça anã da Ilha do Corvo que integram atualmente a coleção de História Natural do Museu Carlos Machado](#)”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Iasalde Nunes (*PS*), César Toste (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), João Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*), Paulo Mendes (*BE*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino Meneses*).

Submetido a votação, o diploma foi rejeitado.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

De seguida, passou-se à [Proposta de Resolução n.º 16/XI – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2018”](#), apresentada pela Mesa da Assembleia.

Submetido a votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Por fim, foi aprovado por unanimidade o [Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Sr. Deputado António Vasco Viveiros possa prestar depoimento na qualidade de testemunha.](#)

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 32 minutos.

Presidente: (*Inaudível*)

Eram 10 horas e 06 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

António Gonçalves Toste Parreira

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Mário José Diniz Tomé

Marta Cristina Moniz do Couto

Marta Ávila Matos

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Elisa Lima de **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio de Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)**Paulo Jorge Abraços Estêvão****Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 46 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Portanto, a manhã de hoje está reservada ao PTAP. Há um voto de congratulação, é apresentado pelo Partido Socialista, um voto de congratulação ao Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, pela sua eleição como primeiro Vice-Presidente do Comité das Regiões. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS):**Voto de Congratulação****Ao Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, pela sua eleição como primeiro Vice-Presidente do Comité das Regiões**

Vasco Cordeiro, Presidente do Governo Regional dos Açores, foi eleito, esta quarta-feira, 12 de fevereiro, em Bruxelas, primeiro Vice-Presidente do Comité das Regiões durante dois anos e meio, período após o qual poderá assumir a Presidência deste órgão.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Este é um momento que prestigia os Açores, Portugal e o próprio projeto Europeu, tal como o demonstram as declarações do próprio após a confirmação da sua eleição, que disse: “Eu venho de uma região com nove ilhas, com 245 mil habitantes. E é por isso que hoje este voto por aclamação diz muito mais deste Comité, e da forma como os membros deste Comité

encaram uma Europa de todos, do que dos meus méritos e daquilo que aqui trago.”

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Será a primeira vez, desde a fundação do Comité das Regiões, que este organismo poderá ser presidido por um português, o que poderá acontecer a partir da segunda metade do mandato que agora se inicia, na sequência do acordo alcançado entre os vários grupos políticos – entre os quais o Partido Socialista Europeu e o Partido Popular Europeu, que determina que a Presidência do Comité das Regiões seja rotativa entre o grego Apostolos Tzitzikostas e o açoriano Vasco Cordeiro.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: A escolha do Presidente do Governo Regional dos Açores é, também, o reconhecimento das qualidades políticas e pessoais indispensáveis para o exercício de liderança, num momento particularmente desafiante para a União Europeia.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Qualidades como a capacidade de diálogo, a capacidade de estabelecer compromissos, de procurar, para bem dos cidadãos, o denominador comum que nos deve unir a todos, como representantes do Povo Açoriano, para, em seu nome, pugnar pelo desenvolvimento, pela coesão territorial, social e económica, pela estabilidade e pelo progresso da nossa Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: A eleição de Vasco Cordeiro ocorre num momento crucial, em que a União Europeia enfrenta o desafio do pós-*brexit*, e em que está a ser negociado o próximo Quadro Financeiro Plurianual, instrumento absolutamente decisivo para o sucesso da Política de Coesão, da Política

Agrícola Comum, entre várias outras, que são fundamentais para as regiões europeias e, em particular, para os Açores.

Recorde-se que a Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu têm de consultar o Comité das Regiões quando elaboram textos legislativos sobre matérias em que as autoridades regionais e locais têm uma palavra a dizer, como é o caso dos transportes, do emprego, da política social, da coesão económica e social, da energia e das mudanças climáticas, o que é demonstrativo da importância deste mesmo órgão.

O Comité das Regiões Europeias é um órgão da União Europeia composto por representantes eleitos de autoridades regionais e locais dos 27 estados-membros e que representa cerca de 350 entidades regionais e locais da União Europeia.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe a esta Assembleia Legislativa, reunida em sessão plenária no mês de fevereiro, que seja aprovado um voto de congratulação pela eleição de Vasco Ilídio Alves Cordeiro, Presidente do Governo Regional dos Açores, como primeiro Vice-Presidente do Comité das Regiões.

Mais se propõe que do mesmo seja dado conhecimento ao próprio, ao Governo dos Açores, ao Governo da República, a Sua Excelência o Presidente da República e ao próprio Comité das Regiões.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2020.

Os Deputados, Francisco César, José San-Bento, e Maria Isabel Quinto e José Ávila.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é provincialismo! Em 2020 pode ser o Bolieiro e em 2025 pode ser outro!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado Francisco César.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do PSD se associa ao presente voto relativamente à eleição do Sr. Presidente do Governo para Vice-Presidente do Comité das Regiões. É evidente que é uma honra para os Açores. Portugal tem tido altos cargos na Comunidade Europeia. Eu recordo aqui o Dr. Durão Barroso que foi Presidente da Comissão Europeia durante dois mandatos. E também foi uma honra para Portugal.

E é evidente que essa nomeação, tal e qual como aquilo que são os reforços de verbas e os vários quadros comunitários são um instrumento para a convergência dos Açores com a Comunidade Europeia. Essa convergência não tem ocorrido, infelizmente. E é importante que esta nomeação possa, eventualmente, refletir essa necessidade. Nós, desde 1999 até 2018, não convergimos com a Europa. E, portanto, esperamos é que, a par da satisfação desta nomeação, ...

Deputado Francisco César (PS): Eleição!

O Orador: ... isso também se traduza numa melhoria futura daquilo que é essencial para os açorianos, que é a convergência com a União Europeia, que não tem acontecido.

Muito obrigado.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há alturas na política e nos momentos da vida política açoriana e europeia, há acontecimentos que nos devem encher de orgulho e de alegria. E esta eleição do Presidente Vasco Cordeiro para Vice-Presidente do Comité das Regiões é, naturalmente, um motivo de orgulho para todos os açorianos e para a Região Autónoma dos Açores.

Com certeza que numa altura difícil – do Brexit – e que não se sabe efetivamente como vai ser a distribuição dos fundos comunitários e efetivamente é necessário ter nas mais altas posições um açoriano, para nós, CDS, é motivo de orgulho.

E aprovaremos esse voto com satisfação e convictamente. Não somos daqueles que somos afetados pela dor de cotovelo, ou não somos daqueles que somos afetados muito menos pela inveja.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e da bancada do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte da Representação Parlamentar do PPM, também nos associamos à eleição do Sr. Presidente do Governo Regional como Vice-Presidente do Comité das Regiões. Estes cargos internacionais em organismos internacionais são sempre importantes, porque existe sempre a possibilidade de influir nas decisões destes organismos e muito mais ainda no âmbito de organismos da União Europeia.

No entanto, eu quero chamar a atenção para um pormenor. Por exemplo, no Correio dos Açores, a notícia é: “Acordo político garante a Vasco Cordeiro a Presidência do Comité das Regiões.” Eu quero dizer o seguinte: temos eleições no mês de outubro...

Deputado Luís Garcia (PSD): É um pormenor!

O Orador: ... e o exercício de funções no Comité das Regiões como Presidente apenas poderá ocorrer se o Presidente Vasco Cordeiro for reeleito Presidente da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Eu, por isso, considero que é importante fazer esta referência. É que este título não está correto: “Acordo político garante a Vasco Cordeiro a Presidência do Comité das Regiões.” Porque o Sr. Presidente do Governo Regional ainda não ganhou as eleições! Ainda não ganhou...

Deputada Graça Silva (PS): Mas vai ganhar!

O Orador: Vai ganhar?! O povo é que sabe! Não é o povo que sabe? Não é o povo que tem que decidir? Acho que é o povo que tem que decidir, na minha perspetiva. Estes títulos são títulos que não correspondem e podem colocar em causa a informação que está a ser veiculada, ou seja, de facto, nada está garantido para os Açores, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Tem de falar para a comunicação social!

O Orador: ... porque há umas eleições e a vontade do povo tem que ser respeitada. Temos que esperar a deliberação do povo dos Açores. Temos que esperar e aguardar. E nada por ser dado como adquirido. Em democracia é assim. Há que respeitar. E essa voz, essa última decisão, corresponde ao povo dos Açores.

Nada disto invalida, no entanto, que o cargo da Vice-Presidência seja já algo de enaltecer e a possibilidade de isso vir a ocorrer...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... no futuro também seja muito positivo.

Mas a minha intervenção, Sra. Presidente, termino já, é só no sentido de sermos corretos na análise desta questão e fundamentalmente deixar essa decisão a quem corresponde, que é ao povo dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Passamos agora às **Declarações Políticas**. A primeira cabe ao Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Fechado que está o processo de discussão e votação do Orçamento de Estado, no passado dia 6 de Fevereiro, e, tal como prometemos aos açorianos e açorianas, cabe-nos a nós, Bloco de Esquerda, prestar contas das nossas posições assumidas e que dizem respeito diretamente aos Açores, no quadro do Orçamento de Estado.

Esta Casa, sede por excelência para o debate sobre os problemas da Região, assim como sobre as diversas soluções possíveis preconizadas pelas várias forças políticas, é também por isso local para este debate.

As propostas que apresentamos foram sobre questões centrais que urgem ser resolvidas nos Açores e cuja responsabilidade é do Governo da República.

Reconhecemos a importância de outras propostas que foram apresentadas por outros partidos na mesma sede e que, na sua maioria, tiveram o voto favorável do Bloco de Esquerda.

Em primeiro lugar, o Bloco propôs e fez aprovar a exigência de identificação de um novo terreno para o estabelecimento prisional de Ponta Delgada, exigindo o início dos trabalhos de construção no ano de 2020. Esta proposta foi aprovada apesar do voto contra do Partido Socialista. Agora, para que se cumpra a legalidade e se respeite democraticamente a decisão da Assembleia da República, resta ao Governo da República cumprir o que foi aprovado.

Ouvimos o Partido Socialista considerar esta medida como irresponsável. Aliás, na mesma linha do que defendeu o Partido Socialista também aqui nesta Assembleia, afirmando que tal proposta levaria a que o processo de construção do estabelecimento prisional tivesse que começar de novo. Tudo isso é falso, senão vejamos: a decisão política em avançar com a construção da nova cadeia foi tomada em 2016. Estamos em 2020. Somados mais 2 a 3 anos para lançamento de novo concurso para a remoção da bagacina e a respetiva remoção, chegaremos a 2023. Mais 2 a 3 anos para concursos e construção propriamente dita e chegaremos a 2025 ou até 2026. São 10 anos. E 10 anos é muito tempo!

Para colocar esta construção em perspetiva, comparemo-lo por exemplo com a construção da Ponte Vasco da Gama. A decisão política da sua construção foi tomada em 1991 e a ponte foi inaugurada em 1998 – 7 anos depois. Foi uma obra no valor de 900 milhões de euros, de uma complexidade técnica brutal e reconhecida mundialmente como uma grande obra da engenharia do final do século passado.

É, portanto, injustificável que os Açores esperem 7 anos pela construção de um estabelecimento prisional. É tempo de acabar com esta encenação para açoriano ver!

Destino diferente teve a proposta do Bloco de Esquerda que defendia a gestão pública dos cabos submarinos de comunicações, que serão em breve substituídos. Trata-se de um investimento de grande importância estratégica

para os Açores, sendo essencial para a economia do futuro. Entregar a sua gestão à iniciativa privada, como atualmente acontece, é privilegiar uma operadora em detrimento de outras, como acontece hoje em dia e que estas se eximam então de fornecer aos açorianos e açorianas serviços nas mesmas condições de qualidade e preço que oferecem no continente.

Hoje, quando se reconhecem as consequências tão negativas das privatizações da ANA ou dos CTT, por exemplo, não podemos permitir que se cometa o mesmo erro com as telecomunicações.

Aprovada por unanimidade, foi uma proposta que exige clareza no processo de descontaminação de solos e aquíferos da ilha Terceira, com emissão de relatórios claros e atempados, facto com o qual nos congratulamos com a sua aprovação unânime.

Propusemos dar ao Observatório do Atlântico, na Horta, o carácter de Laboratório de Estado, proposta que foi rejeitada com os votos contra do Partido Socialista, a abstenção do PSD, do CDS e do Chega.

A importância e a riqueza do nosso mar só podem ser defendidas e potenciadas com o conhecimento e com a investigação. Não podemos entregar este potencial aos interesses externos, ficando os açorianos e açorianas apenas a assistir.

Propusemos ainda o alargamento da redução tarifária dos transportes coletivos às regiões autónomas, proposta que foi aprovada e que esperamos agora pela sua concretização.

Propusemos um novo regime para acabar com as filas para o reembolso do subsídio de mobilidade, proposta rejeitada com o voto contra do Partido Socialista e a abstenção do PSD e do CDS.

Finalmente, propusemos ainda o lançamento do concurso para o cumprimento das obrigações de serviço público para a carga aérea, proposta que foi aprovada, assim como aprovada foi a garantia da segunda tripulação

para busca e salvamento nas Lajes, medidas que esperamos que sejam agora também elas concretizadas.

Por dever democrático, prestamos contas destas propostas aos açorianos e açorianas. São propostas sobre assuntos estruturantes para a nossa Região e que por isso merecem amplo e participado debate, como este que hoje promovemos com esta declaração política.

Tal como dissemos no passado, os açorianos e açorianas podem contar com o Bloco de Esquerda, quer aqui, quer na Assembleia da República.

Honraremos essa promessa no futuro, de forma cristalina, sem máscaras, ilusões ou expedientes justificativos para o que não cumprimos.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições. Julgo não haver. E não havendo...

Sra. Deputada, eu vou-lhe dar a palavra, mas já vos digo que há mais duas declarações políticas e não acontece mais.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Como é óbvio, saudamos o Bloco de Esquerda pelas medidas apresentadas, pois, de facto, algumas delas relevam aquilo que é o superior interesse dos açorianos. E obviamente que aquilo que é o superior interesse dos açorianos sobrepõe-se a questões partidárias.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Às vezes não parece!

A Oradora: E por isso mesmo, algumas destas propostas, senão a grande maioria, contaram com o voto favorável dos Deputados do PSD eleitos na Assembleia da República, porque são, como já disse, questões de elevado interesse para os açorianos.

Agora, há aqui algo que eu penso que é importante referir: é que muitas destas propostas não são inéditas. Infelizmente, são, antes, incumprimentos da parte do Partido Socialista na República, que tardam a ser cumpridos aqui na Região e que constam da dita Declaração Conjunta, de abril de 2016, que foi assinada por ambos os governos e que, infelizmente, até ao momento, grande parte destas medidas que lá estão inscritas continuam por não serem realizadas e implementadas, beneficiando assim todos os açorianos.

Em relação ao estabelecimento prisional, de facto, o PSD/Açores também tem matéria, tem algum historial sobre este assunto. Tem reivindicado junto da República a necessidade premente de se dar início a um processo que resolva, de uma vez por todas, toda esta situação, mas, de facto, aquilo que se verifica até agora é que nada está resolvido. E, ao fim de 10 anos, continuamos sem ter, de facto, um estabelecimento prisional que sirva o interesse dos açorianos. De referir que a atual solução encontrada, de facto, é inadequada e tem contribuído para este atraso, além de ter a possibilidade de, curiosamente, subtrair património à Segurança Social.

Mas também pensamos que aquilo que agora e daqui para a frente importa é que de facto se proceda rapidamente a uma solução. Uma solução que, em nosso entender, deve passar pelo rápido envolvimento do Governo Regional, das autarquias de Ponta Delgada, de Vila Franca, da Lagoa e da Ribeira Grande, em que se encontre um terreno que tenha as condições exigidas (que também sabemos quais são) e que de facto esse terreno seja público ou seja privado, mas aqui o importante é que sirva as condições que são necessárias e que são impostas para um projeto desta envergadura. E que, rapidamente, o Governo Regional apresente um conjunto de soluções ao Governo da República para que definitivamente se possa dar início a este processo, porque 10 anos de atraso para um projeto destes é de facto lamentável. E em relação a esse assunto, penso que este é um contributo que esta bancada mais

uma vez dá e que é um contributo de fácil execução e que deverá envolver todos os partidos aqui envolvidos.

Em relação a outros pontos que falou na sua declaração política, a segunda tripulação, de facto, esta também é uma matéria que, em nosso entender, é lamentável e já mereceu, na presente legislatura, a elaboração de dois votos de protesto para que, de facto, a República, de uma vez por todas, cumprisse com aquilo que afirma na alínea c) do ponto 7 da Declaração Conjunta, que alude a este mesmo problema dizendo que, e passo a ler, “foi, também, decidido que, até ao final do segundo semestre de 2016, será assegurada a permanência, nos Açores, de uma tripulação adicional para o helicóptero de busca e salvamento”. Infelizmente, findos 4 anos, esta solução ainda não se verifica. Tem havido altos e baixos, com presenças e ausências da tripulação. O que é certo é que é mais uma medida que, infelizmente, os açorianos continuam por ver cumprir.

Relativamente ao transporte de carga aérea, também mais uma das medidas presentes na Declaração Conjunta e que mereceu o voto favorável desta bancada, porque, obviamente, é uma medida bastante pertinente no fomento da economia açoriana. E, portanto, também, mais uma vez, não conseguimos compreender esta incapacidade do Governo da República em cumprir esta medida. Já foram lançados vários concursos. Certamente, os que foram lançados ficaram desertos porque as condições que constam nos concursos não devem ser atrativas para quem concorre. O que é certo é que, mais uma vez, temos aqui um incumprimento que vem prejudicar aquilo que são os interesses dos açorianos e dos Açores.

Finalmente, um assunto que é bastante particular da ilha Terceira, mas que acaba por envolver toda a Região, a questão da descontaminação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe, o Turismo! Os trabalhadores de Angra!

A Oradora: É óbvio que nós temos que votar ao lado do Bloco de Esquerda em relação a esta medida porque esta é também uma medida que preocupa, e muito, esta bancada. E aquilo que temos vindo a assistir é a alguma falta, eu não digo de transparências porque tenho que reconhecer que tem havido um esforço do Exmo. Sr. Presidente do Governo da República em tentar tornar o processo transparente, mas aquilo que... peço desculpa, o Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional em tornar o processo transparente, mas aquilo que temos assistido é que, e o último caso que recentemente foi notícia, o PIT 18, ao fim de 4 anos, pame-se, depois de ter havido um derrame acidental, depois de terem sido removidos apenas 10 cm de terra que foram cobertos por plástico e que as vacas acabaram, obviamente, por fazer a remoção do plástico, nada ou pouco foi feito. E agora, em 2020, vem o Governo da República inscrever 1 milhão de verbas para tratar este problema, sendo que durante 4 anos nada mais fez, sabendo que foram identificadas e notificadas entidades com competência nesta matéria.

Portanto, obviamente que o PSD tem uma palavra a dizer sobre aquilo que são as medidas e por isso votou-as favoravelmente, considerando sempre que o que aqui está em causa é o interesse dos Açores e o interesse dos açorianos. E todas as medidas que forem apresentadas com este sentido merecerão da parte da bancada do PSD a sua aprovação.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados:

O PCP congratula-se com o conjunto de propostas aprovadas, mas é preciso repor alguma verdade no que é aqui dito. Aliás, é preciso não ter a memória curta e lembrar-nos, por exemplo, que o antigo Governo do PSD, que era amigo das famílias, o que fez quando estava no Governo foi: atacou o rendimento das famílias, ou seja, aumentou as despesas com funções sociais do Estado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O rendimento das famílias nos países comunistas é uma coisa...

O Orador: Ao contrário do contributo, por exemplo, do PCP: os manuais escolares gratuitos até ao 12.º ano; aumentou o abono de família; a melhoria dos salários. Mais uma vez, o Governo do PSD era a favor dos reformados e o que é que fez? Cortou as reformas, cortou as férias, cortou o subsídio de férias!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É preciso repor alguma verdade nesta Câmara, que é: por iniciativas do PCP, estas medidas puderam ser contrariadas.

Aliás, é preciso não deixar de lembrar aqui nesta Casa que, nesse Orçamento de Estado para 2020, o PCP propôs:

O direito à mobilidade dos cidadãos na Região Autónoma, que foi aprovada;
A Cadeia de Apoio na Horta, medida que foi aprovada, proposta pelo PCP;
A reabilitação dos tribunais na Região Autónoma dos Açores, medida que foi aprovada e foi iniciativa do PCP;

O reforço das tripulações de busca e salvamento na Região Autónoma dos Açores, medida proposta pelo PCP e aprovada no Orçamento de Estado;

Em relação aos trabalhadores da Cofaco, que foi votado no Orçamento de Estado de 2019 com o voto contra do PS e do PSD, para a majoração dos trabalhadores da Cofaco, medida que foi aprovada no Orçamento de Estado para 2020.

O PCP congratula-se por este conjunto de propostas aprovadas no Orçamento de Estado para 2020, considerando a sua importância para a população. Foram avanços, mas precisa muito mais, muito mais para garantir a harmonia das nove parcelas na Região Autónoma dos Açores!

Deputado Francisco César (PS): A gente votou a favor!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional. Sr. Secretário Regional, tem agora a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente a esta declaração política do Bloco de Esquerda sobre o Orçamento de Estado, não pode o Governo deixar de participar neste debate para fazer duas ou três referências. Não me vou debruçar especificamente sobre todas as medidas que o Sr. Deputado António Lima referiu, até porque não teria tempo para isso, mas não posso deixar de dizer, porque me parece absolutamente claro, que da parte do Governo da República temos tido uma grande vontade de cooperação e de materialização de coisas positivas para a Região Autónoma dos Açores. Os últimos 4 anos julgo que são uma prova clara dessa perspetiva política do Governo da República de ser verdadeiramente um Governo da República de um Estado unitário com regiões autónomas. E são bastos os exemplos de medidas que foram tomadas a favor das regiões autónomas, no caso em concreto da Região Autónoma dos Açores, que mostram bem que temos um Governo da República que se preocupa permanentemente com os Açores e com as funções do Estado na Região Autónoma dos Açores. E a verdade é que, também, o Orçamento de Estado para 2020 materializa também um conjunto de várias opções.

Eu não vou estar aqui a dizer que tudo corre bem, naturalmente que não vou estar. Há questões que têm que ser melhoradas. Há questões cuja velocidade de implementação tem que ser aumentada, com certeza. Há questões que têm que ser implementadas mais rapidamente. E o Governo dos Açores, aquilo que fará, será em coerência com o espírito de cooperação e de entendimento que tem desenvolvido ao longo dos últimos anos com o Governo da República. Continuará a fazê-lo, naturalmente, na implementação do Orçamento de Estado para 2020, que, julgamos nós, é um bom Orçamento de Estado para o País e é um bom Orçamento de Estado também para a Região Autónoma dos Açores.

E é importante relembrar também o seguinte: este Orçamento de Estado materializa também algo muito importante para nós, que é a assunção por parte do Governo da República da necessidade imperativa de apoiar a Região Autónoma dos Açores a fazer face aos prejuízos do furação “Lorenzo”. Permitam-me dizer-vos, Sras. e Srs. Deputados, numa atitude que contrasta grandemente com aquela que foi a atitude que tivemos no Governo da República anterior ao ano de 2015.

E dizer também o seguinte: este Orçamento de Estado será aplicado e implementado a partir já das próximas semanas e tem também um conjunto de pressupostos de proximidade e de coesão territorial em todo o País que serão também eles materializados no próximo mês de abril, quando o Governo da República tiver aqui na nossa Região um Conselho de Ministros, também, para discutir aprofundadamente as questões que dizem respeito aos Açores.

E o Governo Regional continuará a acompanhar, a pressionar o Governo da República quando assim tiver que ser e a cooperar permanentemente com o Governo da República para materializar as melhores soluções para a nossa Região.

Mas é importante referir uma questão, Sr. Deputado António Lima, e uma matéria à qual o Sr. Deputado se referiu com mais ênfase na sua intervenção. Refiro-me ao estabelecimento prisional de Ponta Delgada. Sr. Deputado António Lima, sejamos muito claros... Sr. Deputado António Lima e a coligação negativa que se gerou na Assembleia da República relativamente a essa matéria e à proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda. Nós, aliás, tivemos oportunidade de discutir aqui este assunto no último Plenário.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi a geringonça a coligação mais negativa!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, açorianas e açorianos, sejamos muito claros, a aprovação da proposta do Bloco de Esquerda na Assembleia da República atrasa irremediavelmente a construção do estabelecimento prisional de Ponta Delgada! Disso não tenhamos qualquer dúvida! Um estabelecimento prisional daquela dimensão, um estabelecimento prisional com aquele conteúdo funcional, um estabelecimento prisional tal como está projetado não se prepara nem se faz num ano ou em dois anos. É uma obra complexa!

Deputada Graça Silveira (Independente): Não há mais terreno em São Miguel? Só a Mata das Feiticeiras?

O Orador: É uma obra que carece de uma avaliação aprofundada, como foi isso que aconteceu. É uma obra e um investimento que carece da devida preparação nas instâncias próprias. E, portanto, Sr. Deputado, eu julgo que essa aprovação da sua proposta foi uma aprovação leviana, foi uma aprovação impreparada, \...

Deputada Mónica Seidi (PSD): O que os senhores fizeram até agora foi o quê?

O Orador: ... que atrasa irremediavelmente o investimento no estabelecimento prisional de Ponta Delgada. E se Ponta Delgada e São

Miguel não terão, tal como estava estabelecido, um estabelecimento prisional no médio prazo, terão a longo prazo e isso deve-se à proposta que o Bloco de Esquerda, infelizmente, fez aprovar na Assembleia da República. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(* **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Apenas para referir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista conta também fazer, nesta manhã, uma declaração política sobre o mesmo tema.

Queria reiterar aquilo que o Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares acabou de referir precisamente sobre uma matéria que nos ocupou aqui no final dos trabalhos do mês passado.

E, dito isso, não poderia terminar sem deixar uma referência de que o Orçamento de Estado para 2020 é muito positivo para os Açores: aumenta as transferências para a Região; reforça os serviços do Estado no arquipélago; e também aprofunda os mecanismos de solidariedade nacional. Por isso, o Partido Socialista nos Açores está satisfeito e orgulhoso deste Orçamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero começar por dizer que, em relação ao Orçamento de Estado, fiquei, como muitos portugueses ficaram, chocado com o taticismo que foi ostensivo por parte dos Grupos e Representações Parlamentares representados na Assembleia da República. Considero que este taticismo, que obviamente existe na vida parlamentar, é um taticismo que, quando excede de facto aqueles que são os instrumentos regimentais, aqueles que são os instrumentos de discussão parlamentar frontal, quando existe esse excesso, é algo que é absolutamente condenável, porque as pessoas o que consideram é que é muito importante que o posicionamento de cada partido seja absolutamente claro e objetivo. E tem que existir coragem política no sentido de assumir o posicionamento de cada partido. É este tipo de taticismo excessivo no debate parlamentar que provoca o desencantamento das pessoas em relação ao sistema parlamentar e o crescimento do populismo. Eu não podia deixar de dizer isto, porque acompanhei o debate parlamentar e considerei que esse foi, na minha perspetiva, um ponto lamentável da discussão parlamentar no âmbito da Assembleia da República.

Quero também dizer e aproveitar esta oportunidade, que se enquadra perfeitamente, para fazer uma referência muito breve também ao facto de o Parlamento dos Açores ter sido acusado, desta vez e noutras vezes, de não fazer chegar o seu parecer em relação a questões em que temos essa obrigação estatutária e constitucional. E temos esse direito, fundamentalmente esse direito. Eu quero dizer também que esse tem sido um problema de Lisboa e da Assembleia da República em relação ao Parlamento dos Açores, que tem existido. E tem vindo a diminuir, é verdade, mas tem existido, ao longo de todo este tempo, um desrespeito pelo Parlamento dos Açores nesta matéria. E muitas vezes somos colocados perante questões em que a resposta tem que ser imediata. Ou até já tivemos situações em que nos são pedidos pareceres sobre questões que entretanto já foram votadas na

Assembleia da República. É bom que isto se diga e que não se penalize o Parlamento dos Açores por uma questão em que o Parlamento dos Açores não tem culpa nenhuma. E, portanto, a responsabilidade não é nossa. A nossa responsabilidade é fazer chegar às instâncias, à Assembleia da República e aos outros órgãos de soberania, fazer chegar, da nossa parte, o nosso descontentamento e a absoluta convicção que estas coisas têm que mudar. Agora, penalizar o Parlamento dos Açores de uma questão em que nós não temos nenhuma responsabilidade... pois, essa questão tem que ficar bem clara.

E devo dizer também, para terminar, que não estou contente com o conjunto de compromissos que foram assumidos por parte do Estado em relação aos Açores. Continuam por cumprir muitos daqueles que são os compromissos do Estado em relação aos Açores, não só por este Governo, como por Governos anteriores. E essa é uma referência que tem que ser feita no sentido de considerarmos que temos que ser absolutamente objetivos. Por exemplo, referenciando o problema da descontaminação, em que de facto não há avanços nesta matéria.

Deputado José San-Bento (PS): Há sim, senhor! Está mal informado!

O Orador: E era muito importante que o Estado assumisse um compromisso firme nesta matéria, coisa que, na minha perspetiva e na minha análise, não sucedeu e não existem nenhuma garantias para que isso irá suceder no futuro. A mesma coisa em relação aos radares meteorológicos e muitas outras questões do Estado, em que o Estado, de facto, não tem exercido as suas competências e aquilo que pertence às suas competências no âmbito do exercício das suas funções no nosso território.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Naturalmente que todas as medidas, independentemente de quem as propõe e que sejam para beneficiar a Região Autónoma dos Açores, que nós ficamos satisfeitos com elas porque elas vão diretamente ter utilidade e benefício para os açorianos, venham do PCP, venham do PSD, venham do PS, venham de quem vier. E, portanto, se o BE conseguiu essas medidas, só merece a nossa felicitação por as ter conseguido na negociação do Orçamento de Estado.

Agora, devo dizer uma coisa: há um assunto que, desde... não é de hoje, não é de ontem, não é de anteontem, é de há anos, em que ficamos praticamente sozinhos nesta Casa a defender a contaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira. Em 2011. E reconhecendo, efetivamente, ultimamente, o empenho do Presidente do Governo, na Comissão Bilateral Permanente, sobre essa matéria, o que é certo é que o Governo da República não tem cumprido aquelas que são as suas obrigações, nomeadamente no cumprimento da Lei das Finanças Regionais, que é clara sobre essa matéria de quem são as responsabilidades. É o Governo da República que tem que implementar um processo de descontaminação eficaz, eficiente, rápido e transparente na ilha Terceira. E até hoje não o fez! E o ano passado, nós pusemos 10 milhões de euros no Orçamento. Foi chumbado. É um problema sério! É um problema que já tem anos, esse sim! Pelo menos é denunciado na comunicação social dos Açores, nomeadamente na comunicação social da ilha Terceira, desde 2008. O CDS, em 2011, trouxe este assunto aqui com a gravidade que já na altura tinha.

Recentemente, tivemos notícia de um derrame num pipeline que se dizia que estava inerte. Foi dito nesta Casa, pelo então responsável do Ambiente, que o pipeline do Cabrito estava inerte, só tinha um tubo, dentro não tinha nada. Tem um derrame com 3 metros de profundidade! Pior do que isso, não foram tomadas as medidas de proteção e de contenção! O gado continua a pastar lá

nesses serrados! Continua aberto! Não foi isolado o local! E já não é apenas o Governo da República, já é responsabilidade acrescida também do Governo Regional. A saúde pública! Aquilo é um problema de saúde pública! E esperemos que daqui a uns anos não se venha a pagar um alto preço pela negligência que hoje em dia se está a ter.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais...

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(* **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Bom, obviamente que não há outra alternativa de bom-senso que não seja solidarizar com a iniciativa do Bloco de Esquerda. Vem o Sr. Secretário dizer que foi de uma enorme irresponsabilidade. Então, todos os Deputados na República que perceberam que é uma loucura fazer uma cadeia na Mata das Feiticeiras, que só com um enorme feitiço e muitos milhões para conseguir retirar de lá toda a gravilha e daqui a não sei quantos anos e os processos e os projetos que são anulados, portanto, é para não termos cadeia, a não ser nos próximos 20 anos, porque ninguém acredita, no seu estado de sanidade mental, que não existe mais nenhum lugar em Ponta Delgada...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Diga onde!

A Oradora: ... ou em São Miguel para construir uma cadeia a não ser na Mata das Feiticeiras.

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): Diga um!

A Oradora: E mais, há 4 anos atrás, novamente em véspera de eleições, o Sr. Primeiro Ministro Costa veio cá e prometeu um observatório do mar, que não existe. A Lei da Gestão e do Ordenamento do Espaço Marítimo, que na

altura, a Ministra Assunção Cristas, que era a pior Ministra contra a autonomia, passaram 4 anos, os Ministros do PS, ninguém alterou a lei. Agora temos um Ministro que até do Faial, vamos lá ver se eles finalmente vão proteger os Açores em termos de gestão partilhada. Mas vamos estar aqui para ver...

Deputado João Paulo Ávila (PS): A senhora vai estar?

A Oradora: ... e, provavelmente, daqui a 4 anos, vamos estar a fazer exatamente o mesmo discurso aqui em relação à gestão partilhada.

Da execução do PREIT, o Sr. Deputado Artur Lima já falou, e bem, da questão da descontaminação, mas as promessas para a Terceira vão muito para além da questão da contaminação, que essa nem sequer deve ser negociável. Tudo aquilo que era o apoio à Terceira devido ao downsizing da Base das Lajes, zero! Até hoje, a República o que é que deu para a Região em relação de PREIT? Zero! E, portanto, não vale a pena todo este jogo político, porque, efetivamente, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é verdade!

A Oradora: ... neste jogo do empurra de quem é que tem politicamente mais votos e politicamente menos votos, os açorianos continuam prejudicados e cada vez mais desacreditados com o que se passa nesta Casa.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para fazer o encerramento da declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Bem, neste encerramento da declaração política, gostaria de começar por referir e reforçar algo que também já foi dito no início das intervenções que se seguiram à minha intervenção inicial. É verdade que muitas destas

medidas ou destas intenções, que já existiam em vários Orçamentos de Estado e situações que já estavam de facto inscritas em vários Orçamentos de Estado, mas, efetivamente, estavam muitas vezes inscritas como intenções, como um processo que supostamente estariam em curso, como é caso do estabelecimento prisional de Ponta Delgada. E, muitas vezes, a verdade é que os Açores têm sido preteridos, os investimentos necessários têm sido adiados, não têm sido executados. E esse adiamento e esse abandono desses investimentos têm servido para engrossar aquelas que são as contas públicas, ou seja, os Açores têm sido esquecidos em função do Governo da República ter números de défice mais chorudos para fazer boa figura em Bruxelas. É isso que tem tantas vezes acontecido com as medidas que têm estado inscritas no Orçamento de Estado.

E aquilo que, em muitas medidas, o Bloco de Esquerda procurou fazer foi dar um caráter imperativo e um prazo limite para se executarem e se iniciarem efetivamente os investimentos. Foi o caso do estabelecimento prisional de Ponta Delgada, mas também foi o caso das obrigações de serviço público de carga aérea, e que reforço aqui e referi na minha intervenção inicial, que estão previstas desde 2015, desde a criação do novo modelo de transportes aéreos e que nunca, até hoje, entraram em vigor. E é algo que prejudica a economia dos Açores e é algo que está efetivamente em falta, porque está prevista na lei e nunca foi cumprida.

É o caso da descontaminação também aqui referido, com situações que se vão conhecendo de gravidade significativa e que não têm... e que na prática começa-se a ver que não há uma resolução efetiva do problema que efetivamente dê passos significativos para a descontaminação efetiva da Terceira, dos solos e aquíferos da ilha Terceira. E vemos que aquilo que se colocou no Orçamento de Estado é a obrigatoriedade de cumprir aquilo que a Assembleia da República já tinha dito, um conjunto de medidas que estão

previstas em Resolução da Assembleia da República, que efetivamente podem ter benefícios muito positivos no processo de descontaminação. E é preciso que essas medidas sejam publicadas e que essas situações que também foram recentemente denunciadas sejam conhecidas. E é por isso que também exigimos que seja publicado um relatório dentro de 6 meses relativamente ao cumprimento dessas medidas.

E indo à questão do estabelecimento prisional de Ponta Delgada, diz o Sr. Secretário Regional que esta foi uma aprovação leviana e que houve uma coligação negativa na Assembleia da República. Bem, a coligação negativa que houve na Assembleia da República foi muito semelhante à coligação negativa que existiu aqui na Assembleia Legislativa sobre esta matéria, em que todos os partidos, exceto um, consideraram que aquele terreno não tem condições absolutamente nenhuma para se construir um estabelecimento prisional, ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor é especialista em terrenos, por isso pode dizer isso!

O Orador: ... porque, de facto, é a realidade que o demonstra, porque o Governo vai passar 2 anos numa obra prévia de remoção de bagacinas. E que toda a opinião pública, todos as açorianas e açorianos já perceberam que aquilo não tem qualquer viabilidade e que não se pode continuar a insistir no erro.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Qual é a solução, Sr. Deputado? Arranje uma solução!

O Orador: E agora há uma decisão da Assembleia da República. E eu não quero acreditar que o Governo da República, que obviamente tem que cumprir o Orçamento de Estado, e que o Governo Regional, também, não vão acatar aquela decisão e trabalhar, arregaçar as mangas para encontrar rapidamente uma solução que permita que os procedimentos relativos à

construção se iniciem este ano. Não é daqui a 2 ou 3 anos como aconteceria se o terreno da Mata das Feiticeiras fosse o terreno selecionado.

Deputado José San-Bento (PS): Porque é que os senhores não propõem um terreno?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Poderiam ser responsáveis pelo atraso do processo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Aquilo que nós esperamos e que não se pode deixar de fazer é o cumprimento daquilo que foi aprovado no Orçamento de Estado.

E há aqui uma diferença muito grande, efetivamente, entre o que aconteceu na Assembleia da República e o que aconteceu aqui nesta Assembleia: é que a mesma proposta teve os mesmos sentidos de voto, aqui foi chumbada e na Assembleia da República foi aprovada. A diferença é que aqui o Partido Socialista tem maioria absoluta e tem o poder absoluto. Na Assembleia da República não é assim, imperou o bom-senso, imperou o superior interesse dos Açores. E esperamos que essa medida seja agora implementada e que finalmente se deixe de processos menos claros (que é esse processo da Mata das Feiticeiras) e se avance com a construção do estabelecimento prisional de Ponta Delgada, porque é uma questão de direitos humanos que já devia estar, há muito, resolvida. Já chega de se esperar mais tempo pela sua resolução!

Deputado José San-Bento (PS): Isso é cinismo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerramos a declaração política do Bloco de Esquerda.

A próxima cabe ao PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Afirmar que quase 32% dos açorianos vivem com rendimentos monetários líquidos inferiores a 500 euros por mês e que a média do País, segundo o Instituto Nacional de Estatística, está nos 17.2%, é apenas constatar aquilo que sobejamente tem sido divulgado pela comunicação social.

Voltar a este assunto e uma vez mais trazer a debate assunto de tão grande relevância é recordarmos perante esta Assembleia um assunto, desde sempre e tal como a Representação Parlamentar do PCP já o fez em mandatos anteriores, como por exemplo o fizemos há sensivelmente 10 anos, precisamente no dia 21 de Janeiro de 2010, um problema que, para além de não ter sido minimamente resolvido, bem pelo contrário, continua a agravar-se. Sim, o que é um facto é que a pobreza nos Açores tem vindo continuamente a agravar-se.

Num estudo do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores que tivemos acesso, se por um lado podemos avocar razões históricas como a forma como a terra foi distribuída aos povoadores, resultando que um número pequeno de indivíduos se tornou proprietário da maioria das terras e que tal se tenha mantido e até agravado sobretudo nas ilhas mais povoadas e maiores, por outro lado refere também o mesmo estudo que a causa estará, e citamos, “na adequação perversa entre oferta e procura de empregados com baixas qualificações (e ordenados)”. Fim de citação.

Mas diz-nos mais o referido estudo, senão vejamos, e passo a citar: “Os Açores são uma região em que, fora do emprego público, as principais atividades são o comércio, a agricultura, as pescas e a construção civil. Ora, boa parte destas atividades estão associadas ao que podemos designar como empregos sem qualidade, isto é, fracamente remunerados, precários, perigosos e penosos.” E mais adiante afirma: “Boa parte dos homens trabalhava em atividades sem qualidade, embora cerca de um quarto tivesse

uma situação laboral estável. Acresce que esta estrutura de mercado de trabalho alicia os mais novos a saírem precocemente da escola para ingressarem em atividades desqualificadas, mas de fácil acesso, algo que implica que a escolaridade acaba por não desempenhar um papel relevante na redução da pobreza das gerações mais novas.” Fim de citação.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Os trabalhos que acabamos de citar são bem elucidativos dos gravíssimos problemas sociais que encerram as situações de extrema pobreza e de exclusão social na nossa Região.

É cada vez mais claro que as situações de pobreza e de exclusão social têm a sua origem, não apenas em situações de desemprego, como também e fundamentalmente em situações de emprego cujos baixos salários, por um lado não são de modo a evitar estas situações de extrema pobreza, como elas próprias conduzem a outras preocupantes situações sociais como seja o abandono escolar precoce para que os filhos comecem, desde muito novos e sem possibilidade de cumprir a escolaridade obrigatória, a trabalhar para ajudar o sustento do seu agregado familiar. Esta era uma situação que, sendo frequente antes do 25 de Abril, já deveria estar há muito abolida no Portugal democrático e concretamente na nossa Região, e que não podemos deixar de veementemente denunciar.

É sabido que, tendo-se em atenção apenas os rendimentos de trabalho, de capital e de transferências privadas, cerca de 60% da população dos Açores estaria em risco de pobreza, contra 43.4% a nível nacional. É, pois, deveras preocupante a nossa situação ao nível da situação de pobreza e de exclusão social se comparada com a média do nosso País.

É por demais evidente que urge pôr em prática na nossa Região uma política que crie e potencie a criação de riqueza em vez de apenas criar ricos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga-me qual é a fórmula!

O Orador: Que dinamize a economia em vez de subordinar a economia a meros interesses de grupos empresariais que não têm o mínimo de interesse em criar riqueza na sociedade e muito menos em combater o flagelo da pobreza e da exclusão social, preferindo, desde longe, uma sociedade assistencialista e a viver de esmolas do que uma sociedade verdadeiramente solidária.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é que é! O senhor dormiu com os pés de fora!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado Corvelo, permita-me que lhe diga que o problema da economia não é criar ricos, é criar pobres. E é com isso que nós devemos estar preocupados.

É um facto de que os Açores apresentam a maior taxa de risco de pobreza do País. Segundo os dados mais recentes, 31.8%, em relação à média nacional de 17.2%. E essa matéria, de facto, preocupa o CDS e tem-nos feito trazer esta matéria a debate com frequência nesta Casa. O combate à pobreza, para o CDS, não é uma novidade, é algo que está na nossa matriz, está no nosso ADN e que nos tem feito trazer muitas vezes a debate este tema.

Para o CDS, o combate à pobreza, a integração social, a dignidade individual e a dignidade das comunidades passa essencialmente pela educação e pela formação, passa pela escolarização, passa por medidas de melhoria do acesso à saúde, passa por medidas sociais e de apoio às famílias e às empresas. E, nesta matéria, têm sido muitos os contributos que o CDS-PP/Açores tem dado a favor dos açorianos:

Na Saúde, com o apoio aos doentes deslocados, com o aumento das diárias dos doentes deslocados, com a criação de uma rede de residências para doentes deslocados, com a criação do COMPAMID para que os mais desfavorecidos possam comprar os seus medicamentos, com medidas dirigidas aos cidadãos portadores de deficiência;

Na Educação, com a criação do prémio de mérito para os alunos que integrem o ensino superior;

Na componente social, com a proposta de isenção do pagamento de creches para os açorianos que mais precisam.

E, portanto, esta é uma preocupação antiga do CDS, é uma preocupação de sempre e os açorianos poderão contar com o contínuo empenho do CDS-PP/Açores para medidas de apoio social às famílias, para a formação, para a educação, para a saúde, para a coesão, para a fixação de população e para todas as formas que possam servir de combate à exclusão da pobreza.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Bem, coube à Representação Parlamentar do PCP trazer, neste momento, a debate digamos que a situação social e económica dos Açores. Aliás, esse é o título do estudo que foi referido pelo Sr. Deputado João Corvelo, um estudo da autoria da Universidade dos Açores e que tem em conta um período que vai desde 2001 a 2018. E focando naqueles que são os dados mais recentes, de 2017, damos facilmente conta daqueles que são dados que já foram amplamente divulgados desde o ano passado, até pelo Instituto Nacional de Estatística, e que facilmente concluímos que a Região continua a apresentar uma taxa de pobreza que é quase o dobro daquela que é registada a nível nacional. A isso acho que devemos também considerar que essa taxa de pobreza, que é o dobro daquela

que é registada a nível nacional, é acompanhada por uma evolução positiva, um crescimento assinalável no PIB per capita. Ora, o que é que isto quer dizer, quando nós temos por um lado um aumento da taxa de pobreza e por outro lado um crescimento do PIB per capita? Quer dizer que estamos perante uma situação de desigualdade na distribuição de rendimentos. E interessava perceber como é que esta distribuição está a ser feita, porque ela está a ser mal feita. Para isso não restam quaisquer dúvidas. Agora, também é verdade que esta taxa de pobreza só não é maior...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino.

... porque existem, felizmente, apoios sociais que conseguem, de alguma forma, atenuar os efeitos da pobreza, como o rendimento social de inserção. E devo aqui digamos que desagregar aqueles que são os beneficiários do rendimento social de inserção. E se formos a desagregar, tal e qual como consta do estudo que foi aqui referido, 40% dos indivíduos, dos beneficiários, estão em idade escolar. E 26% destes indivíduos, que detêm entre 40 a 64 anos de idade, ou seja, estão em vida ativa, muitos deles até têm trabalho. E um trabalho que, infelizmente, é tão mal remunerado que tem que ser complementado pelo rendimento social de inserção. E por isso é que a chave para escapar à pobreza e para termos uma região com uma mais justa distribuição da riqueza está também numa mais justa remuneração do trabalho, que isso tarda muito a acontecer na nossa Região.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o PTAP.

Pergunto se há inscrições. Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Membro do Governo:

Obviamente que não nos orgulha de apresentarmos uma taxa de pobreza que se situa na ordem dos 31.8%, em contraciclo daquilo que se observa a nível nacional. E devemos encarar este facto com alguma preocupação, porque, de facto, pensamos nós que o aumento da pobreza é a maior vergonha de qualquer governação, mas também a sua superação é o maior desafio do desenvolvimento desta mesma região. E, portanto, para que seja possível ultrapassar estes problemas sociais que afetam a nossa Região, precisamos sim de um verdadeiro desenvolvimento, desenvolvimento este mais consequente e obviamente mais consistente.

Para esta bancada, e recordo que fomos a única bancada a entregar um contributo no âmbito da Estratégia Regional de Combate à Pobreza, com propostas que foram entregues e dirigidas neste âmbito e que mereceram, obviamente, a atenção da parte da tutela, pensamos nós que o combate à pobreza se faz com uma aposta forte a nível da Educação, a nível da Habitação, da Saúde, do Emprego.

Deputado Carlos Silva (PS): Nós também dizemos isso, Sra. Deputada!

A Oradora: E importa, sim, que haja uma promoção da transição de apoios de cariz assistencialista para que possamos assistir a um verdadeiro projeto de vida, associado também a um ideal de mobilidade social.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Mas foi só isso que propuseram?!

A Oradora: A nível de Educação, a Região Autónoma dos Açores apresenta uma taxa de abandono escolar precoce que se situa nos 27% e que a nível nacional se situa nos 10%, sendo que o grande objetivo da Estratégia Europeia 2020 era que nos situássemos nos 10%. Ora, recordo, estamos nos 27%. Recordo que, no início desta legislatura, a taxa de abandono escolar precoce na Região era de 26.9% e que a nível nacional era de 14%. Ora, aqui também estamos em contraciclo com aquilo que se passa a nível nacional.

É preciso, de facto, uma verdadeira mudança de paradigma daquilo que temos assistido até então, para que se possa, de facto, dar uma inversão destes indicadores sociais que nos caracterizam.

E a nível de Educação é importante, de facto, tornar a escola mais atrativa para os alunos, é importante e necessário valorizar o papel dos professores. E recordo, por exemplo, uma das medidas apresentadas no final do nosso último congresso e apresentadas pelo nosso líder do partido, em que fala na criação de uma linha de formação vocacional para alunos a partir de 14 anos que tenham pelo menos duas retenções.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Estigmatizar as crianças!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Grande medida!

A Oradora: Esta é uma medida que de facto merece a nossa atenção, no sentido de conseguirmos contribuir para uma inversão de paradigma destes indicadores sociais.

Ninguém compreende, mesmo que tenhamos um maior investimento neste setor, mas, em simultâneo, apresentemos os piores resultados. E por isso, recordo e volto a repetir, é necessário, de facto, um verdadeiro desenvolvimento, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): A educação antes de 96 era assim, só alguns é que estudavam!

A Oradora: ... mais consistente e mais conseqüente para a nossa Região.

A nível da Saúde, nunca escondemos e sempre afirmamos que os cuidados de saúde primários deverão ser o pilar base de qualquer sistema regional de saúde. E, portanto, importa, de facto, reforçar a acessibilidade, importa reforçar a fixação de profissionais de saúde nas nove ilhas da Região, de forma a motivá-los, de forma a dar-lhes garantias para que possam exercer a sua profissão com o objetivo único...

(Aparte inaudível)

Não, Sr. Deputado...

Deputado José Ávila (PS): José Ávila.

A Oradora: ... José Ávila. Não é só dinheiro, é preciso ajudar com outras medidas que motivem os profissionais e que obviamente não passam por medidas que se cinjam só a injetar dinheiro, porque não é isso que resolve o problema da fixação de profissionais de saúde.

Deputado José Ávila (PS): Atirar dinheiro para os problemas é fácil!

A Oradora: E é preciso também garantir a acessibilidade aos doentes, aos utentes. E combater de forma eficaz aquilo que são dos maiores problemas da nossa Região no que confere às listas de espera cirúrgicas e também às consultas do âmbito hospitalar, que, infelizmente, nós continuamos sem saber em que pé se situam neste momento a nível de tempos de espera.

A nível da Habitação, o que nós temos atualmente é, de facto, uma classe média que, infelizmente, não tem meios de acesso a crédito para que consiga ter uma habitação própria. E, portanto, também, nesta ótica, é necessário criar aqui mecanismos e criar uma verdadeira política de criação de fundos destinados ao crédito habitação para que haja uma maior aposta na recuperação, por exemplo, de património que já está construído. É necessário apoiar esta classe média, classe média jovem, que, infelizmente, em muitos dos casos não tem o devido apoio e, portanto, não consegue, portanto, dar um pontapé de saída, digamos assim em linguagem corriqueira, e criar condições de criar uma família em habitação própria com todas as condições dignas.

Para terminar, e em relação ao Emprego, dizer que há 9 trimestres consecutivos que a taxa de desemprego é superior à média do País. E nos últimos 3 trimestres, somos a região do País, de todas as regiões, com uma

taxa de desemprego mais elevada. Ora, isto, obviamente, quer ter que dizer alguma coisa.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Para terminar, Sra. Presidente, dizer ainda que nos últimos 10 anos há uma redução significativa da população ativa masculina, que se situa nos 5 mil, ou seja, há 5 mil açorianos que provavelmente emigraram.

Deputado Carlos Silva (PS): E a população feminina?

A Oradora: E isto também tem que ter uma leitura que não necessariamente política, mas que quer dizer alguma coisa. E, portanto, a economia dos açorianos tem que ter aqui uma mudança de paradigma, com medidas que também já foram defendidas por nós e que volto aqui a referir, exatamente, como por exemplo uma redução do IVA e do IRC...

Deputado Carlos Silva (PS): Baixar o IRC?

A Oradora: ... para os níveis existentes antes da imposição da Troika, dando aqui outra garantia e outra lufada de ar fresco aos empresários da nossa Região.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

De facto, continuam a chegar a esta Casa intervenções que, enfim, se caracterizam, no nosso entender, por uma visão muito redutora, muito simplista daquilo que se passa na nossa Região, de alguém que não quer ver

efetivamente o que se passa, que não quer perceber a realidade daquilo em que nós estamos inseridos, ou então que, enfim, está pautado por uma enorme distração.

Há dados inegáveis, que são irrefutáveis, como:

Um dado tão caro aqui a alguma oposição, que é, portanto, o RSI, as taxas de RSI que têm vindo a descer consecutivamente e de forma muito consolidada;

O emprego a subir de forma igualmente consolidada;

As taxas de desemprego, como, aliás, ainda esta semana ficou absolutamente provado, a atingir níveis históricos;

Os apoios sociais, que aqui na Região são conhecidos, sempre em manutenção, em atualização e em aumento;

A taxa de atividade feminina a atingir níveis históricos;

Portanto, as crianças apoiadas nas creches, os pais apoiados nas suas competências, os idosos apoiados no seu envelhecimento;

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Tudo apoiado!

A Oradora: Uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social em marcha, territorializada, com atenção específica às várias faixas etárias, mas apontando muito no sentido de uma aposta inequívoca na infância para que, a médio prazo, os ciclos de pobreza sejam rompidos e de facto consigamos atingir uma qualidade de vida que todos almejamos para a nossa população;

A Educação com uma escolaridade obrigatória totalmente garantida, com o abandono escolar a descer vertiginosamente, as taxas de escolarização a subir, e nos 5 anos a 100%, acima de qualquer indicação dos organismos internacionais;

Uma rede de proteção social que é reconhecidamente a mais abrangente, a mais eficaz do País;

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: A Saúde com mais consultas, com mais médicos, com mais exames, com todos os utentes...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Neste momento, já sabido, que até em São Miguel já todos os utentes têm médico de família;

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem! Isso é que é trabalhar!

A Oradora: Com cuidados de saúde primários isentos de taxas moderadoras;

Um investimento absolutamente inegável em lares, em centros de atividades ocupacionais, em creches, em jardins de infância.

É só seguir as notícias, meus senhores!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Viva à sociedade subsidiada!

A Oradora: O desporto apoiado. Ainda ontem, nesta Casa, o Partido Socialista teve a oportunidade de se associar a um voto relativamente ao desporto apoiado, uma população tão frágil, tão vulnerável, com a prática de desporto apoiada com regimento próprio;

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Uma Rede de Cuidados Continuados Integrados em Saúde Mental em marcha, em implementação;

A habitação social a conhecer, do ponto de vista legislativo, do ponto de vista da sua concretização, melhoramentos de ano para ano, de mês para mês.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É uma sociedade livre! Tudo apoiado!

A Oradora: E termino, Sra. Presidente, lembrando, tal como ontem conhecemos, que o Estatuto do Cuidador Informal está regulamentado. Está regulamentado! As centenas, eu diria mesmo os milhares de pessoas que

precisarão daquilo vão ter acesso àquele valor, vão ter acesso àquele apoio que lhes é devido.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Muito mais há a fazer, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Muito mais há a fazer. Nós aqui estaremos, diremos sempre presente a todos os desafios!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Não podemos, Sra. Presidente e Sras. e Srs. Deputados e Sr. Membro do Governo, é esquecer o caminho que nos orgulha, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que tem sido feito destemidamente! E aqui estaremos para continuar a trilhá-lo!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O combate à pobreza não se pode resumir a medidas assistencialistas. Neste momento, temos crianças na Região que nunca viram os seus pais trabalhar nem nunca viram sequer os seus avós trabalhar. E isto é devastador para uma sociedade! Temos que ser capazes de ter uma economia que gere riqueza, que crie empregos dignos, para que os açorianos possam, com orgulho, sustentar as suas famílias com o esforço do seu trabalho!

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este assunto tem que ser abordado com muito sentido de responsabilidade da parte de todos, pelo menos da parte no que diz respeito à Representação Parlamentar do PPM. Nós introduzimos este tema no debate político, não só nós, outros partidos, mas nós provocamos várias interpelações parlamentares, fizemos várias intervenções nesta matéria, alertamos para esta questão. E ao longo de todos estes anos, ao longo destes 12 anos, sinalizamos esta como uma das questões que temos que ultrapassar. Tem que ultrapassar o Governo Regional e tem que ultrapassar a sociedade açoriana no seu todo.

Temos 44 anos de autonomia e encontramos-nos e enfrentamos as taxas de pobreza, indicadores de pobreza que não são um resultado positivo. Temos que ambicionar muito mais. E não podemos ter, em relação a esta matéria, uma postura de que fizemos tudo o que era possível, ou aquilo que fizemos era aquilo que era possível fazer. Não é. Nós temos que ter muito mais ambição, temos que tentar resgatar muitos daqueles que se encontram em risco de pobreza, com taxas de risco de pobreza muito elevadas, em que é necessário resgatar essas pessoas. E é necessário que essas pessoas percebam que da parte dos políticos existe a perceção da gravidade dessa situação que todas essas famílias e as pessoas que se encontram nessa situação têm de enfrentar.

Não podemos aceitar que a taxa de abandono escolar seja tão elevada, que atinja quase os 30%. Isto é algo que tem que ser superado.

Não podemos aceitar que, por exemplo, em relação... há números preocupantes, em que é necessário inverter até algumas dinâmicas, por exemplo em relação ao rendimento social de inserção, em que se é verdade

que vinha descendo e, portanto, que isso dava uma perspetiva otimista, a verdade é que, de novembro para dezembro, voltou outra vez a subir. E, portanto, essa é, mais uma vez, a prova de que temos que aperfeiçoar as estratégias de combate à pobreza.

Eu gostava... tenho muito pouco tempo, não é possível abordar todas as vertentes desta matéria, mas gostava de centrar naquela que eu considero que é fundamental, que é a educação. Esta batalha ganha-se na educação. Um forte investimento na educação, na formação, na qualificação dos nossos recursos humanos. Os nossos recursos humanos são extraordinários. Aqueles que têm a oportunidade de conhecer as comunidades açorianas no exterior vão aos Estados Unidos, ao Canadá e que tenham a oportunidade de verificar o sucesso que os açorianos... a capacidade de inovação, a capacidade de empreender, a capacidade de ter sucesso...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, Sra. Presidente.

... a capacidade de ter sucesso em sociedades tão competitivas.

O que me pergunto é: porque é que nós aqui não conseguimos ter o mesmo sucesso na Região? Como é que não conseguimos vencer estas desigualdades tremendas que nos envergonham a todos nós? Nós somos a Região com maiores desigualdades no nosso País. Isso não é aceitável. Eu acho que isto tem que ser, de facto, algo que nos tem que unir a todos, para além das tricas políticas, para além de considerarmos que o Governo, em relação às estratégias, não estão a ser suficientemente eficazes.

Mas o que é necessário é um espírito de insatisfação em relação a esta matéria. Um espírito de insatisfação e de ambição de superar estas dificuldades.

E, para mim, o que eu acho que é fundamental, o que é crucial é apostar na educação, mas apostar na educação com critério objetivo no sentido

melhorar realmente os nossos resultados, de motivar as nossas famílias, de motivar os nossos alunos, o nosso pessoal docente, para uma batalha que é necessário ganhar, que é a batalha contra a pobreza e as desigualdades sociais nos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PPM esgotou o seu tempo para esta participação no PTAP.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente a esta matéria aqui trazida pelo PCP, devo dizer que o Governo concorda com a insatisfação e a apoquentação do PCP relativamente às questões relacionadas com o combate à pobreza e à exclusão social. E também o Governo Regional, o Governo dos Açores não está satisfeito com as situações que ainda temos na nossa Região de desigualdade, de pobreza e de exclusão social. E é por isso que, mesmo no momento de retoma económica e mesmo no momento em que a nossa Região, felizmente, iniciava um novo ciclo de desenvolvimento, o Governo, num ato, permitam-me dizer-vos, de grande coragem política, arregaçou as mangas, reuniu os parceiros intervenientes do setor e quem sabe e percebe verdadeiramente do assunto e fez e elaborou a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, estratégia essa que está a ser implementada, ...

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): E os resultados?

O Orador: ... que, estou certo, trará frutos relevantes no médio prazo para a nossa Região.

E, Sras. e Srs. Deputados, uma abordagem séria a este assunto tem que ter obviamente em conta todas as contextualizações e as várias dimensões que

uma matéria desta densidade e desta complexidade obrigam. E, portanto, uma abordagem séria não pode dizer que a pobreza nos Açores está a agravar-se porque isso não é verdade. Uma abordagem séria não pode estar permanentemente a dizer que os Açores são uma região pobre e são a região mais pobre do País...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Então diga isso ao INE!

O Orador: ... porque isso não é verdade. Os Açores não são uma região pobre! Uma abordagem séria a este assunto diz-nos que os Açores não são uma região pobre, mas são sim uma região com alguns focos de pobreza, onde temos que incidir com mais veemência e com mais intensidade, onde temos que garantir que os núcleos locais de prevenção e de combate à exclusão trabalhem mais, com mais intensidade.

Deputada Graça Silveira (Independente): Onde é que estão os pobres?

O Orador: E nós fazemo-lo paralelamente ao caminho de crescimento económico e de aumento de emprego e da população empregada que temos conseguido.

Mas há uma matéria muito clara: é que para nós seria mais fácil, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... uma matéria desta dificuldade e desta complexidade, o Governo se sentasse feliz e contente com os dados que temos, felizmente, conseguido em termos de retoma económica, de convergência, de criação de emprego, de melhoria das infraestruturas, de indicadores económicos, que ficássemos sentados felizes e contentes com esses dados. Mas não o fizemos! Paralelamente a isso, criamos esta estratégia, que está a ser implementada, que está já a garantir frutos e a ter retorno e que, estou certo, vai certamente continuar a garantir mais e melhor desenvolvimento para a nossa Região, garantindo que de facto ninguém fica para trás.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Pois não! Ninguém fica para trás porque já estão todos atrás!

O Orador: O combate à pobreza não se faz *per se* de forma isolada, Sr. Deputado, como o senhor certamente muito bem sabe. Faz-se com melhor habitação, com melhor educação, com melhores infraestruturas, com melhor acessibilidade à saúde, com melhor solidariedade social, com melhores infraestruturas, com mais técnicos afetos aos serviços de apoio à população, com mais apoios públicos que reduzam a taxa de esforço das famílias na nossa Região. E é isso que temos feito.

Sr. Deputado, o Governo não está satisfeito com o trabalho que tem desenvolvido no combate à pobreza. Não está! E vai continuar a trabalhar de forma insatisfeita, de forma incomodada, de forma permanentemente reivindicativa, a querer mais, a querer melhor, para conseguirmos vencer este flagelo que são ainda zonas e bolsas de pobreza e de desigualdade social, que nenhum Governo pode, obviamente, estar satisfeito com a sua existência.

E permitam-me terminar referindo o seguinte: em muito momentos, quando se discutiu este assunto aqui, nós tivemos, sobretudo ali o PSD a referir-se que era lamentável que o aumento do rendimento social de inserção na nossa Região era a prova provada que o projeto de governação do Partido Socialista era um projeto que não tinha sucesso e que não garantia as condições mínimas para a população viver. Nós estamos há 22 meses com uma tendência decrescente do número de beneficiários do rendimento social de inserção.

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Isso não é verdade! O senhor vai ver os dados do último mês, aumentou!

O Orador: E agora, Sras. e Srs. Deputados, afinal é o quê? Se a culpa do aumento era do Governo do Partido Socialista, a redução do número de beneficiários é mérito de quem? Certamente não será mérito exclusivo do

Governo nem das políticas públicas do Governo. Será certamente mérito das pessoas que arregaçaram as mangas, procuraram melhores condições de vida e conseguiram acompanhar a tendência de crescimento económico e de melhoria das condições de vida que temos na nossa Região.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, em nome do Governo, aquilo que posso dizer relativamente a este setor, relativamente a esta matéria, é a vontade permanente, a inquietude permanente de continuarmos a trabalhar, implementando a nossa Estratégia de Combate à Pobreza e Exclusão Social, garantir melhores resultados e garantir sobretudo melhores condições de vida para a nossa população.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

É só para informar à Mesa que o PSD vai fazer chegar os últimos dados relativamente às famílias açorianas que beneficiam do RSI. E que há um aumento entre o mês de novembro, de 5659 famílias a beneficiar, comparativo ao mês de dezembro do último ano, que aumentou para 5768.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Mas qual é a tendência?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Depois de ser recebido pela Mesa, será, naturalmente, distribuído por todos. Para encerrar esta declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

É por demais evidente que não há nem pode haver um combate sério à pobreza e à exclusão social sem uma melhoria real dos salários e dos rendimentos disponíveis às famílias. Não podemos permitir que a sublimação da pobreza volte a ter lugar na nossa sociedade, nem podemos permitir que a única forma que os açorianos têm de fugir à pobreza crónica seja a via da emigração. E não será com medidas como o Partido Socialista propôs a nível da República, do aumento de 0.3% para a função pública, função pública esta cujos aumentos servem muitas vezes de bitola para as propostas de aumentos no setor privado, que algum dia iremos combater a situação de pobreza e de exclusão social.

É efetivamente necessária uma política de real valorização do trabalho e dos salários para combater a pobreza e a exclusão social na nossa Região. Sem tal política estaremos recorrentemente e cronicamente a debater este assunto, enquanto cada vez mais a situação se vai agravando na nossa Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerramos esta declaração política. Vamos fazer um intervalo de 30 minutos, para continuarmos o PTAP. Regressamos meio-dia e 10.

Eram 11 horas e 38 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 20 minutos.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

O PPM esgotou o seu tempo durante o decorrer dos nossos trabalhos da manhã, por isso não poderá realizar a sua declaração política. Sendo assim, passamos então para a declaração política do PS. Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O balanço sobre os resultados da cooperação entre qualquer Governo da República Portuguesa e o seu contemporâneo Regional dos Açores pode ser apurado com base em diversos fatores e nas mais distintas áreas setoriais. Este exercício pode incorrer em alguma subjetividade ou mesmo intangibilidade que dificulta os consensos sobre a avaliação concreta dessa relação entre os dois executivos. Porém, no caso do Orçamento do Estado, pelas prioridades políticas que consagra e pelas dotações financeiras que contempla, é possível proceder a um exercício objetivo e rigoroso sobre os méritos desse documento e, em particular, sobre o nível de cooperação entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores.

No passado dia 6 de fevereiro, a Assembleia da República procedeu à aprovação final global da Proposta de Orçamento do Estado para 2020, o primeiro da nossa democracia a contar com uma previsão de excedente orçamental, de 0.2%.

Do ponto de vista do Grupo Parlamentar do PS/Açores, o Orçamento do Estado para o corrente ano, recentemente aprovado, contempla várias medidas extremamente positivas para a nossa Região, o que impõe, naturalmente, que se sinalize essas grandes conquistas aqui no nosso Parlamento. Começamos pelas questões de fundo que constavam na proposta inicial que deu entrada na Assembleia da República:

O Orçamento prevê o cumprimento integral da Lei de Finanças Regionais (e não se diga que era obrigação o cumprimento da lei, porque isso, no passado, muitas vezes não aconteceu), ...

Deputado Francisco César (PS): É verdade! Muito bem!

O Orador: ... prevendo um montante das transferências que atinge os 293.8 milhões de euros, o que representa um aumento de 8.7 milhões face aos valores inscritos para o ano transato;

Estabelece que constituem ainda receitas próprias da Região Autónoma dos Açores 10.1 milhões de euros destinados à política de emprego e formação profissional;

Prevê a comparticipação à Região Autónoma dos Açores dos montantes pagos aos operadores pela prestação de serviço público de transporte inter-ilhas, transporte aéreo, em 2020, num montante de quase 10 milhões de euros;

A consignação da receita obtida na Região com o imposto sobre as bebidas não alcoólicas, a chamada fat tax, que é, como disse, consignada ao Serviço Regional de Saúde;

Deputada Graça Silveira (Independente): Fat tax só se tiver muito açúcar!

O Orador: Prevê as verbas necessárias para a instalação da nova rede de ligação sobre cabos submarinos de fibra ótica;

Considera a instalação da rede de radares meteorológicos na Região Autónoma dos Açores, tendo por base uma Resolução da Assembleia da República e outra Resolução aprovada aqui na Assembleia dos Açores;

Desenvolve a execução do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, incluindo a efetiva descontaminação dos solos e aquíferos no concelho da Praia da Vitória, tendo em conta a sua consideração como interesse nacional, garantindo o financiamento das respetivas medidas através do Orçamento do Estado...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É já a seguir! Agora é que é!

O Orador: ... e tendo em conta a Resolução da Assembleia da República n.º 129/2018, de 21 de maio. É uma questão de a irem ler;

Prevê ainda, neste domínio, a aplicação de verbas inscritas no fundo ambiental, na compensação dos custos a assumir pelo município da Praia da Vitória, com as análises e com todo o trabalho de acompanhamento da qualidade de água no concelho da Praia da Vitória;

Avança com a instalação e operacionalização do Observatório do Atlântico na ilha do Faial, nos termos do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2017, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Avança!

O Orador: ... que certamente o Sr. Deputado Luís Garcia irá agora procurar na internet, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Estamos fartos das vossas promessas!

O Orador: ... em estreita articulação com o Centro Internacional de Investigação do Atlântico, AIR - Center, já instalado e com sede na ilha Terceira;

Deputado Luís Garcia (PSD): É preciso é concretizar! Das vossas promessas, estamos fartos!

O Orador: Desenvolve os procedimentos necessários para a viabilização da antecipação da ampliação da pista do Aeroporto da Horta, de modo a garantir a sua certificação enquanto aeroporto internacional, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): É música! É música!

O Orador: ... de acordo com as normas da Agência Europeia para a Segurança da Aviação;

E não menos importante, avança com a primeira tranche de solidariedade nacional da parte do Governo da República, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é ridículo! É gozar com os açorianos!

O Orador: ... no âmbito da compensação dos prejuízos provocados pelas intempéries do furação “Lorenzo”, assumindo para isso uma participação, como sabem, já anunciada, de 85% desses prejuízos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Há ainda outras conquistas importantes consagradas no Orçamento que resultaram de propostas de alteração de diversos partidos políticos, com destaque para o Partido Socialista e com destaque também para os Deputados eleitos pelo PS/Açores. Assim, destacamos:

O aumento das deduções em sede de IRS para famílias com múltiplos filhos;
A redução em 20% do valor da propina máxima, para 697 euros, que foi uma proposta do Bloco;

E isenção de IRS para os rendimentos de trabalho auferidos por estes jovens até ao limite anual de cinco vezes o indexante de apoios sociais;

Também para jovens e em sede de IRS, uma isenção parcial durante os seus 3 primeiros anos no mercado de trabalho, no primeiro ano só tributando 70% dos rendimentos, 80% no segundo ano, 90% no terceiro ano e depois, então, a partir do quarto ano, 100%;

Um novo aumento extraordinário das pensões a partir do mês seguinte à entrada em vigor do Orçamento, que é muito importante para os nossos reformados e pensionistas;

Novas regras de acesso ao complemento solidário para idosos, passando a não serem ponderados os rendimentos dos filhos até ao quarto escalão, na condição de recurso do requerente;

Os trabalhadores independentes passam, além disso, a ter como teto para isenção de IVA, não 10000, mas 12500 euros. Um aumento de 25% nessa isenção;

O regresso à normalidade no pagamento dos acréscimos remuneratórios resultantes da progressão na carreira;

E um programa plurianual, no âmbito do qual se irá trabalhar os critérios de acesso ao tão polémico regime de pré-reforma. Mais uma medida de apoio aos nossos reformados;

Os residentes não habituais perdem uma dupla isenção fiscal, passando a ser alvo de taxa de IRS de 10% em Portugal;

O reforço da capacidade atlântica do nosso País na busca e salvamento, com a presença em permanência de duas tripulações de helicóptero e respetivos meios aéreos no Centro de Coordenação de Buscas e Salvamento Aéreo das Lajes, na ilha Terceira;

A realização de obras de manutenção e requalificação da Cadeia de Apoio da Horta;

A promoção, pelo Governo, durante o ano 2020, da utilização de gás natural liquefeito nas viagens marítimas entre o continente e as ilhas dos Açores e da Madeira;

(Aparte inaudível)

A sério! A sério, Sra. Deputada!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Só falta a Sra. Secretária, na Comissão!

O Orador: Os auxílios no âmbito da legalização do Bairro Americano de Santa Rita, no concelho da Praia da Vitória;

O plano de remodelação dos tribunais da Comarca dos Açores;

As obrigações de serviço público de carga aérea entre a Região Autónoma dos Açores e o continente;

A possibilidade das instituições universitárias insulares públicas poderem ter acesso aos programas operacionais nacionais de gestão descentralizada, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio;

E ainda, a aprovação de um regime especial de apoio social aos ex-trabalhadores da Fábrica Conserveira da Cofaco da Ilha do Pico.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tudo para toda a gente!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Fica assim mais que provado que, felizmente, estamos muito longe dos tempos negros em que a Região não contava nem com a compreensão nem com a solidariedade nacional.

Estamos muito longe, por exemplo, da situação ocorrida em 2013, quando, perante a destruição com que a Região foi assolada por intempéries nesse ano, o Governo da República de Passos Coelho nos mandou ir à banca...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... para financiar a recuperação dos danos provocados por calamidades naturais, uma atitude injusta e insensível, que na altura contou com a complacência, com a cumplicidade e com o silêncio do PSD/Açores, aliás, como já tinha acontecido em 1998 com o sismo do Faial.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Aliás, o PS recorda-se muito bem do nosso querido e saudoso camarada Medeiros Ferreira, na altura Deputado na República, eleito pelos Açores, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Onde isso chegou!

O Orador: ... ter proposto, em sede de discussão na especialidade do Orçamento do Estado, uma proposta para que a República financiasse a reconstrução do sismo do Faial, uma proposta justa e solidária, que mereceu o chumbo do PSD, incluindo dos Deputados do PSD/Açores. Como, por exemplo, o agora retornado Joaquim Ponte, promovido recentemente a Presidente da Mesa do Congresso do PSD/Açores. Que grande confiança! Realmente, não restam dúvidas!

Felizmente que esses dias de muito má memória já se extinguiram e que o País conta agora com um Governo da República que respeita os Açores, com uma maioria que compreende a nossa Região como um fator absolutamente central para o prestígio do País e com um Primeiro-Ministro que entende o nosso arquipélago como um ativo fundamental para a afirmação plena da dimensão atlântica de Portugal, que tantas vantagens tem feito reverter para o Estado Português.

É também evidente, como ainda recentemente se constatou publicamente em relação à superação do diferendo que afetava o financiamento da Universidade dos Açores, que, hoje, o Presidente Vasco Cordeiro é uma das grandes personalidades políticas do nosso País. O nosso Presidente é, comprovadamente, um fator muito importante na afirmação da nossa autonomia no plano nacional e de defesa dos Açores na esfera político-institucional do nosso País.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Por todas estas razões, o Grupo Parlamentar do PS/Açores avalia o novo Orçamento do Estado para 2020 como muito positivo para os Açores. É um Orçamento que gera uma expectativa positiva e inspira confiança, uma verdadeira e genuína confiança construída num quadro de apoio incondicional, de solidariedade expressiva e de profundo respeito institucional da parte do Governo da República. O Orçamento aumenta as transferências financeiras para a Região, reforça os serviços do Estado a funcionar no nosso arquipélago e aprofunda os mecanismos de solidariedade nacional entre a República e a Região Autónoma dos Açores. É um bom Orçamento, trará grandes vantagens para Açores e muitos ganhos para os açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos últimos anos, têm sido muitos os contributos e as propostas apresentadas pelo CDS, em sede de Orçamento de Estado, em favor dos açorianos, nas mais variadas áreas, como: a Educação, os Transportes, a Justiça e o Ambiente.

Há muitos anos que nós defendemos a implementação da rede de radares meteorológicos na Região Autónoma dos Açores.

Há muitos anos que nós defendemos e propomos verba para a construção do novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada.

Que nós defendemos também o aumento da pista do Aeroporto da Horta.

E, sobretudo, tem sido uma luta constante e antiga do CDS-PP em relação à garantia de descontaminação de solos e aquíferos da Praia da Vitória, tal como ainda hoje de manhã referiu, e bem, o Sr. Deputado Artur Lima.

Infelizmente, muitos destes desideratos nunca foram alcançados. Estes objetivos ainda estão por concluir.

E também é preciso saber se, de facto, houve intenção de abandonar o projeto de GNL previsto para o Porto da Praia da Vitória. E, se sim, é preciso que haja explicações. Os açorianos e em específico os Terceirenses querem saber se há abandono desse projeto ou não. E, se sim, porquê? E quais são as alternativas para o desenvolvimento da ilha e para o desenvolvimento económico da Região?

No entanto, para o CDS, todas as propostas que possam ser apresentadas e que possam beneficiar os açorianos são bem-vindas, independentemente da sua proveniência.

No Orçamento de Estado para 2020, foram muitas as medidas que o CDS apresentou e que podem e serão seguramente benéficas para os açorianos. Apresentamos propostas para libertar as famílias e as empresas da carga fiscal, que é considerada a maior carga fiscal de sempre, como por exemplo a redução de impostos, nomeadamente: o IRS para a classe média; o alargamento da isenção do IVA para pequenos comerciantes e prestadores de serviços; a redução da taxa de IRC.

Medidas também para um Estado mais justo e com mais autoridade: com a admissão de 1000 agentes da PSP e 1000 militares da GNR e 500 inspetores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; com a revisão do Regime dos

Suplementos Remuneratórios das Forças e Serviços de Segurança; com a valorização dos ex-militares.

Medidas também importantes para valorizar a produção nacional e regional, nomeadamente com medidas de estímulo à atividade aquícola.

Medidas para ajudar as famílias, nomeadamente ao nível da Saúde e da Segurança Social: com as primeiras consultas da especialidade garantidas; com o aumento extraordinário das pensões mínimas; com a aplicação da isenção prevista para os idosos a residirem em lares, que optem por residir com as famílias.

Alargamento das medidas de ação escolar a todos os alunos do sistema de ensino. Dedução das lições em centros de estudo e de explicações, enquanto despesas de educação.

Portanto, mais uma vez, o CDS dá grandes contributos em sede de Orçamento de Estado para o desenvolvimento do nosso País e da nossa Região.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Quantas propostas o CDS apresentou para os Açores?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Exma. Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Bem, de facto, isto é mais um repetir daquilo que foi já conversado aqui de manhã, mas com a agravante de ser apresentada pelo Partido Socialista dos Açores, que, curiosamente, também governa na República, mas que, infelizmente, não tem sido capaz de exigir junto do Governo da República aquilo que devia, da forma como devia. E isto, porquê? Porque, de facto, muitas das medidas que o Sr. Deputado apresentou daquela tribuna já foram

apresentadas, mas continuam por cumprir. Portanto, muitas dessas medidas, simplesmente se reduzem a mais do mesmo.

Deputado José San-Bento (PS): Não, não é!

A Oradora: Esperemos agora que finalmente o Governo da República as implemente, porque, de facto, também concordamos que algumas daquelas medidas são boas para os açorianos. Se são boas para os açorianos, ...

Deputado José San-Bento (PS): São muito boas!

A Oradora: ... nós concordamos obviamente com elas.

Mas, se me permite, Sr. Deputado, vamos aqui fazer um exercício de memória, porque, de facto, havia uma Declaração Conjunta que foi assinada por ambos os Governos. Curiosamente, o Governo que a assinou cessou funções, mas consta com muitos dos mesmos membros. E, portanto, quem não cumpriu aquilo que prometeu anteriormente, que garantia dá aos açorianos de que, ao fim de 4 anos, venha finalmente cumprir aquilo que prometeu? Porque, de facto, nós gostaríamos que essas medidas já estivessem implementadas. E que, de facto, garantia é que nós temos que estas novas propostas que o senhor falou daquela tribuna sejam realmente para cumprir, se, de uma forma geral, estamos a falar do mesmo Partido Socialista da República e do mesmo Partido Socialista da Região? E isto é aquilo que nós já dissemos nesta Casa, a subserviência do Partido Socialista quando a República finge que dá e a Região finge que aceita.

Deputado José San-Bento (PS): Subserviência?

A Oradora: E, portanto, olhando para a Declaração Conjunta, para nós é fácil identificar aqui alguns dos pontos, e que são bastantes, que continuam efetivamente por cumprir. Vou-me repetir porque já foram abordados por todas as bancadas, porque, de facto, não há que esconder:

A questão do reforço de elementos da PSP, já abordada ali pelo Deputado do CDS;

A questão da segunda tripulação, que, mais uma vez, foi novamente aprovada, mas que já constava na Declaração Conjunta. E eu já, hoje de manhã, aqui, referi;

A questão do estabelecimento prisional de Ponta Delgada, que o Governo Regional assumiu o compromisso de cooperar na identificação do terreno adequado, mas que sabemos que, infelizmente, o terreno de adequado tem muito pouco;

A questão do novo modelo de transportes de carga aérea, que também constava na Declaração Conjunta e que, infelizmente, continuamos sem o transporte de carga aérea entre a Região e o continente;

Também a nível de questões relacionadas com a Agricultura, o tal pacote de medidas conjuntas, no âmbito do apoio ao setor leiteiro da Região, que previa a isenção de 50% das contribuições para a segurança social, ora, meus senhores, voltamos novamente àquilo que tínhamos anteriormente;

Ou então do tal envelope financeiro adicional no âmbito do POSEI, isso não aconteceu;

A nível dos radares meteorológicos, continuamos sem instalação dos radares meteorológicos que estavam previstos na Declaração Conjunta e, portanto, ao fim de 4 anos, não temos radares.

Deputado José San-Bento (PS): Mas isso está em desenvolvimento, Sra. Deputada!

A Oradora: E por isso volto novamente a fazer a pergunta, que é: que garantias tem o Partido Socialista para que, ao fim de 4 anos, tenhamos finalmente estas medidas instaladas, se na legislatura anterior não as conseguiu cumprir?

E para terminar, há aqui um aspeto que eu acho bastante relevante, que é relativamente ao GNL, porque, de facto, as notícias não são favoráveis. Já demos entrada, há sensivelmente 1 mês, com carácter de urgência, porque

queremos ouvir aquilo que o Governo tem a dizer sobre isso, mas, infelizmente, ainda não tivemos a resposta. Aguardamos com serenidade que ela seja célere, para que possamos ouvir o Governo pronunciar-se sobre as notícias que dão conta deste abandono. Porque, de facto, parece-nos estranho.

Deputado José San-Bento (PS): Não há abandono nenhum!

A Oradora: Se o projeto não foi abandonado, qual é a necessidade que o Partido Socialista na República tem para inscrever uma proposta que visa a promoção ou que visa a realização de um estudo de viabilidade económica sobre o GNL nos Açores? Portanto, se de facto não houve um abandono da parte do Governo da República relativamente a este projeto, qual é a necessidade de inscrever uma proposta para que agora se estude a viabilidade económica do GNL nos Açores? Gostaríamos nós de saber. Temos muita curiosidade. Mas aguardamos ansiosamente que a Sra. Secretária dos Transportes venha à Comissão, já com a resposta da carta que enviou para a República, para esclarecer os terceirenses e os açorianos sobre esta situação. Muito obrigada.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP, há bocado, em relação a este tema trazido a esta Casa pelo Bloco de Esquerda, congratulou-se e congratula-se com o conjunto de propostas aprovadas, considerando a sua importância para as populações.

Mas ficaria muito bem e tinha ficado muito bem ao Partido Socialista, quando subiu à tribuna, dizer que algumas das propostas que elencaram na tribuna tinham sido propostas apresentadas pelo PCP, entre as quais, por exemplo:

O direito à mobilidade dos cidadãos das regiões autónomas;

Entre as quais, a Cadeia de Apoio da Horta, aprovada na Assembleia da República, proposta pelo PCP;

Mas também a reconstrução do Porto das Lajes das Flores, recusada pelo Partido Socialista na Assembleia da República;

Deputado José San-Bento (*PS*): Seja sério, rigoroso!

O Orador: Assim como, por exemplo, em relação aos funcionários judiciais, também rejeitada pelo Partido Socialista.

Bom, isto faz-nos ver que o Partido Socialista só aprovou estas propostas na Assembleia da República porque não tem maioria naquela Casa! E demonstra aos açorianos todos que, se o Partido Socialista não tivesse a maioria absoluta que tem aqui nesta Casa, era obrigado a negociar propostas que vão de encontro às pessoas e aos anseios dos açorianos também aqui nos Açores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, na Região, só terá credibilidade para vir dizer aos açorianos que os Governos (amigos) Socialistas da Região e da República têm estado a dar um contributo enorme para a nossa autonomia se vierem aqui fazer uma declaração política e, em vez de dizer que vamos construir, vamos implementar, vamos transferir, chega o dia que nos venham dizer que já implementou, já construiu e já transferiu.

E o exemplo do GNL é bem o exemplo da forma como as promessas são feitas e acabam por deixar de existir.

No Plano Juncker...

Deputado Francisco César (PS): Plano quê?

A Oradora: No Plano Juncker, ...

É assim que se diz e pode aprender, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Não é, não!

A Oradora: ... Portugal comprometeu-se em reduzir as emissões de carbono através do gás GNL nos transportes marítimos da Região. Decidiu, no Orçamento de Estado, passar a redução das emissões de carbono para a ferrovia, porque todos nós sabemos que na Região temos imensos comboios e imensas linhas férreas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cara colega do Governo:

Uso da palavra para me referir especificamente a uma questão que me parece que tem gerado muitos equívocos ao longo das últimas semanas, que me parece também que tem gerado aproveitamento político-partidário de vários partidos políticos, gerando muitos equívocos no debate público na nossa Região. Refiro-me em concreto à questão do GNL. Que fique muito claro, o Governo dos Açores não tem qualquer informação oficial que denote qualquer tipo de retrocesso ou de falta de vontade de aproveitamento da localização estratégica do Porto da Praia da Vitória para aproveitamento do GNL.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E a cartinha da República?

O Orador: Não há um único indicador que mostre que há qualquer tipo de abandono do projeto de implementação do GNL no Porto da Praia da Vitória. Houve uma senhora, que se representa a si própria e entidades privadas, que foi à Assembleia da República, que na Assembleia da República, no âmbito de uma audição, disse um conjunto de questões relacionadas com a falta ou não falta de aposta no GNL. E isso potenciou um conjunto de notícias que geraram muito equívocos. Notícias que foram abordadas, na nossa perspetiva, de forma errada. E, portanto, para que fique muito claro, não há, da parte do Governo da República, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E a cartinha?

O Orador: ... qualquer referência ou intenção de qualquer tipo de abandono ou de retrocesso de aproveitamento da localização estratégica do Porto da Praia da Vitória para a instalação aí de um posto de abastecimento de GNL.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Qualquer afirmação...

Deputada Graça Silveira (Independente): Parece as quotas leiteiras! Os senhores sempre a dizer que não ia acontecer, mas chegou!

O Orador: ... que refira o contrário daquilo que estou a dizer é mera especulação e é uma afirmação infundada, que não tem um único dado concreto que a comprove.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Tem, tem! Foi bem clara!

O Orador: Dizer também, de forma muito clara, que a Região continua a participar de um consócio liderado pelo BEI, pelo Banco Europeu de Investimento, com um conjunto de infraestruturas portuárias no nosso País e na Europa, que está a avaliar a pertinência e o impacto económico e a viabilidade económica de apostar neste tipo de combustível alternativo.

Deputada Graça Silveira (Independente): Lembre-se o que é que o Governo vai dizer em relação a esse estudo!

O Orador: E, portanto, reiterar novamente, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): O estudo diz que eles não querem!

O Orador: ... o Governo dos Açores afirmou várias vezes, junto do Governo da República, a importância que deve ter o Porto da Praia da Vitória nesta estratégia nacional de aproveitamento daquela localização para aposta no gás natural liquefeito. Isso já foi assumido pelo Governo da República de forma muito clara, aliás, de viva voz pela então Ministra do Governo da República Ana Paula Vitorino. Esse trabalho continua a ser desenvolvido, liderado agora na Região pela Portos dos Açores.

E, portanto, para esclarecer esta matéria de uma vez por todas, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não está nada esclarecido!

O Orador: ... não há uma única evidência, uma única informação oficial que diga que o Governo da República abandonou a aposta no gás natural liquefeito na Praia da Vitória. Isso não é verdade. Isso foi a afirmação de uma senhora representante de um conjunto de entidades privadas, na Assembleia da República, que se representa a si própria...

Deputada Graça Silveira (Independente): Mas os privados é que vão comprar!

O Orador: ... e que representa essas empresas e essas entidades. Não é, de todo, uma posição pública do Governo da República e muito menos do Governo Regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Para encerrar esta declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar, Sr. Deputado Alonso Miguel, por saudá-lo, saudá-lo calorosamente pela realização, eu acho que é importante... não, um equívoco meu, pela realização recente do Congresso Nacional do CDS-PP, onde eu sei que o senhor teve um papel muito ativo no apoio e na eleição do vosso Chicão. E eu acho que isso é muito importante, Sr. Deputado. Eu acho que isso é muito importante e felicito-o particularmente, não só por o senhor ser um jovem político, mas por ter sido uma pessoa que demonstrou que vale a pena nós lutarmos pelas nossas ideias, batalharmos pelos nossos candidatos. E é muito importante para os Açores, deixe-me que lhe diga, que não seja só o Partido Socialista dos Açores a ter uma grande influência nas direções nacionais dos seus partidos. E pensamos que o CDS...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

E digo-lhe isso com a maior sinceridade: pensamos e acreditamos que é muito importante que o CDS possa exercer essa influência em prol dos Açores. Ao contrário, por exemplo, daquilo que ainda muito recentemente aconteceu com o ainda maior partido da oposição, que, ao contrário do que foi dito e ao contrário do que foi referido por muita comunicação social, perderam influência no plano nacional...

Deputado Francisco César (PS): É verdade! É verdade!

O Orador: ... e isso é por demais evidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Eu teria muito prazer, Sr. Deputado, em abordar consigo aqui as questões sobre a carga fiscal no nosso País. Não o irei fazer por manifesta falta de tempo.

Deputado António Marinho (PSD): Não interessa!

O Orador: Mas gostava de lhe dizer que, para o Partido Socialista, sendo importante, é certo, a discussão do nível de tributação no nosso País, quer sobre as famílias, quer sobre as empresas, quer sobre o consumo, não deixa de ser muito importante o nível e a qualidade dos serviços públicos que são prestados e também o papel que o Estado tem na promoção do investimento estratégico, do desenvolvimento, da inovação e da tecnologia.

Aliás, o Sr. Deputado Francisco César, ainda no último Congresso Nacional do Partido Socialista, foi um dos subscritores de uma moção política da maior importância...

Deputada Graça Silveira (Independente): Ele está escondido atrás de si!

O Orador: ... do ponto de vista ideológico ou, se preferirem, da própria conceção da participação do Estado no desenvolvimento. Portanto, Sr. Deputado, só para lhe dizer que, sendo essa a discussão importante, para nós, para o PS, ao Estado não cabe apenas um papel de colher receitas fiscais e distribuir, há aqui papéis muito mais preponderantes da parte do Estado.

Sra. Deputada Mónica Seidi, eu não concordo com o balanço que a senhora faz sobre essas medidas que são implementadas por via do Orçamento de Estado. Nós não concordamos com essa avaliação.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não estão feitas!

O Orador: Há muitas dessas medidas que, como sabe, têm uma abrangência...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não estão feitas!

O Orador: ... plurianual.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Plurianual?!

O Orador: São um esforço contínuo. E, como é evidente, é sempre motivo de regozijo nós percebermos que estas prioridades, como, aliás, as várias que eu elenquei, têm tradução no Orçamento de Estado, que não deixa de ser, como é óbvio, um documento que elenca prioridades e vincula o Governo da República ao seu cumprimento. E isso tem, obviamente, sempre, um significado político da maior importância.

Agora, o que é muito importante, Sra. Deputada, e isso tem que ficar absolutamente claro e eu acho que este Orçamento confirma isso, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Vamos ver!

O Orador: ... é que os Açores saem sempre a ganhar com Governos da República do PS. É isso que a história demonstra...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... e é isso que os factos apuram e revelam. Os Açores ganham sempre com Governos Nacionais do PS. E eu vou dar um dos muitos exemplos que eu poderia dar: quando foi o processo da reconstrução do sismo do Faial, o Estado participou com 27% desse esforço de financiamento. Apenas 27% do custo total da reconstrução do sismo do Faial e do Pico foi assegurado pela República, na altura de um Governo do PSD, na altura de um Primeiro-Ministro do PSD. Agora, na atualidade, perante as calamidades e os prejuízos do furacão “Lorenzo”, o Governo da República já se comprometeu a participar com 85% dos custos desses prejuízos. Ou seja, não são 27%, são 85%! E sabem o que é que isso significa? Significa que a solidariedade dos Governos da República do PS são três vezes mais do que as dos Governos do PSD. Essa é que é a verdade e isso é que prova o que eu acabei de afirmar!

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(* **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para que fique também muito claro, vou fazer chegar à Mesa uma resposta à pergunta feita pela ex-Deputada Sofia Ribeiro à Comissão Europeia, relativamente ao GNL, cuja resposta diz que a Comissão não recebeu do Governo Português qualquer pedido de assistência ao Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos a favor do Porto da Praia da Vitória. Vou fazer chegar à Mesa a resposta à pergunta feita pela Eurodeputada Sofia Ribeiro. Muito obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Depois de recebido pela Mesa, será distribuído.

Sras. e Srs. Deputados, concluimos esta declaração política. Considerando o nosso tempo, vamos também encerrar os nossos trabalhos. Retomamos às 15h com a agenda.

Eram 12 horas e 55 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Bruno Belo substituiu o Deputado Jorge Jorge na Mesa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com a nossa agenda. Entramos agora no ponto 9 da agenda: **Projeto de Resolução n.º 171/XI – “Centro Interpretativo da Base das Lajes”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS.

Os tempos são os do processo legislativo comum.

E tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o CDS, a valorização do património cultural é um elemento fundamental para a preservação e promoção da nossa identidade. O património cultural da Base das Lajes é um legado da nossa história, de Portugal, da Região e do Mundo na defesa da democracia e da liberdade que importa valorizar, divulgar e transmitir.

Foi nesse sentido que o CDS, no âmbito do Plano e Orçamento de 2019, apresentou uma proposta de criação do Centro Interpretativo da Base das Lajes, que esta Assembleia aprovou.

O Centro de Interpretação da Base das Lajes constitui assim uma resposta da nossa autonomia, que importa cumprir, a todos aqueles que procuram o acesso à história contemporânea da ilha Terceira e dos Açores no contexto geopolítico e geoestratégico mundial.

O Centro Interpretativo da Base das Lajes será um espaço de aprendizagem e de sociabilidade, tendo como objetivos a promoção de atividades no âmbito da interpretação da história local, o apoio à investigação científica e o fomento do turismo cultural na ilha Terceira.

Nesse sentido, este Projeto de Resolução do CDS pretende recomendar ao Governo Regional que constitua uma comissão instaladora e coordenadora, que integre um representante do Governo Regional, um representante do Instituto Histórico da Ilha Terceira e um representante da Universidade dos Açores, para a concretização dos procedimentos necessários para que o Centro Interpretativo da Base das Lajes seja uma realidade ao serviço da Região, de Portugal, da Europa e do Mundo.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência da apresentação feita pelo Sr. Deputado Alonso Miguel e também na sequência da aprovação, ocorrida tempestivamente, da substância desta iniciativa no sentido da criação de um Centro Interpretativo da Base das Lajes e relembrando a importância dos argumentos e a fundamentação óbvia que tem a ver com os muitos impactos aos mais diversos níveis – económicos, sociais, culturais – dessa presença, quer para a ilha Terceira, quer para a Região, quer para o País, e inclusive não sendo de desprezar as suas influências e repercussões internacionais, o Partido Socialista, naturalmente, entende que esta Resolução, no sentido de ser criada uma comissão instaladora com a composição proposta para dar efetiva implementação à criação deste centro interpretativo, é uma boa ideia, é algo que terá, com certeza, a sua utilidade, em cooperação com a tutela e com o

Governo Regional dos Açores. E, naturalmente, nessa medida, vamos, à semelhança da primeira iniciativa e da respetiva substância, aprovar este Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Haja saúde a todos.

Como surgiu a base aérea? Qual o seu impacto na ilha Terceira, nos Açores e em Portugal? Que acontecimentos decorreram na Base das Lajes que marcaram o Mundo? Como é que a Base das Lajes elevou os Açores e Portugal no mapa mundial? Como a Base das Lajes marcou os lajenses, o povo da ilha Terceira e o povo açoriano? Estas e outras questões merecem, sim, senhor, um espaço que mostre a todos a história da Base das Lajes, com mais de 75 anos de existência.

Muito se escreveu. Relembro os versos de Vitorino Nemésio:

“A moda da gasolina

Secou o trigo do chão;

Fez das Lajes um terreiro,

Oh que dor de coração!”

Entre aspetos negativos e positivos, a verdade é que a Base das Lajes mudou a história da ilha e dos Açores. Esta história merece ser contada e reconhecida. É uma história de uma localidade que depressa se espalhou pela ilha, pelas ilhas, pelo País e pelo Mundo. A Base das Lajes foi a porta de um sonho para muitos açorianos. A Base das Lajes foi e continua a ser a porta do Mundo para os Açores e para Portugal.

Por isso, concordamos e já tínhamos concordado na aprovação desta proposta no Orçamento da Região. Por isso, concordamos com este Projeto de Resolução que recomenda a criação do Centro Interpretativo da Base das Lajes.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional:

Bem, temos aqui a debate uma iniciativa que na realidade pretende renovar aquela que foi também uma proposta do mesmo Grupo Parlamentar, do CDS-PP, em sede de Orçamento para a Região para 2019. E apesar de ter sido aprovado, na realidade, durante o ano de 2019, não conheceu progresso algum, penso eu. Aliás, no âmbito até de apreciação em Comissão, creio eu, de Assuntos Sociais, de uma proposta do Grupo Parlamentar do PSD, que ainda não veio a debate a esta Casa, creio eu que tem a ver com a proposta da criação do Núcleo Museológico para a Praia da Vitória, eu tive ocasião de perguntar ao Sr. Secretário Regional, na altura, na sua audição, e porque o Sr. Secretário Regional fez menção a algumas das estruturas museológicas ou similares no concelho da Praia da Vitória e entre essas estruturas mencionou aquele que é o Núcleo Museológico da Base Aérea n.º 4, eu, à época, recordei-me logo desta iniciativa que tinha sido aprovada em sede de Orçamento para 2019 e perguntei-lhe, tive ocasião de perguntar sobre o destino que estava a dar a essa proposta que tinha sido aprovada e que devia estar a ser implementada durante aquele ano de 2019. Ao que o Sr. Secretário me respondeu e assumiu que estavam a ser desenvolvidos alguns esforços. Mas, no entanto, também ficamos com a ideia, ainda durante essa audição, de que haveria aqui diferenças e até mesmo a perspectiva talvez de

complementaridade entre o atual Núcleo Museológico da Base Aérea n.º 4 e aquele que poderá ser o futuro Centro Interpretativo da Base das Lajes. E a minha pergunta que coloco aqui ao Sr. Secretário, que penso que interessa a todos nós, é: como é que se vai atingir esta complementaridade entre o atual Núcleo Museológico da Base Aérea n.º 4 e este futuro Centro Interpretativo da Base das Lajes?

Coloco, também, se calhar mais à laia de sugestão, ao proponente e, quem sabe, também ao Governo Regional, que, de acordo com o proponente e no objeto resolutivo desta iniciativa, pretende criar uma comissão instaladora para a criação do Centro Interpretativo da Base das Lajes e indica um representante do Instituto Histórico da Ilha Terceira, consideramos que faz todo o sentido, um representante da Universidade dos Açores, também consideramos que faz todo o sentido, e um representante do Governo Regional, sim, claro, terá que fazer todo o sentido. Eu acrescentaria talvez outra entidade: porque não também um representante do Museu de Angra do Heroísmo ou, quem sabe, até mesmo deste Núcleo Museológico da Base Aérea n.º4, dado que haverá aqui, entendi eu, se calhar entendi mal, mas entendi que haveria uma complementaridade entre as duas estruturas? E, nesse sentido, ou até penso que numa fase de instalação, se calhar seria pertinente também integrar nesta comissão instaladora um representante ou do Museu de Angra do Heroísmo ou do Núcleo Museológico da Base Aérea n.º 4 que está na dependência do Museu de Angra.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, esta iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS-PP é uma bela ideia. É uma bela ideia porque as Base das Lajes foi determinante para a história dos Açores. Eu diria que foi determinante para a história de Portugal. Foi determinante para a condução da política externa portuguesa. Foi determinante do ponto de vista geopolítico para a NATO e para a projeção do esforço militar norte-americano. E, portanto, há um contexto interpretativo muito lato em relação à importância da Base das Lajes e à importância de tudo aquilo que está relacionado com a Base das Lajes do ponto de vista histórico, do ponto de vista militar e do ponto de vista do relacionamento externo.

Eu considero que há aqui um conjunto de valências que podem e devem ser exploradas em mais uma vertente de desenvolvimento para a ilha Terceira. É uma vertente de conhecimento. É um centro interpretativo que, na minha perspectiva, deve ser enriquecido também com a disponibilização de arquivos, de toda a documentação, para que esta área, que tem sido alvo de doutoramentos e de mestrados e de estudos muito amplos, ainda possa ser objeto de análise mais pormenorizada e cujas consequências estamos sempre a aprender em relação àquilo que significou a Base das Lajes, não só no contexto da Segunda Guerra Mundial, da Guerra Fria, mas até, muito recentemente, na história contemporânea, inclusivamente naquilo que tem a ver com acontecimentos muito recentes, como por exemplo a invasão do Iraque.

É evidente que a interpretação ideológica é diferente conforme a perspectiva ideológica, mas essa perspectiva é uma perspectiva e vai enriquecer os diferentes pontos de vista, que vai enriquecer tudo aquilo que significou a Base das Lajes do ponto de vista histórico, do ponto de vista diplomático, do ponto de vista militar e, como V. Exas. muito bem assinalam, também do ponto de vista social a enorme importância... do ponto de vista

socioeconómico para a ilha Terceira a enorme importância das permutas culturais, das permutas que foram feitas em termos do impacto da comunidade militar norte-americana na ilha Terceira, que são muito significativas e cujo o impacto é visível ainda hoje em muitos dos hábitos e em muitas das vivências que é possível observar na Terceira. E numa perspectiva muito diferente que não só podemos observar, para quem conhece, e eu já vivi na ilha Terceira, onde fui muito feliz, em 1995, para quem conhece, pode ter a ideia da perspectiva do que é que significava a Base das Lajes para toda aquela estrutura social e para todos os hábitos que entretanto foram desenvolvidos e até para muitas das inovações que chegaram aos Açores através da Terceira.

Portanto, na minha perspectiva, trata-se realmente de uma iniciativa muito feliz e que felicito o Governo por mostrar abertura em relação a esta iniciativa, que, de facto, significará, assim que for concretizada, mais uma valência muito importante para o desenvolvimento da Terceira e para a preservação da sua memória.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer que temos aqui uma iniciativa trazida pelo CDS. E que, devido à sua importância, a Representação do PCP irá votar favoravelmente esta iniciativa trazida aqui a esta Casa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, reconhecer a pertinência desta iniciativa, que, de resto, vem na senda de outras iniciativas que têm o cunho autoral do CDS, que visam proteger e valorizar o nosso património cultural. Falo, por exemplo, do Centro Interpretativo de Angra. Falo do Espaço Museológico dos Cabos Submarinos, que foi aprovado por unanimidade nesta Casa e cuja importância este Governo parece que nunca verdadeiramente reconheceu, passados que são 7 anos e nada aconteceu.

Os Açores têm efetivamente um património histórico, social e cultural que resulta da nossa posição geoestratégica e que, infelizmente, tem sido melhor aproveitada geopoliticamente pelas potências estrangeiras do que por nós próprios.

A partir do início da Segunda Guerra Mundial, a Base das Lajes tornou-se um peça-chave no teatro operacional dos Estados Unidos, sobretudo depois de Portugal ter sido admitido pela NATO, em 1949, e que muito se deveu ao facto de, efetivamente, os Estados Unidos terem uma base nos Açores.

A Base das Lajes teve um papel fundamental no xadrez geopolítico aquando da Guerra Fria, período durante o qual a circulação de aviões norte-americanos se intensificou.

Mas foi na Guerra do Golfo que este verdadeiro porta-aviões no meio do Atlântico se revestiu de particular importância no esforço militar dos Estados Unidos. Em 2003, os olhos do mundo estiveram centrados na Base das Lajes, quando o Presidente George Bush e os então Primeiros-Ministros britânico Tony Blair e espanhol José María Aznar foram recebidos por Durão Barroso para a tal célebre Cimeira das Lajes, que também ficou conhecida pela “Cimeira da Guerra”, para dar início ao fim do regime iraquiano de Saddam Hussein.

Mas já em 1971, a ilha Terceira esteve no centro das atenções quando Marcello Caetano recebe Nixon e Pompidou para discutirem a situação gravíssima da situação económica da altura.

E, portanto, esta iniciativa, que visa criar um centro interpretativo, permitirá, para além de salvaguardar o património edificado, muito dele já destruído, perpetuar na nossa memória um património histórico que é um testemunho vivo da nossa importância geoestratégica e geopolítica.

E a este respeito, gostaria de salvaguardar que os bunkers construídos...

Deputado João Paulo Ávila (PS): O quê?

A Oradora: Os bunkers que se encontram no interior da Serra do Cume e que tiveram um papel fundamental na fiscalização da presença submarina no Atlântico, que são um espólio que não se deve perder e que importa reabilitar e colocar ao serviço da economia local do ponto de vista turístico e cultural, que penso que estariam muito bem salvaguardados nesta iniciativa.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A construção da Base das Lajes provoca um considerável impacto local, regional, nacional e universal.

Localmente, o alargamento das pistas, motivo de ocupação de muitas terras de cultivo, determinando quase que obrigatoriamente a proletarização de cerca de 200 lavradores. Porém, no imediato, as obras de engenharia absorvem a totalidade da mão de obra excedentária e até provocam a escassez de braços nas atividades tradicionais. Nessa altura dos idos anos 40, as autoridades portuguesas evidenciam receio pela eclosão de uma crise

socioeconómica motivada pelo desemprego dos naturais após a ampliação do aeroporto e pela contração da agropecuária no Ramo Grande.

No entanto, a chegada dos norte-americanos contraria as expectativas mais pessimistas. Com efeito, a contínua valorização da estrutura aeroportuária lajense demanda, inclusivamente, o acréscimo da força laboral, que constitui, por décadas, um motivo de diversificação profissional na ilha Terceira.

Ainda nos anos 40, o setor do comércio reflete nitidamente o impacto da construção do aeroporto. Na verdade, a entrada dos estrangeiros corresponde ao aumento da circulação do dinheiro, que suscita prosperidade, também alguma especulação. A presença estrangeira acresce as possibilidades e as iniciativas comerciais. Na mente das populações rurais ainda hoje persiste a boa recordação da venda, por exemplo aos britânicos, de pequenas produções domésticas, nomeadamente ovos, por valores acrescidos. Além disso, nos arredores da base, multiplicam-se as unidades de comércio e de pequena indústria, apesar das restrições oficiais.

A construção do aeroporto gera grandes transformações na planície das Lajes, onde a serenidade natural dá lugar ao bulício artificial. Porém, o funcionamento da base aérea acresce significativamente a importância da freguesia, então notável nos âmbitos socioeconómico e político-militar e nos contextos terceirense, açoriano, português e internacional.

À dimensão da ilha, a conversão das instalações aeroportuárias na maior fonte de absorção de mão de obra aumenta substancialmente os níveis de bem-estar e acelera transformações sociais, que noutras paragens ainda aguardam pela sucessão dos anos e das ocorrências.

Assim, ao lado da velha freguesia, que também cresce pela afluência dos forasteiros, avulta, sobretudo no perímetro militar, a emergência de uma nova cidade, no mínimo equivalente, em área e em movimento, aos centros urbanos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

À escala do arquipélago, na década de 1940, a construção do aeroporto estanca um processo secular de depreciação da Terceira perante o engrandecimento de São Miguel e até do Faial.

Mais recentemente, depois da renegociação, em 1979, do acordo de cedência de facilidades militares aos norte-americanos da Base das Lajes, a compensação financeira, então ajustada entre os Governos de Portugal e dos Estados Unidos, representa, quiçá, o principal rendimento da Região Autónoma dos Açores até ao ingresso dos fundos comunitários que decorre da adesão portuguesa à Comunidade Europeia, só estabelecida em Tratado de 1985. Desta forma, as receitas procedentes do convénio luso-americano financiam uma parte do plano de infraestruturas da novel Administração Autónoma, que comporta, entre outras coisas, a criação de uma rede regional de portos e de aeroportos, a expansão dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento básico, o ensaio da geotermia e a multiplicação de escolas e de hospitais. À extensão nacional, também chegam benefícios da utilização das Lajes pelos efetivos militares estadunidenses.

Até à Revolução de 1974, a importância estratégica do campo de aviação lajense justifica a integração, como aqui já foi dito, de Portugal nos membros constituintes da OTAN e ainda explica a excessiva tolerância de Washington face ao regime autocrático de Lisboa, que mantinha uma guerra anacrónica nas colónias africanas.

Após o 25 de abril, a garantia da presença nas Lajes também suscita a contribuição norte-americana para o reequipamento das Forças Armadas Portuguesas, que empreendem uma profunda reorganização.

No cenário universal, o complexo militar lajense sustenta o precário, embora inestimável, equilíbrio geopolítico do tempo da Guerra Fria, caracterizado pelo antagonismo latente entre o Ocidente e o Leste, claramente assumido

na rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética, cabendo à Europa dividida o desempenho do arriscado exercício de tampão.

Porém, a notoriedade externa das Lajes também deriva da passagem, pelos seus terminais e alojamentos, de personalidades de renome internacional nos domínios da cultura, das artes e sobretudo da política, mormente chefes de estado, governantes e diplomatas dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Médio Oriente.

Neste particular, ressalta, como aqui também foi referido, a organização, na Terceira, em dezembro de 1971, de uma cimeira entre os Presidentes norte-americano Richard Nixon e francês Georges Pompidou, cujas conversações decorreram nos salões da Junta Geral de Angra do Heroísmo, onde o Presidente do Concelho Marcello Caetano assume as funções de anfitrião.

A presença estrangeira na Base das Lajes implica a concessão de contrapartidas que compensem a condescendência de Portugal. Até à Revolução Portuguesa de 1974, os Açores não beneficiam materialmente da presença norte-americana na Base das Lajes, excetue-se o caso mais particular da Terceira, onde depressa as forças armadas estadunidenses se transformam na principal fonte empregadora, abrindo perspectivas de evolução socioprofissional a uma chusma de populares arrancados de uma existência extremamente penosa. Aliás, este fenómeno possui repercussões socioeconómicas bem evidentes, traduzidas na melhoria efetiva das condições comunitárias de sobrevivência.

A eclosão do 25 de Abril altera o quadro do relacionamento entre Portugal e os Estados Unidos relativo à utilização da Base das Lajes, facultando pela primeira vez aos Açores o usufruto de compensações económico-financeiras, muito justificadas pela institucionalização da autonomia, que empreende um programa de maior fomento. Com efeito, a Revolução Portuguesa de 74 modifica substancialmente a base de referência tradicional: do lado de

Portugal, a descolonização dispensa a necessidade do amparo norte-americano e desperta opções políticas divergentes que até questionam o alinhamento da defesa do Ocidente; da parte dos Estados Unidos, a importância estratégica das Lajes, à luz da rivalidade Este-Oeste e da instabilidade no Médio Oriente e a incerteza sobre a evolução política portuguesa, avolumada pela ascensão do radicalismo, aconselham à demonstração de maior flexibilidade. Nestas circunstâncias, uma conjugação de entendimentos conflui num princípio de justiça, ou seja, a troca de facilidades militares por compensações materiais.

Em 1979, a renovação do acordo de cedência da Base das Lajes aos norte-americanos estipula uma indemnização de 140 milhões de dólares, por 4 anos, cabendo 80 milhões de dólares à Região Autónoma dos Açores.

Em 1983, a renegociação do acordo contempla de novo uma ajuda substancial, mas, comparativamente, insiste mais no reequipamento das Forças Armadas Portuguesas do que no desenvolvimento insular.

Todavia, à entrada da década de 90, o desmoronamento da União Soviética introduz um fator de perturbação com consequências no capítulo das recompensas. A partir de então, a menor valorização da Base das Lajes (isto é sempre discutível) aumenta o poder negocial de Washington, que contraria a lógica das contrapartidas, considerando-a contrária ao espírito de cooperação de parceiros da OTAN. Ao mesmo tempo, a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, com o concomitante acesso dos Fundos de Coesão, diminui também a necessidade das participações norte-americanas.

Neste contexto, bem sei que esta não é a discussão, mas, neste contexto, nunca, como hoje, os Estados Unidos ofereceram tão pouco pela estada nos Açores, afora uma insignificante cooperação técnico-científica, nem sequer já persiste a função de principal fonte empregadora, essencial à manutenção do equilíbrio social no pequeno universo da ilha Terceira.

Dito isto, a história da Base das Lajes coincide muito com a participação dos Açores na história da aviação transatlântica, que principia no termo da Primeira Guerra Mundial com a presença dos hidroaviões do Almirante Dunn, na Base Naval de Ponta Delgada.

Assim, sobejam os testemunhos orais e escritos e as provas materiais indispensáveis à criação de um Centro Interpretativo da Base das Lajes. Terá de ser um espaço de valorização, divulgação e reflexão sobre o património da comunidade e um ponto de partida para o conhecimento da ilha e do arquipélago, dotado de relevante interesse histórico-cultural e uma mais-valia no desenvolvimento do turismo e na dinamização da economia. Por isso, nada obsta, tudo aconselha à constituição de uma comissão instaladora ou de coordenação constituída, eventualmente, entre outros, por representantes do Governo, da Universidade dos Açores e do Instituto Histórico da ilha Terceira, incumbida da definição do programa, da seleção de parceiros, por exemplo a Força Aérea Portuguesa, considerando a necessidade do aproveitamento, talvez da incorporação, da recolha já efetuada e da ponderação já feita sobre a história e as missões da Base das Lajes.

Nas intervenções que foram aqui já efetuadas pelos Srs. Deputados, particularmente o Sr. Deputado Paulo Mendes levantou algumas questões que me cumpre esclarecer. Falou, em primeiro lugar, dos antecedentes, portanto, desta iniciativa legislativa. Falou, portanto, do ano 2019. Acerca disso, eu diria uma coisa muito simples: mais do que realizar uma inquirição sobre ocorrências do passado, importa acreditar nas expectativas do futuro. E, de resto, a constituição de uma comissão de coordenação que defina as questões essenciais, ou melhor, de resto, sem a constituição de uma comissão de coordenação que defina as questões essenciais, pouco se pode adiantar em matéria de concretização do projeto.

Falou também aqui, o Sr. Deputado Paulo Mendes, da realização ou da necessidade de realização de uma certa complementaridade entre aquilo que poderá ser feito pela comissão de coordenação do centro interpretativo com aquilo que já foi feito pela Força Aérea Portuguesa e que se encontra em exposição na Aerogare Militar das Lajes. É verdade. Julgo que esse património, julgo que esse espólio não pode ser esquecido. E até, portanto, um ponto de partida para o desenvolvimento deste centro interpretativo pode ser ou pode passar em parte pelo reforço da exposição da Aerogare Militar das Lajes com a implementação, naturalmente, de uma museografia mais qualificada, localize-se esse centro interpretativo na aerogare militar ou noutra sítio qualquer.

Claro que há aqui uma questão apenas a salvaguardar, e termino já: um centro interpretativo e um museu não são exatamente a mesma coisa. Por aquilo que vi e visitei, o espólio reunido na Aerogare Militar das Lajes está mais reunido na perspectiva, portanto, enfim, museológica. Um museu é, se quiséssemos ter aqui uma definição, um local de acolhimento de públicos diferenciados. Para quê? Para a contemplação de vivências de outrora. Enquanto que um centro interpretativo é um local de informação, mas, simultaneamente, um local de partida em descoberta das tais vivências de outrora e em descoberta dos seus vestígios no presente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro... Pergunto então se há mais inscrições. Julgo não haver. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão desta iniciativa está praticamente encerrada, mas eu não posso deixar de dizer o seguinte: eu considero que a intervenção que o Sr. Secretário acabou de fazer é uma intervenção que o aconselha a uma ação rápida no sentido de executar aquilo que lhe é proposto. Da parte da Representação Parlamentar do PPM, vamos estar atentos para que as palavras correspondam às ações e que não seja como outros projetos, como por exemplo as Relheiras, um outro projeto do CDS-PP, que, entretanto, aguarda execução prática.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Isso! Não me tinha lembrado disso! Muito bem lembrado!

O Orador: E muitos outros projetos. Porque o que é importante... há um momento, que é o momento da discussão em que os partidos e o Governo avançam com aqueles que são os seus pressupostos, as suas posições, mas é muito importante que a seguir exista a concretização daquilo que é dito e dos compromissos que são assumidos. É essa parte que é importante constatar. Porque, de facto, esta é uma boa ideia, não me canso de o dizer. Vai valorizar, de facto, a ilha Terceira do ponto de vista turístico, do ponto de vista também do conhecimento sobre a Base das Lajes. E quem conhece o passado está mais bem preparado para enfrentar os desafios do futuro e também perspetivar a importância que pode ter a Base das Lajes no futuro. Um das novas bases, como foi também dito na reunião anterior, do Plenário, pelo Sr. Presidente do Governo Regional, em que reconheceu, de facto, que as contrapartidas, neste momento, da Base das Lajes não são satisfatórias para a Região Autónoma dos Açores e que é necessário renegociar a presença militar norte-americana no âmbito da negociação de um conjunto de contrapartidas que são importantes para a Região e que neste momento não temos. E que as contrapartidas que existem são praticamente insignificantes e não correspondem minimamente à importância da Base das Lajes.

Mas essa não é aqui a discussão. Eu pedi a palavra para reafirmar o propósito da Representação Parlamentar do PPM de insistir para que exista uma concretização, realmente, deste projeto, que é da maior importância para a Região e cujo mérito, não me canso de reconhecer, o CDS-PP tem nesta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Não poderia estar mais de acordo com as suas palavras em relação a estas questões históricas. Devo dizer que é sempre um prazer ouvi-lo, é sempre uma lição.

Mas quando diz que urge recolher os testemunhos vivos da nossa história, da nossa importância geoestratégica, de facto, toda a Região é um museu vivo da importância de estarmos no coração do Atlântico Norte. E esse testemunho vivo em relação ao espaço museológico dos cabos submarinos, sabe perfeitamente que a idade média dos cabografistas ainda vivos está entre os 80 e muito e os 90 e muito. Grande parte já faleceu. Outros, neste momento, já não se lembram bem da história para dar o seu contributo. Deram um contributo de valor inestimável na recuperação de todos os equipamentos antigos, que hoje em dia já ninguém sabe recuperar esse equipamento. Estão completamente disponíveis para ajudar.

A iniciativa está aprovada há 7 anos! Primeiro, porque estavam os meninos a fazer educação física, porque EBI estava em construção...

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, para alertar que esta não é temática que nos traz aqui.

A Oradora: Está bem, eu não estou a dizer o contrário, mas é...

Presidente: Está.

A Oradora: Estou a levantar exatamente a mesma questão do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que é: aprovar? Sim, senhor. Mas depois...

Presidente: Sim, mas o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez um enquadramento legítimo.

A Oradora: Certíssimo.

Mas não ser consequente, que é dar um veto de gaveta. Ao fim de 7 anos, o Governo não tem possibilidade de implementar um compromisso que assumiu com os açorianos? É inadmissível, Sr. Secretário! E, portanto, espero bem que esta iniciativa do CDS não seja mais uma, como o Deputado Paulo Estêvão lembrou e bem, como a das Relheiras, como a do espaço museológico, que os senhores aprovam e depois dão veto de gaveta.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O projeto anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, passamos agora para o ponto 14 da nossa agenda: **Projeto de Resolução n.º 157/XI – “Pagamentos em atraso a efetuar no âmbito da deslocação de utentes do Serviço Regional de Saúde”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata apresentou, em julho passado, esta iniciativa com o intuito de contribuir de forma positiva para a resolução de um problema que afetava muitos açorianos e com o objetivo também de

contribuir para a melhoria do funcionamento do Serviço Regional de Saúde. A saúde dos açorianos será sempre uma preocupação da nossa bancada. Seguramente, também será uma preocupação para os açorianos que nos escutam, na medida em que um dos fatores determinantes para a coesão social é a necessidade de existir um serviço regional acessível a todos, de forma justa e igualitária.

O atual Regulamento Geral de Deslocações do Serviço Regional de Saúde entrou em vigor a 1 de setembro de 2018, encontrando-se definido através da Portaria n.º 95, do mesmo ano. Com esta Portaria, ficou então definido que, no que concerne à deslocação de utentes inter-ilhas, a primeira deslocação do utente seria da responsabilidade financeira da Unidade de Saúde de Ilha de onde o mesmo é originário, sendo que todas as deslocações subsequentes são da responsabilidade financeira dos hospitais de destino, nomeadamente: o Hospital da Horta, o Hospital de Angra do Heroísmo e o Hospital de Ponta Delgada. Estas três instituições são assim responsáveis por: proceder à marcação e pagamento das passagens aéreas das consultas subsequentes; pagamento das diárias a que os utentes têm direito neste âmbito; e, assim, do pagamento dos complementos, como é o exemplo do complemento para os doentes oncológicos e transportes terrestres.

Com o novo regime determinado por esta Portaria, os três hospitais da Região depararam-se com uma realidade diferente da habitualmente vivida até então, sendo sobrecarregados com um conjunto de procedimentos administrativos de novo e de considerável volume, sem que tivesse existido um reforço de recursos humanos adequado e proposicional a tal situação. Infelizmente, foram os utentes do Serviço Regional de Saúde os principais prejudicados, dado que houve uma acumulação de processos e, conseqüentemente, a capacidade de resposta da parte dos hospitais não foi a desejada.

Salientar que, no passado, todo este processo era da responsabilidade direta das unidades de saúde de ilha de onde o doente era residente, beneficiando o mesmo pela celeridade e prontidão no seu processamento. Felizmente, após a apresentação desta Resolução, houve, nos dois maiores hospitais da Região, um reforço no número de funcionários no serviço de deslocação dos doentes, quer do Hospital do Santo Espírito da ilha Terceira, quer do Hospital do Divino Espírito Santo, permitindo assim uma agilização significativa dos pagamentos em atraso. Neste último, verificou-se inclusive uma redefinição do serviço de deslocação de doentes, permitindo assim uma rentabilização dos serviços após reforço considerável de meios humanos e, obviamente, uma beneficiação dos utentes por não haver atrasos nos pagamentos.

Reforçamos que o Hospital de Ponta Delgada é considerado o hospital de fim de linha para toda a Região e foi também nesta instituição do Serviço Regional de Saúde que se verificaram o maior número de incumprimentos, uma vez que havia doentes de várias ilhas que esperavam pagamentos das diárias desde o último trimestre de 2018, situação esta que inviabilizou deslocações subsequentes de vários doentes por falta de recursos financeiros dos próprios, que não tinham assim possibilidade de adiantar os custos inerentes à sua deslocação.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com a entrada em vigor da Portaria n.º 95/2018 e face às alterações impostas pela mesma, foram registados e denunciados atrasos nos pagamentos das diárias aos utentes do Serviço Regional de Saúde nos três hospitais da Região, situação esta que mereceu toda a nossa atenção e motivou assim a apresentação desta iniciativa.

São os açorianos, a sua saúde e o seu bem-estar a nossa maior preocupação, pelo que saudamos o Governo Regional pela resolução desta situação,

salientando que tal só aconteceu após a apresentação da nossa Resolução, apresentada com caráter de urgência, mas chumbada de forma isolada pelo partido que suporta o Governo.

Os açorianos sabem que podem contar com PSD na defesa dos seus problemas de saúde e que esta inadmissível situação foi rapidamente regularizada para que, quando fosse aqui debatida, fosse considerada extemporânea.

O PSD/Açores fez o seu trabalho: denunciou, fiscalizou a ação governativa e conseguiu, felizmente, que toda a situação fosse resolvida. E é isso que importa. É isso que os açorianos têm que saber. E sabem que podem contar com o PSD na defesa intransigente dos seus interesses.

Enquanto não verificarmos que a acessibilidade aos cuidados de saúde é feita de forma igualitária nesta nossa região arquipelágica, não baixaremos os braços, não nos calaremos pela defesa intransigente do nosso povo, porque se há matéria que nos move, esta é sem a menor dúvida uma delas.

Congratulamo-nos, pois, e saudamos a atuação do Governo com a solução célere de dois problemas identificados pelo PSD e que prejudicavam gravemente os utentes do Serviço Regional de Saúde: por um lado, o reforço natural do pessoal no serviço de deslocação de doentes nos hospitais da Região, dando assim uma resposta às alterações introduzidas pela Portaria; por outro, a regularização dos pagamentos em atraso verificados até julho e agosto de 2019 e que foram prontamente corrigidos após a apresentação da nossa iniciativa.

Face ao exposto, o PSD retira agora a iniciativa, sem, no entanto, afirmar que há ainda um caminho a percorrer. E pese embora o problema dos utentes tenha sido ultrapassado, os constrangimentos verificados com a entrada do novo diploma não estão prontamente ultrapassados, pelo que aguardamos

pela análise do grupo de trabalho, aqui enunciado pela Exma. Sra. Secretária Regional da Saúde, para perceber que rumo terá então esta nova Portaria.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Ao abrigo do artigo 118.º, o PSD retira a iniciativa. Por isso, está concluído este ponto.

Avançamos então agora com os nossos trabalhos, nomeadamente para o ponto 10 da nossa agenda: **Projeto de Resolução n.º 167/XI – “Recomenda ao Governo Regional a construção urgente de uma nova Escola Básica e Secundária da Povoação”**. Este Projeto de Resolução é apresentado pelo PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A melhoria das condições do Sistema Educativo Regional volta mais uma vez a esta Casa pela mão do PCP. Como já o fizemos várias vezes no passado, defendemos que os alunos da Região têm direito ao ensino em condições dignas do século XXI. Defendemos mais docentes nas escolas, mais auxiliares, mais psicólogos, mais escolas abertas, mais e melhores condições de trabalho para os docentes, mais ação social escolar, cantinas públicas, gratuidade dos manuais escolares, mais apoios.

A intervenção do PCP foi conseguindo alguns resultados. A maioria absoluta do Partido Socialista, por sua vontade, tudo chumbaria. Mas, por força da razão, da nossa insistência e do apoio evidente às nossas propostas, fomos conseguindo algumas vitórias. Outras conseguiremos. E podem ter a certeza,

conseguiremos, mais cedo que tarde, que se assuma a construção de uma escola para a Povoação.

Recordamos aqui o caso que se revelou este ano escolar, das refeições escolares na Ilha do Faial. Há 6 meses, o Governo Regional, escudado pela maioria absoluta do Partido Socialista, fingindo estar tudo bem, decidiu chumbar a proposta do PCP que permitiria refeições escolares dignas, recusadas a algumas crianças até aos 10 anos. Perante o escândalo que era o Governo Regional validar um almoço para crianças nesta faixa etária, composto por sopa, uma sandes e uma fruta, lá se viram obrigados a resolver o problema, mais pelo prejuízo mediático produzido pela denúncia do PCP, do que pela vergonha de pactuar com esta situação.

O problema da Escola da Povoação é semelhante. Enquanto o Partido Socialista tiver maioria absoluta, só resolverá esta questão quando a tal se vir obrigado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): O conselho executivo não tem responsabilidades?

O Orador: Tentará então aparecer como único defensor do concelho e da escola pública. Fingirá esquecer que a atual situação é da sua inteira e exclusiva responsabilidade. Pedimos que nos poupem a essa encenação e democraticamente assumam que outros também têm respostas para os problemas que existem na nossa Região.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voltamos a dizer o que é evidente para quem estuda e trabalha na Escola da Povoação: não há futuro naquele edifício. Aliás, para quem no ensino só vê despesa e não investimento, podem ter a certeza de que qualquer verba que seja investida naquele edifício, podendo resolver problemas a curto prazo, será investimento também de curto prazo. Para o demonstrar, a nossa intervenção podia resumir-se a ler os pareceres emitidos pela assembleia de

escola e pela associação de pais. Aconselhamos os Srs. Deputados a lê-los, antes de votarem a nossa proposta.

A melhor caracterização da atual situação, feita sobre o espaço atual, é que este representa um problema sem solução à vista, sendo a única resposta a construção de uma nova escola. Esta está identificada, há mais de 10 anos, como a única resposta cabal. Esta Casa chegou mesmo a aprová-la! Infelizmente, dando o dito por não dito, o Partido Socialista, desde então, abandonou esta causa, escondido atrás de interesses pouco claros.

Não há espaços adequados para convívio, biblioteca, sala de estudo, sala de apoio ou espaço de educação física. É, possivelmente, o único caso no País – os alunos têm de sair da escola para as aulas de educação física, não têm espaços exteriores suficientes para estar, brincar ou conviver. Há intervenções urgentes, pela idade do edifício e instalações, que resultam de infiltrações e das intempéries. Há uma parte do chão que cedeu, obrigando a pesados investimentos a curto prazo. Despesas que seriam desnecessárias se este problema tivesse sido resolvido no passado ou se se assumisse já a nova escola, como está a propor a Representação Parlamentar do PCP. Um número significativo de salas não tem as condições necessárias para aprender, e os docentes não têm salas de trabalho que permitam dar resposta às exigências que a Direção Regional da Educação lhes coloca. Podíamos continuar, mas este resumo demonstra a nossa razão, a razão de quem estuda e de quem trabalha na Escola da Povoação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem algumas inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do PCP traz a esta Casa algo que não é novidade. Traz a questão das condições deficitárias em que se encontra a Escola da Povoação e a necessidade, de uma vez por todas, de avançar com a construção de uma nova escola.

De lembrar que estas reivindicações já em 2008 tinham chegado por parte da comunidade escolar, repetiram-se em 2009 através de uma petição exatamente por uma nova escola na Povoação, onde foi até unânime nesta Casa a recomendação ao Governo para que diligenciasse a construção de uma nova escola. E em 2015, deu entrada novamente uma petição de igual teor.

E se é verdade que até determinada altura a questão foi a controvérsia que existia na construção de uma nova escola e a necessidade de esta sair fora da vila, agora no trabalho no âmbito da Comissão a verdade é que o Sr. Presidente da Câmara da Povoação mencionou... e até está registado em relatório que afirmou que existia espaço na zona envolvente para a remodelação completa e atual da escola.

Mas a opção do Governo ao longo deste percurso tem sido sempre os sucessivos remendos e que não têm sido suficientes. E basta olhar para o parecer da assembleia de escola, que é preciso realçar e salutar o trabalho que este órgão fez, porque fizeram um diagnóstico muito preciso e muito elucidativo das falhas que continuam a existir e onde elencaram 16 pontos. Destes 16 pontos, apenas um está resolvido, que é a questão dos laboratórios, através do investimento que fez o município. E, portanto, queria salutar mais uma vez o órgão da assembleia de escola, porque, realmente, através deste parecer, foi muito benéfico para percebermos as atuais condições em que se encontra a escola e também porque a verdade é que quem melhor do que a assembleia de escola para reconhecer a realidade e as necessidades que a escola apresenta.

Também, nesse mesmo documento estão situações, por exemplo, como: a falta de espaços de convívios condignos; a falta de salas de estudo, salas de apoio, de anfiteatros; falta de salas devidamente dimensionadas para educação musical, para a TIC; falta de espaço, nos dias de chuva, em que nestes dias os alunos têm que circular nos corredores, perturbando as aulas que decorrem; ou uma zona para a prática da disciplina de educação física. Estes e outros pontos estão elencados.

E relativamente à falta de espaço, e até o Sr. Secretário, em sede de Comissão, também disse que não seria uma realidade atualmente, a verdade é que, em novembro de 2019, foi tornado público até pelo Presidente do Conselho Executivo desta escola, exatamente a questão de falta de espaço nessas instalações.

Em trabalho de Comissão, o Sr. Secretário disse, e passo a citar: “Não está prevista a construção de uma nova escola, não foi compromisso para esta legislatura e nem é possível aproveitar o atual Quadro Comunitário.” Primeiro, esta questão não é uma questão desta legislatura, é uma questão que se tem vindo a arrastar ao longo dos anos. E depois fica a pergunta: então fica a construção de uma nova escola, em que já se percebeu que os remendos que têm sido feitos não são suficientes, deixa de existir esta necessidade da construção de uma nova escola só porque não faz parte do manifesto do Partido Socialista? E, portanto, isso não nos parece razoável, porque, efetivamente, têm-se feito sucessivos remendos, remendos atrás de remendos e estes não estão a colmatar as necessidades que a escola enfrenta. E, portanto, parece-nos que as necessidades das pessoas e, neste caso em particular, desta comunidade escolar devem estar acima dos interesses partidários.

Também dizer, Sr. Secretário, que alega como justificação a diminuição do número de alunos. Até mencionou que no ano letivo 2014/2015 eram de 563

e que existia uma diminuição para o ano letivo 2019/2020, de 434. Ou seja, nesses 6 anos letivos existiu uma redução de 129 alunos. E, portanto, em termos de espaço, estaria esta situação resolvida. Mas a verdade é que não nos parece que esta redução do número de alunos seja motivo para que o Governo não invista numa nova escola na Povoação, porque não nos parece aceitável que isto seja a justificação para a não construção de uma nova escola e que se continue na política do remendar. Porque acredito e pergunto-lhe, Sr. Secretário: se, ao longo destes anos, em que o Governo tem investido no parque escolar das escolas, se é condição de decisão o aumento do número de alunos? Ou seja, nas escolas que sofreram uma remodelação total, existiu um aumento do número de alunos? E é isso que eu também lhe queria perguntar.

Por outro lado, o Sr. Secretário afirma que as condições não afetam o sucesso escolar ou o comportamento. Isto até já foi referido pelo Sr. Secretário por diversas vezes, em outros debates até. Mas a verdade é que se isso fosse uma forma linear assim, não andava o Governo Regional a investir no parque escolar da Região. E existem situações de sucesso escolar, como é normal, quer em escolas com melhores condições, quer em escolas com piores condições, mas é certo que o Governo Regional tem de garantir boas e apropriadas condições a todos os alunos, a professores e a funcionários das unidades orgânicas. E a verdade é que, quando o Sr. Secretário tem esta postura de desvalorizar o facto de as instalações não serem comprometedoras de nada, a verdade é que o ambiente escolar é determinante para o ensino e decisivo para uma boa experiência escolar.

E, portanto, pergunto-lhe, Sr. Secretário: não é necessário proporcionar um ambiente escolar estimulante, com salas de aula confortáveis, com bibliotecas atualizadas, salas de informática adequadas, laboratórios, ambientes inclusivos e acessíveis, espaços para o recreio? Não é também por

isto tudo que o Governo Regional constrói escolas por toda a Região? Porquê não o fazer na Escola da Povoação?

Para terminar, o CDS não é favor de mega escolas, mas de escolas que ofereçam as condições necessárias ao bem-estar, à segurança dos alunos e que sejam promotoras do sucesso escolar.

Neste caso em particular, as intervenções não têm sido suficientes para colmatar estas fragilidades e esta falta de condições da escola. E, como tal, isto é uma questão premente, é uma questão que não é nova e que necessita de uma solução eficaz e, acima de tudo, definitiva. E não nos parece que continuar na política do remendar seja a solução.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

A comunidade educativa da Povoação reivindica por uma nova escola básica e secundária no concelho. Há mais de 10 anos que reclamam por mais e melhores condições.

Tal como já foi aqui referido, os pareceres, seja da assembleia de escola, seja da associação de pais e encarregados de educação, são unânimes e inequívocos quanto aos constrangimentos que aquele edifício escolar apresenta. Em particular, conforme destaca o parecer da assembleia de escola, assim o diz: “A estrutura física e as condições de trabalho da Escola Básica e Secundária da Povoação fazem-nos recuar 30 anos, quando o parque escolar dos Açores exibia aquele padrão. Encontramos espaços continuamente a ser adaptados para criar mais espaços, mas também mais exíguos, casas de banho adaptadas para serviços administrativos e de orientação vocacional e psicológica. Muitas salas de aula carecem de

possibilidade de arejamento, têm infiltrações e mobiliário degradado.” Fim de citação.

A verdade é que assumiu, o Governo Socialista, no seu programa, no que diz respeito ao setor da Educação, e que passo a relembrar e a citar: “A Educação é verdadeiramente o melhor e mais reprodutivo investimento naquele que é o nosso mais importante capital enquanto Região – as nossas crianças e os nossos jovens.” E é precisamente o investimento na Educação o objeto basilar neste Projeto de Resolução. O que estamos aqui a discutir é a pertinência da dotação de equipamentos escolares modernos e adequados às atuais exigências pedagógicas de uma escola, uma escola que se quer inclusiva, uma escola que se quer que reúnam as condições para promover o sucesso do ensino e da aprendizagem, uma escola que se quer com um ambiente agradável e estimulante, porque é lá que passam grande parte dos nossos dias, os nossos alunos, os nossos professores, durante longos anos das suas vidas.

Contudo, quando à Escola Básica e Secundária da Povoação nos reportamos, a que é que assistimos? A um desgaste e uma degradação no seu edifício, com graves fragilidade e devidamente identificadas no parecer. E que eles próprios caracterizam, fragilidades essas, que passo a ler: “Continuam a condicionar gravemente o funcionamento da escola, a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, o bem-estar e a segurança dos alunos.” E ainda destacam: “Os alunos continuam a ter de circular no exterior da escola por força de atividades que não podem ser desenvolvidas dentro do recinto escolar. Em dias de chuva, os alunos não têm outro espaço onde se recolher durante os tempos livres a não ser o refeitório, o que os obriga a circular pelos mesmos corredores onde decorrem as aulas. A proximidade entre os dois blocos de sala é tal que é possível, a partir de uma das salas de um dos blocos, acompanhar o discurso do professor e as intervenções dos alunos de

salas do bloco em frente. Os recreios são de tal forma exíguos que os alunos nos seus tempos livres não conseguem dedicar-se às suas atividades lúdicas, saudáveis e próprias da sua idade, sem prejudicarem o normal funcionamento das aulas que decorrem nas salas contíguas ao pátio, o qual, por sua vez, é tudo menos um local acolhedor e aprazível.” Portanto, a descrição das fragilidades agora expostas são apenas algumas das que foram detetadas e diagnosticadas em 2008.

Como já referiu a minha colega Deputada Catarina Cabeceiras, foram discutidas nesta Casa em 2009 e são fragilidades que continuam válidas e atuais.

E em maio de 2009, é verdade, o Parlamento fez uma recomendação, por unanimidade, ao Governo Regional, que a Carta Escolar que viesse a ser aprovada pelo Governo Regional contemplasse a construção de uma nova escola. Com efeito, em novembro de 2010, o Governo noticiava, e cito: “Nova Escola da Povoação considerada na nova Carta Escolar.” Em março de 2012, o Partido Socialista emitiu um comunicado, no qual dizia: “O Concelho da Povoação precisa de uma nova escola. E vai tê-la, com o PS.”

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Que alterações de circunstâncias ocorreram para que a opção governativa fosse pela construção de uma nova escola, que era importante e necessária, e deixasse de o ser? Argumentação assente no decréscimo do número de alunos ou no decréscimo populacional não colhe nem merece acolhimento por parte da comunidade local nem por parte deste Grupo Parlamentar, porque, inclusivamente, nestes últimos 10 anos, temos exemplos de escolas que foram erguidas em concelhos com menos população. Por isso, que argumentos podem ser apresentados e invocados para que não seja cumprida uma promessa eleitoral e governativa de longa data, defraudando as açorianas e os açorianos que depositaram confiança no Partido Socialista?

Aqueles alunos, aquele concelho, merecem, ou não, ser tratados da mesma forma e com a mesma prioridade de outras decisões tomadas em relação a disponibilidades educativas? Merecem ou não? O Grupo Parlamentar do PSD entende que merecem!

Sr. Secretário, como se pode afirmar que as atuais condições não comprometem o desempenho pedagógico dos alunos nem o exercício profissional dos docentes? Então, por que razão se fizeram outras escolas ou grandes obras de qualificação em outros contextos educativos?

Como se pode apostar no ensino de novas tecnologias, das TIC, nas experiências centradas nos alunos, face às limitações físicas do recinto escolar, de exíguos espaços das salas de informática e educação tecnológica?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

A Educação é uma prioridade e todas as decisões tomadas não pode ser de ânimo leve! Está em causa o futuro das nossas crianças e dos nossos jovens. Não temos escolas sem alunos. Não temos escolas sem professores. Não temos escolas sem os assistentes administrativos, sem os trabalhadores de apoio educativo, sem toda a sociedade e pais e encarregados de educação envolvidos. Mesmo que as escolas tenham bons dirigentes, professores empenhados, alunos motivados, as infraestruturas escolares têm um papel preponderante na formação dessas crianças e jovens, além de garantirem conforto e bem-estar, não só aos alunos, mas também aos professores e toda a comunidade escolar.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores é de entendimento que as atuais condições das infraestruturas escolares da Escola Básica e Secundária da Povoação não vão ao encontro das verdadeiras necessidades da comunidade educativa.

Reconhecemos a existência, sim, reconhecemos a existência de um conjunto de infraestruturas de qualidade na nossa Região, adequadas às necessidades

e às exigências que o ensino de qualidade assim impõe. Reconhecemos os esforços encetados em jeito de colaboração entre a Câmara Municipal da Povoação, conselho executivo e o Governo Regional em diligenciar com intervenções cirúrgicas no edifício, visando reparar ou colmatar as graves deficiências, mas, para nós, os povoacenses merecem mais e melhor.

Uma escola nova, é esse o desejo dos alunos, dos professores, dos trabalhadores de apoio educativo, dos pais e encarregados de educação, do próprio Presidente da Câmara da Povoação, de toda a comunidade em geral. A comunidade povoacense merece um complexo escolar moderno, apetrechado de equipamentos adequados às práticas pedagógicas que se exigem nos dias de hoje, em prol de um processo de ensino e aprendizagem de sucesso.

Para nós, o investimento na Educação é o investimento mais produtivo que existe. Não há desenvolvimento nem progresso sem sucesso escolar.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Eduarda Pimenta.

(*) **Deputada Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito do Projeto de Resolução do PCP, que recomenda ao Governo Regional a construção urgente de uma nova Escola Básica e Secundária da Povoação, entende o Grupo Parlamentar do PS que a comunidade escolar deve ter as melhores condições. Estas podem materializar-se, quer através da requalificação, ou reconstrução de uma escola.

A escola em causa fica situada no centro da vila da Povoação, local esse onde a esmagadora maioria da comunidade a quer manter, facto que, curiosamente, se encontra omitido ou propositadamente indefinido na proposta do PCP...

Deputado João Paulo Ávila (PS): É verdade!

A Oradora: ... no que respeita à localização pretendida da construção de uma nova escola.

Nos últimos anos, foram realizadas, pelos Governo do Partido Socialista, diversas intervenções na Escola Básica e Secundária da Povoação:

Em 2011, procedeu-se à intervenção na estabilização do talude limite à escola, junto ao campo polidesportivo;

Foi reforçada a verba para fazer face à reformulação da sala de diretores de turma para melhoramento das zonas de atendimento aos encarregados de educação;

Construiu-se um gabinete de receção na entrada da escola;

Converteu-se um espaço adjacente ao ginásio para a criação de uma área de convívio de alunos.

Nós últimos 4 anos, foram realizadas diversas intervenções num montante de 315 mil euros, repartidos entre: intervenções no ginásio, substituição da cobertura, recuperação de tetos e pavimentos do bloco B, caleiras, manutenção de sanitários, intervenções no refeitório, reparação de esgotos e no palco.

Têm, como facilmente se verifica, ocorrido significativos investimentos na melhoria de espaços, pelo que este Grupo Parlamentar nega a afirmação contida no Projeto de Resolução, de desinvestimento do Governo Regional, uma vez que, ao já investido e que aqui já referimos, acresce, em sede do Plano e Orçamento para o presente ano, uma verba no valor de 315 mil euros para obras na Escola Básica e Secundária da Povoação.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Jorge (PSD): O Sr. Deputado acha muito bem?

A Oradora: Há efetivamente investimento na Escola Básica e Secundária. Há obra feita. É certo que as obras que aqui referimos são realizadas por etapas, mas só assim poderia ser, de modo a respeitar, não só o desenvolvimento das atividades escolares em relativa normalidade, como também o desejo da comunidade em manter a escola na vila da Povoação, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: ... elemento preponderante, propositadamente omitido neste Projeto de Resolução.

Deputado João Paulo Ávila (PS): É verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Logo, é óbvio que a solução de intervenção que tem sido realizada é a que melhor serve os dois propósitos: a melhoria das condições para a comunidade educativa e a manutenção da escola na vila da Povoação.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Tal como foi amplamente esclarecido, aquando da audição na Comissão de Assuntos Sociais do Presidente da Câmara Municipal da Povoação, quando reforçou a ideia de que, no seu entender e da maioria da população, a escola deverá permanecer na vila, havendo a possibilidade de um aumento no mesmo local e zonas envolventes.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Assim e para que não existam dúvidas, a posição do Grupo Parlamentar do PS é a defesa de uma solução que garanta as melhores condições para a comunidade escolar desenvolver o seu trabalho e o respeito pelo desejo da população.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Somos sensíveis aos pareceres emitidos pelos órgãos de escola, mas estamos certos de que, face ao investimento já realizado e a realizar, este irá ao encontro manifestado nos pareceres.

Deseja-se assim tranquilizar os pais, professores, pessoal não docente e alunos que, à semelhança de outros casos de sucesso, como a Escola Roberto Ivens e Domingos Rebelo, as intervenções realizadas irão, também no caso da Escola da Povoação, promover o sucesso dos alunos. Mesmo que não sendo as instalações o único fator essencial para esse objetivo, reconhecemos que são um fator que reforça a positividade da sua prossecução.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Assim, analisamos e debatemos esta proposta, não de forma populista, imediata ou com imprecisões...

Deputada Graça Silveira (Independente): Desde 2009?!

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: ... ou manifestando apenas o que alguns possam eventualmente querer ouvir, mas sim com uma postura de prosseguir uma solução que garanta que a comunidade escolar tenha as melhores condições para desenvolver o seu trabalho.

O Projeto de Resolução da Representação Parlamentar do PCP, apresentado nesta Casa, considera um investimento na escola pública como uma prioridade estratégica. Digo mais, Srs. Deputados: para o Grupo Parlamentar do PS, a Educação não é apenas uma prioridade estratégica, é sim a prioridade estratégica, não apenas de um ciclo político ou filha de impulsos pontuais, mas permanente de todos os dias em prol do futuro dos nossos alunos e, deste modo, do futuro dos Açores. Foi assim no passado, é assim no presente e assim sempre o será.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para...

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(* Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para requerer à Mesa que seja entregue à Sra. Deputada, quando o PCP apresentou aqui no Plano Regional de 2019 e 2020 a verba para a nova escola da Povoação, e a Sra. Deputada votou contra. Mas para que seja entregue à Sra. Deputada, para que a Sra. Deputada tenha isto em consciência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Depois de ser entregue à Mesa, será então distribuído.

Para continuarmos o debate, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Sras. e Srs. Deputados...

Sras. e Srs. Deputados!...

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Bem, começando por dizer que esta é daquelas iniciativas que têm, obviamente, toda a pertinência, mas que nós não a deveríamos estar a debater, porque este assunto, este problema em concreto já devia estar resolvido há décadas, há pelo menos 10 anos. (Já vamos lá...) Mas deveria estar resolvido há muito mais. E devia estar resolvido porque o problema, como já foi amplamente referido, é muito antigo. E é muito antigo e os

problemas já foram muito bem identificados, não só agora com a apresentação da iniciativa, com o parecer da assembleia de escola... que ouvimos tantas vezes o Partido Socialista dizer que ouve as comunidades educativas, ouve as escolas, mas parece que, a assembleia de escola da Povoação, não a quer ouvir e o parecer é muito elucidativo, muito descritivo e muito verdadeiro. E já foi amplamente debatido este assunto noutras situações, aliás, até com petições que a comunidade educativa fez chegar a esta Casa e que foram subscritas por uma vasta quantidade de pessoas do concelho da Povoação. De facto, os problemas são muito antigos e há mais de 10 anos que se reivindica, aqui nesta Casa, a construção de uma nova escola na vila da Povoação.

E digo mais, não é apenas há 10 anos que este debate e que esta reivindicação existe. Eu fui aluno daquela escola e, em 98, em 99, quando o ensino secundário começou naquela escola, os problemas que são aqui identificados, muitos deles já se iniciaram com o aumento do número de alunos. E muitos desses problemas arrastaram-se.

E, lamentavelmente, o debate que estamos aqui a ter hoje, já era, curiosamente, um debate... e os mesmo argumentos que eu ouvia, enquanto aluno, nas ruas, nos cafés, em casa, eram os mesmos argumentos que eu ouço aqui 20 anos depois nesta Assembleia, o que é de facto incrível. Incrível, como é que posições se cristalizaram em favor da manutenção de um edifício escolar que não tem condições e que tem muita dificuldade para crescer naquele mesmo local.

Deputado João Vasco Costa (PS): Vê-se pelo seu tamanho!

O Orador: E, de facto, vejo, naquele que é o parecer da assembleia de escola, alertas: para falta de espaço exterior, de convívio; para a falta de um anfiteatro, que é algo que, hoje em dia, em qualquer escola dos Açores é comum; para falta de espaços para educação musical, tecnológica, para as

tecnologias de informação e comunicação; falta de espaço de recreio coberto; alunos a circular no exterior da escola devido exatamente à falta de infraestruturas no edifício escolar.

E fico preocupado, deveras preocupado quando li o relatório da Comissão, quando o Sr. Secretário refere que a ampliação poderá ser em espaços que não sejam contíguos ao edifício. Aquilo que está a dizer é que o Governo pondera construir, por aquilo que percebi, e o Sr. Secretário poderá confirmar ou desmentir esta minha interpretação do relatório da Comissão, que se poderão construir edifícios para aulas ou para outras atividades escolares que não sejam contíguos ao atual edifício. Então, há um problema que já existe, que são os alunos terem que sair da escola para terem atividades escolares. E aquilo que o Governo quer é construir edifícios externos ao edifício escolar atual, que é algo que é absolutamente absurdo e que não faz qualquer sentido. E espero que não seja essa a intenção do Governo.

E, de facto, há uma preocupação de alguém, de alguns setores. E, pelos vistos, o Partido Socialista acompanha essa preocupação e esse bloqueio que tem existido à construção de uma nova escola na Povoação, porque o debate que aqui assistimos e a intervenção da Sra. Deputado Eduarda Pimenta é o argumento que eu ouço há décadas, que é: que existe uma vontade (que eu não conheço) na comunidade do concelho da Povoação para que a escola se mantenha no centro da vila. E essa vontade não existe, como não existia há 20 anos. Essa preocupação sempre foi uma preocupação com o tecido económico, com os comerciantes da vila da Povoação. O que é facto é que o Governo e o Partido Socialista sempre priorizaram...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... o interesse económico dos comerciantes da vila da Povoação em detrimento dos alunos da vila da Povoação e da sua comunidade educativa. E é por isso, e não tenho problema nenhum em afirmá-lo

categoricamente, que nunca se construiu uma escola na vila da Povoação que substitua aquela, que eventualmente poderá ser num sítio mais distante do centro, terá que ser eventualmente, é possível que tenha que ser. Mas tem que ser construída porque aquela não tem condições absolutamente nenhuma. E é preciso que se ultrapasse esse bloqueio que existe há 20 anos e que já não faz qualquer sentido, aliás, nunca fez. E que a comunidade escolar, aliás, refere quais são os interesses que devem ficar em primeiro lugar.

A assembleia de escola termina o seu parecer, e eu vou terminar esta intervenção lendo a última frase do parecer, que me parece de uma correção que é lapidar, diz assim, e passo a citar: “Esperamos, novamente, não sabemos se em vão, que prevaleçam os interesses das crianças e jovens deste concelho, e a vontade reiteradamente expressa de pais e alunos desta instituição, sobre outros.” Fim de citação. Ou seja, é preciso que esta Casa, o Governo e o Partido Socialista que suporta o Governo e que tem a maioria nesta Casa coloquem os alunos em primeiro lugar e não outros interesses, como bem diz a assembleia de escola e que é, acho eu, lapidar no seu parecer. E esta proposta do PCP terá, obviamente, o nosso voto favorável, porque ela reitera aquilo que há muito já devia estar concluído.

Disse.

Deputado João Corvelo (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta discussão que estamos a ter aqui deveria constar num manual referente à forma como se perde o poder, como se perde o apoio da população, como se deve perder o exercício de funções, das funções executivas que o Governo

tem neste momento, porque o discurso do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é de uma frieza que assusta, é de uma frieza assustadora, é de alguém que não tem um relacionamento emocional com a população que serve, é de alguém que está tão habituado a estar no poder que acha que vai estar sempre, independentemente do que diga e do que faça, é de alguém que é completamente insensível aos argumentos que são apresentados pela assembleia de escola, por esta assembleia de escola, por estes encarregados de educação, tal como estes problemas já foram levantados por outros encarregados de educação e por outras assembleias de escola. É possível que toda esta gente esteja a mentir, que toda a gente, com diferentes gerações, esteja a mentir, não esteja a dizer a verdade, esteja a inventar questões em relação às condições que de facto existem naquela escola. É toda esta gente que não diz a verdade. É toda esta gente que está a transmitir um relato que não corresponde à verdade.

Eu estive naquela escola, conheço aquele edifício e posso confirmar que tudo o que aqui está descrito é verdade, como a assembleia de escola refere. E vale a pena referenciar alguns dos pontos: “O edifício da escola não possui espaços de convívio dignos para os alunos, sala de estudo, gabinete médico, biblioteca devidamente organizada e dimensionada, salas de apoio, espaços corretamente adaptados à prática de educação física, nem espaços verdes e de lazer.” Isto é aceitável para aqueles alunos, quando tanta coisa tem sido feita a todos os níveis na nossa Região, e muito bem, nesta área? É aceitável que os alunos daquela escola estejam submetidos a este tipo de questões? É aceitável, como aqui dizem também os encarregados de educação e a assembleia de escola que “o edifício não tem anfiteatro, não tem salas próprias e devidamente dimensionadas para educação musical, educação tecnológica nem para o ensino das TIC”? Mas isto é aceitável, quando estas condições existem em grande parte das nossas escolas? É aceitável que esta

discriminação possa persistir? É aceitável que esta discriminação possa existir na nossa Região, que estes alunos estejam a ser discriminados há 20 anos em relação a estas condições, quando em todos os outros sítios ou na maior parte dos outros sítios já foram feitos avanços e muito bem? O que é que leva a que permaneça a discriminação em relação a estes alunos, a estes pais e a estes órgãos de escola?

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor não deve ter ouvido o que disse a Sra. Deputada!

O Orador: Será o facto de se terem queixado? É um castigo? Os senhores falaram, os senhores protestaram, está aqui o castigo! Ninguém contesta o poder absoluto do Partido Socialista! Está aqui o castigo de quem levanta a voz para discordar do Partido Socialista! É isto que eu percebo que aqui se está a descrever. Não vejo nenhuma outra razão. Ou então o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda tem razão, são interesses económicos que aqui se estão a favorecer em detrimento das condições dos alunos no âmbito da frequência àquele espaço escolar! E, portanto, é esta a questão.

Agora, se esperamos, estamos à espera de que o Sr. Secretário tenha algum tipo de solução. Não tem solução nem para isto nem para coisa nenhuma no âmbito do Sistema Educativo, porque o Sr. Secretário é o responsável pelo caos do Sistema Educativo! O senhor é o responsável, o senhor é o primeiro responsável por tudo o que está a suceder na nossa Região em relação ao caos que se instalou no Sistema Educativo! E o senhor atua sempre com a maior frieza. O senhor atua com a maior frieza. Para o senhor, como o senhor não vai a votos, como não lhe vão pedir responsabilidade, como o senhor está a terminar o exercício das suas funções (acaba aqui daqui a uns meses, graças a Deus), V. Exa. não se sente coagido a nada.

Deputada Mónica Rocha (PS): Que desagradável!

O Orador: Não se sente coagido absolutamente a nada. E, portanto, é o Partido Socialista que o suporta, que o suporta do ponto de vista político. Do ponto de vista político. É o Partido Socialista que o suporta do ponto de vista político, que terá que ficar com as causas e as consequências da sua atuação. Tenho mais algumas coisas a dizer, mas fica para uma segunda intervenção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições. Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(* **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

O que é no mínimo estranho é o argumento que se utiliza agora para a Escola da Povoação para não se fazer as obras, que é: ai, não podemos fazer obras, não podemos arranjar a escola porque temos cada vez menos crianças. Foi exatamente o mesmo argumento quando o seu Governo, contra tudo e contra todos, esbanjou milhões...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O nosso!

A Oradora: ... em mega escolas, escolas de freguesia como a Escola da Feteira que tinha acabo de ser completamente recuperada, tinham-se gasto 5 mil euros para recuperar a Escola da Feteira, que teve que ser fechada para se conseguir encher a Escola de São Sebastião, que era uma mega escola e não tinha crianças para pôr na escola. Portanto, já nessa altura havia um decréscimo demográfico, havia cada vez menos crianças e o Governo Socialista apostou em mega escolas com acabamentos de luxo, com equipamentos de última geração, muitos deles que nem sequer chegaram a funcionar porque os seus custos de manutenção e de funcionamento eram elevadíssimos.

Mas nem sequer esta política de betão foi consequente e nem sequer teve como critério as reais necessidades do parque escolar. E a prova disso é o que se passa por exemplo em São Miguel: temos escolas em Ponta Garça e Água de Pau completamente sobredimensionadas e depois temos escolas como a da Povoação em que os miúdos quase que não têm condições para que a escola funcione.

E devo-lhe dizer uma coisa, isto já parece a saga da Escola da Lagoa. E podia pegar em todas as intervenções que fiz nesta Casa para defender a Escola da Lagoa...

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso ia envergonhá-la. É melhor não!

A Oradora: ... e podia repetir exatamente o que que li aqui em relação à Escola da Povoação. O que muda são os vossos critérios.

E devo-lhe dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que ainda dizer que este Governo não quer fazer as obras daquela escola por uma questão de prepotência ou por uma questão de interesse de privados, nem sequer é isso que acontece. Quando eu digo aqui sistematicamente que as contas da alta finança da Vice-Presidência que está tudo muito bem, esbarram na realidade dos açorianos. É isto que se passa. A Secretaria da Educação não tem dinheiro! O Sr. Secretário não tem dinheiro! Não tem dinheiro para fazer obras e, portanto, tem que se escudar atrás de desculpas esfarrapadas, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas tem o ProSucesso!

A Oradora: ... tem que pôr a bancada do PS a fazer o pino para justificar uma situação que é injustificável! E depois ainda vem aqui dizer, cada vez que se fala da Educação, com aquele discurso demagógico dizer que os socialistas levaram as crianças à escola pela mão. Ó Srs. Deputados, tenham vergonha!

Muito obrigada.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sem dúvida!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ora aqui está um debate muito interessante entre quem propõe e quem tem a efetiva responsabilidade de concretizar.

Sras. e Srs. Deputados, o concelho da Povoação é um dos exemplos da evolução, da valorização da educação e do parque escolar na nossa Região.

Deputada Graça Silveira (Independente): Shame on you!

Deputado Jorge Jorge (PSD): Mas é contra ou é a favor da nova escola?

O Orador: É impossível falar neste assunto sem falarmos da história, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Por isso, vai-me dizer se é a favor ou se é contra!

O Orador: ... nas opções políticas do Partido Socialista naquela autarquia e nos Governos Regionais.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas diga lá: é contra ou é a favor?

O Orador: A escola está naquele edifício desde 1992. Até cerca de 1996, não havia no concelho da Povoação ensino secundário. Os povoacenses tinham que sair do seu concelho para prosseguirem os seus estudos. 2 anos depois...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, preste atenção!

Continuando, 2 anos depois, já com os Governos do Partido Socialista e fruto do aumento natural de alunos devido à implementação do ensino secundário naquele concelho, foram tomadas duas decisões extremamente importantes para aquele concelho e para toda a comunidade educativa naquele concelho: primeira decisão, reconstrução do atual edifício na vila da Povoação; segunda decisão, construção de uma escola na freguesia de Furnas que albergasse os alunos daquela freguesia e da freguesia da Ribeira Quente até

ao 9.º ano. O que é que estas duas decisões permitiram? Permitiram maior facilidade na gestão do espaço escolar. Foram duas decisões extremamente importantes para aquele concelho.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Queremos perceber a sua posição! O senhor é a favor ou é contra a escola nova?

O Orador: A reconstrução da escola na vila da Povoação permitiu, entre outras coisas, aumentar cerca de 20 salas àquele edifício. Permitiu...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Ainda não percebemos a posição do PS!

O Orador: Ó Srs. Deputados do PSD, se se acalmarem, vão perceber! Porque, efetivamente, as duas decisões que foram tomadas no concelho da Povoação, relativamente ao seu parque, permitiu uma maior facilidade na gestão do espaço.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Queremos é perceber a sua posição!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Qual é a posição do PS?

O Orador: Maior facilidade na gestão do espaço.

E, Sras. e Srs. Deputados, estamos a falar de 1997. Foi há 23 anos. É natural que se diga que há 10 anos estamos a aguardar...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Há 20!

O Orador: ... por uma intervenção naquela escola. Porque há 20 anos estávamos a inaugurar, no concelho da Povoação, já com os Governos do Partido Socialista, duas escolas naquele concelho!

Srs. Deputados, é importante esse “pormaior” que direi a seguir: devido à dimensão do nosso parque escolar em toda a Região, o caminho que tem sido feito tem sido um caminho longo, merecido, necessário e meritório, o caminho que tem sido feito na nossa Região relativamente ao parque escolar. Começou, não foi a primeira, mas foi quase, exatamente na vila da Povoação. E é preciso não esquecer esse facto. E é aqui que está a questão: construir ou

reconstruir uma escola em 1997 não é igual a construir ou reconstruir uma escola em 2020. Não é igual, Srs. Deputados, é um facto.

Deputado João Corvelo (PCP): Nem será igual em 2040 ou 2050!

O Orador: Seria injusto para todas as necessidades até hoje que se separasse o percurso de reconstrução das escolas nos Açores para voltar a uma que esteve no início deste ciclo de reconstrução do nosso parque escolar.

A escola da Povoação tem as mesmas condições e o mesmo nível de equipamento que a recentemente inaugurada Escola da Calheta, em São Jorge? Não tem e é natural que não tenha. Era justo... fica aqui a pergunta, Srs. Deputados e é importante que os senhores se debrucem sobre essa pergunta: era justo não requalificar a Escola da Calheta, em São Jorge, em detrimento de outra qualquer escola...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Está prometida desde 2010, Sr. Deputado!

O Orador: ... que esteve no início deste ciclo de reconstrução? Não era justo. A Escola da Povoação necessita de intervenções? Sim. Algumas já foram feitas, outras estão projetadas para o futuro.

É preciso mais e melhor? Sim, Srs. Deputados, na Povoação e em outros sítios da nossa Região. E é para isso que nós estamos a trabalhar! E é para isso que esse percurso não pode parar! É um trabalho contínuo e permanente que está a ser feito em toda a nossa Região.

E, Srs. Deputados, eu não tenho dúvidas algumas, que nesse espírito de compromisso que sempre norteou o Partido Socialista também na requalificação do parque escolar, que voltará a chegar o dia da vila da Povoação.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura *(Avelino Meneses)*: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O PCP ancora este Projeto de Resolução nalguma demagogia, inclusivamente nalgumas falsidades. O retrato de uma escola de 1964, com mais de 50 anos, sem qualquer conservação, com telhados de amianto e com falta de espaço não corresponde, de todo, à verdade. Neste mais de meio século, a escola conheceu um processo de ampliação e de reparações várias. Além disso, não possui coberturas com incorporação de amianto, não se debate com escassez de espaços, até porque hoje é menor a pressão estudantil após a construção, aqui já referida, da Escola das Furnas, também por força do decréscimo do número de alunos consequente da retração demográfica geral.

É certo, também aqui acabou de ser dito, que as condições físicas da Escola da Povoação não estão ao nível dos melhores estabelecimentos da Região Autónoma dos Açores, mas é falso que tais condições comprometam o desempenho pedagógico dos estudantes e o exercício profissional dos docentes e do pessoal de apoio educativo, pois não são, por si, fomentadoras de insucesso ou de indisciplina.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*: Por isso é que estão a fazer escolas novas!

O Orador: Vamos a factos:

Após um arrendamento de 1992 ao Governo Regional para efeitos de expansão do 2.º e do 3.º ciclos no concelho da Povoação, em 1997, para

efeitos de lecionação do secundário, ocorre a aquisição, pela Região, do edifício da Escola Maria Isabel Carmo Medeiros, até então um estabelecimento de ensino particular a funcionar em regime de paralelismo pedagógico;

De seguida, a Escola da Povoação entra em processo de ampliação, que lhe duplica o espaço;

Por acréscimo, procede-se à construção da Escola das Furnas, que até ano 9.º ano absorve, como se referiu, os alunos desta freguesia e também os da Ribeira Quente, contribuindo e muito para a diminuição da pressão estudantil sobre o estabelecimento da vila;

Em simultâneo, o município povoacense ainda faz a reabilitação de edifícios escolares do 1.º ciclo em diversas freguesias do concelho, facultando a fixação dos estudantes nas localidades de residência;

Além disso, no tempo que levo como Secretário Regional, pois é desse tempo que tenho pleno conhecimento, temos procedido à identificação das principais patologias do edifício e à sua continuada correção;

Em 2015 e 2016, as intervenções concentram-se no pavilhão, primeiro com a substituição da estrutura da cobertura na sequência da rutura de uma asna, depois com a substituição da própria cobertura para vedar infiltrações que vertiam água para o pavimento. O investimento foi, nesses anos, de quase 150 mil euros;

Mais recentemente, em 2018, foi identificado um processo de fissuração, considerado eventualmente preocupante pela estrutura técnica da Direção Regional da Educação. Após a conveniente monitorização da laje interior, o LREC concluiu tratar-se de um processo antigo e natural, a dispensar qualquer intervenção específica. Mesmo assim, nós procedemos à elaboração de um projeto, convertido na realização de uma empreitada agora concluída. Uma empreitada que contemplou consertos vários, a saber:

No bloco B, mais recente, a recuperação das alvenarias fissuradas que foram alvo de monitorização, a recuperação de tetos e pavimentos e a impermeabilização de caleiras e juntas de dilatação;

No ginásio e nos balneários, a recuperação do palco, a recuperação de portas danificadas, a substituição de azulejos das casas de banho, a substituição de envidraçados;

Na zona das caldeiras, a colocação de uma porta corta fogo entre a caldeira e os demais espaços e a reparação de uma parede;

No corredor do ginásio, a correção de infiltrações e o tratamento da própria parede;

No bloco A, a correção de destacamentos de betão;

No refeitório, a correção de infiltrações e a reparação da rede de esgotos;

E desta vez, após o apuramento mais recente de gastos, o investimento foi de 183365,21 euros.

Também, em 2018, procedemos ao reequipamento informático da Escola da Povoação com a aquisição de 20 computadores de secretária, 13 monitores Led e 13 computadores portáteis, num montante de 25182,13 euros.

No conjunto, desde 2015, registamos, na Escola da Povoação, um investimento total de mais de 350 mil euros.

Feito isto, o processo não acaba aqui. Estão identificadas mais patologias:

A fissuração nas paredes externas do bloco B;

As melhorias das condições técnico-funcionais e de higiene, segurança e trabalho da cozinha, por exemplo a colocação de piso antiderrapante;

A intervenção no campo de jogos exterior, casos da recuperação do pavimento, também da captação e escoamento de águas de terrenos superiores, eventualmente a cobertura do recinto com cooperação da Câmara Municipal.

Para tanto, elaboraremos um novo projeto para a realização de novas intervenções.

De registar, neste processo de conservação e de beneficiação de instalações e de equipamentos, a cooperação da Câmara Municipal da Povoação, por exemplo, e agora, na remodelação e reequipamento dos laboratórios.

Dito isto, com humildade, mas também com aquela porção de frontalidade que cai bem na política, e ao contrário da pretensão do PCP, não procederemos, muito menos com caráter de urgência, à construção de uma nova escola na Povoação. O projeto não consta de nenhuma das ações do Plano de 2020, aprovado nesta Assembleia Legislativa Regional e já em execução, e também não constitui qualquer compromisso do Partido Socialista para a legislatura em curso. Ademais, e como referi em 2015 e 2016 quando a questão foi suscitada pelo PSD, até 2020, no âmbito do Quadro Comunitário em vias de conclusão, não sobram os recursos indispensáveis à concretização de um tal projeto. Com recursos finitos, não propriamente infinitos, quer isto dizer que, se razões houvesse e só poderiam ser de segurança, a construção de uma nova escola na Povoação teria de fazer-se agora e necessariamente à custa de qualquer projeto já devidamente planeado.

De resto, a evolução do número de alunos também não aconselha a edificação de um novo estabelecimento escolar na Povoação, já que, em vez da expectativa do acréscimo, imperam as expectativas do decréscimo. Senão, vejamos: em 2014/2015, no meu primeiro ano de Secretário Regional da Educação e Cultura, a Escola Maria Isabel Carmo Medeiros tinha 563 alunos. Volvidos pouco mais de 5 anos, no atual ano letivo de 2019/2020, a Escola Maria Isabel Carmo Medeiros tem 434 alunos. Menos 129. Já foi aqui referido. Mas se considerarmos a totalidade da EBS da Povoação, em 2014/15, havia 1128 alunos; em 2019/20, 911. Menos 217.

Há a acrescer a tudo isto: as opiniões da comunidade povoacense também não convergem na construção de uma nova escola, que teria de erguer-se necessariamente longe do centro, condenando a vila à desertificação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pelo amor de Deus!

O Orador: De facto, são muitos os que relevam as vantagens da escola na malha urbana, já que fomenta o diálogo intergeracional e contribui para a prevenção do desvio, contra as desvantagens da transferência para local ermo, o atrás citado abandono do centro da vila, e a crise e a perturbação da economia local.

Em suma, confirmamos a identificação de patologias no edifício da Escola Maria Isabel Carmo Medeiros, que combateremos com denodo.

Além disso, a conclusão, para breve, do parque escolar regional libertará mais verbas para a conservação e beneficiação de instalações, por exemplo e também as da Escola da Povoação.

Com efeito, o parque escolar regional encontra-se em fase de conclusão, fruto de quatro obras estruturantes e em desenvolvimento no âmbito da execução do Plano da Região Autónoma dos Açores para 2020. São elas:

O prosseguimento, para breve, da obra de requalificação da Escola das Capelas. Neste caso, concluído o projeto de AVAC, indispensável à obtenção da certificação energética exigida, decorre o concurso em fase de análise de propostas, que precede a celebração do contrato e o envio para visto do Tribunal de Contas;

A construção da Escola de Rabo de Peixe, cujo processo se encontra em Tribunal de Contas para obtenção do visto;

A construção da Escola dos Arrifes, em processo de análise das propostas apresentadas a concurso;

E a remoção das coberturas com incorporação de amianto da EBI da Lagoa, em fase de concurso, que admite a apresentação de propostas até ao dia 2 de março.

Posto isto, e num futuro não muito longínquo, sobrarão mais recursos para a reparação e conservação de instalações escolares, mas, mesmo assim, e para tal fim, já o Plano da Região para 2020 reserva para esse efeito uma soma de 3 milhões e meio de euros, cabendo à Escola da Povoação uma verba de 330400 euros.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, quero aqui... e poderia usar as mesmas palavras que o senhor usou, mas não o vou fazer. Não o vou chamar de falso porque não o devo fazer. Não vou dizer que o senhor é incompetente em relação às questões da educação, claro que não o vou fazer!

Deputada Graça Silveira (Independente): Não vai dizer, vai só pensar!

O Orador: Vou só relembrar que, em 2014, o Sr. Secretário Regional visitou a escola e teve reuniões com vários elementos – docentes, pais, órgãos de gestão. Não ouviu palavras de apoio à posição, que já na altura tinha, de manter as atuais estruturas. Muito pelo contrário, na reunião com os docentes, por exemplo, durante 2 horas, ouviu as razões pelas quais a Secretaria da Educação estava errada. Lembra-se disso, Sr. Secretário? Foi em 2014!

E ouviu, não opiniões, mas factos, que demonstravam, na altura como hoje, que era e continua a ser urgente a nova escola na Povoação!

Sr. Secretário, as eleições são para breve. As pessoas da Povoação não se esquecem daquilo que o Partido Socialista lhes está a fazer e tem feito durante esses anos todos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como o Sr. Deputado João Paulo Ávila estava a dizer, é preciso ter um bocadinho de noção da história. Eu vou regressar ao século XIX, ...

Deputado Francisco César (PS): Vai regressar é porque lá estive!

O Orador: ... onde posso inserir as afirmações produzidas pelo anterior Presidente da Câmara da Povoação, que é o que está subjacente ao pensamento também do Sr. Secretário, que é da mesma época. E diz assim, a justificação é esta: “E todos sabemos, quando não há gente, não há negócio. E não havendo negócio, não pode haver emprego.” Está a ver a sua tese, Sr. Deputado? Está plenamente confirmada pelo então autarca da Povoação.

Mas ele diz mais, e vejam bem isto, porque isto não é próprio de um Partido Socialista, eu diria que está muito mais à direita... nem sequer é bem à direita, muito de extrema direita, e diz o seguinte: “Também é da máxima importância que os estudantes estejam integrados na vida do dia a dia das nossas comunidades. O controlo social (...)”, imaginem, “(...) que é naturalmente exercido sobre o comportamento das crianças, dos adolescentes e dos jovens favorece a sua saudável integração social e a sua evolução psicológica como cidadãos perfeitamente integrados na sociedade.”

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Está tudo explicado!

O Orador: Integração psicológica!

E depois, veja bem, explicou que “se a escola for contruída fora, os alunos podem estar vulneráveis a comportamentos desviantes.” Isto... eu localizei isto no século XIX. Eu podia ter metido isto no início da Santa Inquisição, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): É isso mesmo!

O Orador: ... porque é aí que esse tipo de pensamento escatológico se pode inserir.

Mas isto mostra aquilo que está subjacente à decisão do Partido Socialista, que são, de facto, interesses económicos! É aqui confessado! Foi confessado pela intervenção do Sr. Secretário! E aquelas condições que os alunos estão a enfrentar, que são condições miseráveis, pois, essas condições justificam-se porque é economicamente importante, porque é preciso controlar comportamentos desviantes!! E quem diz isto são responsáveis do Partido Socialista, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do Governo do Partido Socialista!! Isto é tolerável, meus senhores? E falam, os senhores, de 1996! É melhor é que falem do século XIX! É melhor é que falem até, recuando um pouco, que é onde os senhores devem estar, é o início da criação da Santa Inquisição! E isto é que demonstra aquilo que está subjacente ao vosso pensamento absolutamente retrógrado sobre a Educação!! E é isso que explica o vosso pensamento sobre esta matéria!!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Jorge Jorge, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar encontrar alguma coerência na vossa incoerência, do Partido Socialista e do Governo, do que tem sido a atuação nesta Casa em relação a matérias mesmo da Educação e sem ser da Educação, para concluir que,

apesar de dizerem hoje uma coisa, poderão amanhã, no dia seguinte, dizerem outra completamente contrária e que se aplaudem uns aos outros e ficam todos muito contentes uns com os outros.

Relembro, por exemplo, a recuperação do tempo de serviço dos professores, quando estávamos aqui a debater para o Plano e Orçamento de 2019, em que, no dia do debate da Educação, o Partido Socialista e o Sr. Secretário defenderam uma coisa, para, no dia seguinte ou passados dois dias, o Sr. Presidente do Governo afirmar outra.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor tem de ultrapassar isso! Tem de digerir isso e seguir em frente!

O Orador: Posso ir buscar outro assunto também, fora da área da Educação, que tem a ver com a integração dos trabalhadores precários, que, há poucos meses, chumbaram uma proposta do Bloco de Esquerda, para, ontem, aprovarem uma proposta do Governo.

Posso também dizer que, de todas as intervenções, e sendo clara a do Sr. Secretário, que disse muito claramente que não via com urgência a necessidade de uma escola agora na Povoação, eu, pelo contrário, acho que das palavras dele, das palavras do Deputado João Paulo Ávila, o que se depreende é que há uma grande urgência de uma escola na Povoação. E tirando a posição que o Sr. Secretário disse, bastante clara, mas, como eu disse, amanhã pode ser ultrapassado pelo Sr. Presidente do Governo ou até pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como aquela questão das aulas nos tempos das férias, tirando a posição do Sr. Secretário, não consegui ainda perceber qual é a posição do Partido Socialista. O Partido Socialista é contra ou a favor da construção de uma escola na Povoação?

Este assunto, ao contrário do que aqui foi passado, não tem 10 anos. Este assunto tem no mínimo 21 anos. No dia 14/05/2009, a então Secretária Lina

Mendes dizia, ou melhor, explicou, e agora vou citar: “Que, há 10 anos, o Governo Regional manifestou a intenção de construir uma nova escola (...)”. E depois continua a frase. Isto para lhe dizer que numa determinada situação, numa Comissão, a Secretária de então, Lina Mendes, já dizia que há 10 anos que o Governo Regional queria fazer uma escola na Povoação. O que é certo é que passaram 21 anos e não existe escola na Povoação.

E agora é que eu gostava de tentar perceber, para finalizar, qual é a posição do Partido Socialista. A Sra. Deputada Eduarda Pimenta começou por dizer que entende que a comunidade escolar deve ter as melhores condições. Disse mais coisas, eu tirei aqui este pensamento. Disse também que, ao longo dos anos, depois foi confirmado pelo Deputado João Paulo e pelo Sr. Secretário, foram realizadas várias obras. Ora, há poucos meses, a assembleia de escola fez-nos um parecer que fez chegar à Comissão. Das duas, uma: ou os senhores consideram que aquele parecer é falso ou que tem informações falsas e que a assembleia de escola não tem razão naquilo que tem lá escrito, e então acho que devem contestar o parecer; se não consideram e consideram o parecer como válido, obviamente que não vejo aquilo que dizia a Sra. Deputada Eduarda Pimenta, que o Partido Socialista estava muito preocupado e que se devia tentar ter as melhores condições e conseguir as melhores condições para a comunidade escolar. Portanto, das duas, uma: ou o parecer da assembleia de escola e que também vem acompanhado de um parecer da associação de pais é verdadeiro e então é muito urgente, é extremamente urgente a construção de uma nova escola, porque, independentemente do número de alunos estar a subir ou estar a diminuir ou estar a aumentar, como disse o Secretário, na maior parte dos concelhos dos Açores, talvez onde foram feitas intervenções, o que se verifica é uma diminuição da população escolar e as intervenções não deixaram de ser feitas por causa delas, e muito bem... E, portanto, o que está aqui em causa são as

condições que os alunos têm para poderem conseguir frequentar e fazer o seu percurso escolar com sucesso e com as melhores condições.

E, portanto, da mesma maneira que comecei, vou terminar, que é dizendo o seguinte: gostava de perceber qual é a posição da bancada do Partido Socialista, que ainda não percebi. Mas também considero que, da mesma maneira que em 2009 votaram a favor de uma recomendação ao Governo para a construção da escola, agora podem votar contra e dar o dito pelo não dito.

Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, a intervenção do Sr. Secretário Regional sobre esta matéria, julgo eu que merece uma resposta e uma análise até aos argumentos que foram por si aduzidos para a não opção do Governo pela construção de uma nova escola. Em primeiro lugar, diz o Governo que a obra não consta nem do programa do Governo nem do Plano e Orçamento para 2020. Bem, este é um argumento curioso, porque a obra não consta desses mesmos planos ou do Programa do Governo porque o Partido Socialista e o Governo não quiseram, porque se quisessem, tinham incluído essa mesma escola, tando no Plano, como no Programa do Governo. Ou seja, há uma opção deliberada do Governo Regional e do Partido Socialista em manter tudo como está, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro! Retrograda!

O Orador: ... fazendo uns remendos quando é inevitável, quando não há absolutamente condições nenhuma até do ponto de vista da segurança para a manutenção daquela situação, mas mantendo, no fundo, todas as condições deploráveis da escola, que estão amplamente descritas no parecer da assembleia de escola, exatamente da mesma forma.

A diminuição do número de alunos, bem, é daqueles argumentos que, sinceramente, Sr. Secretário, não devia ter utilizado. É porque com esse argumento nenhuma obra, nos últimos anos, teria sido feita. Como é óbvio, todos conhecemos a diminuição do número de alunos e não é por isso que o Governo Regional tem deixado de executar as obras que são necessárias, seja de remodelação, de ampla remodelação nalguns edifícios escolares, seja pela opção de novas construções noutros edifícios escolares. Ou seja, não há absolutamente nenhum motivo para, com uma diminuição do número de alunos a ter existido nos últimos anos, não se efetuar a construção de uma nova escola, como pede a comunidade.

Depois, o terceiro argumento, e que julgo que é esse que está subjacente aos verdadeiros motivos da não opção de construção de uma nova escola, diz o Sr. Secretário que a obra teria que ser feita em local ermo. Sr. Secretário, eu julgo que a vila da Povoação e os seus arredores não são o Pico da Vara! E eu julgo que ninguém está a pedir uma escola no Pico da Vara! Bem sei que o Governo agora tem uma certa tendência em fazer obras em montes, seja a bagacina, seja na Lagoa do Fogo onde quer fazer alguns túneis.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor está a ficar especialista em identificar terrenos!

O Orador: Mas ninguém está a pedir uma escola no Pico da Vara! Há, certamente, localizações relativamente próximas do centro da vila que são

possíveis e que permitem a construção da nova escola. Basta ter vontade política.

E, de facto, o problema são os interesses que são subjacentes a esta decisão, porque os interesses dos alunos e da comunidade estão a ser preteridos, sempre, há mais de 10 anos pelo menos, na Escola da Povoação, em benefício de interesses económicos. E o interesse da Educação, o interesse dos alunos é que deveria estar em primeiro lugar.

E o Governo, nesse caso o Partido Socialista que é quem irá, obviamente, votar, tem aqui oportunidade de dar um sinal, de voltar atrás e tomar uma decisão, que tem de ser tomada, de recomendar ao Governo que ponha mãos à obra e que resolva aquele problema de uma vez por todas.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os responsáveis do Partido Socialista consideram, como o Sr. Secretário reiterou, por causa do negócio, por causa de comportamentos desviantes e por causa do controlo social e psicológico... Por causa do controlo social e psicológico, isto é uma coisa absolutamente retrógrada! Eu tenho dificuldades em compreender que o possa estar a dizer isto em 2020. Em 2020! Vejam o anacronismo (boa palavra) desta maioria absoluta! Mas por causa destas três coisas – do negócio, do comportamento desviante e do controlo social e psicológico – acontece a estes alunos o seguinte: em dias de chuva, os alunos não têm outro espaço onde se recolher durante os tempos livres a não ser no refeitório, o que os obriga a circular pelos mesmos

corredores onde decorrem aulas. Tudo isso para que não possam ocorrer comportamentos desviantes.

A outra questão é: a proximidade da via pública é tal, que muitas vezes o professor tem de interromper o seu discurso sempre que um veículo mais ruidoso ou uma mota passem em frente à escola, o que perturba a concentração dos alunos. Graças e para controlar os comportamentos desviantes.

E depois o seguinte: a proximidade entre os dois blocos das salas é tal que é possível a partir de uma das salas de um dos blocos acompanhar o discurso do professor e as intervenções dos alunos das outras salas. E porque é que isto acontece? Por causa dos comportamentos desviantes e por causa do controlo social e psicológico. Isto é uma coisa incrível! E é por isso que se mantêm esses alunos.

E, finalmente, a proximidade... (eu já não tenho mais tempo) devido à exiguidade de espaço, salas específicas, como salas de educação musical e de educação tecnológica. Vejam bem estas condições verdadeiramente terceiro-mundistas! Por não existirem... Não sou eu que o digo! São os pais! Devido ao facto de não existirem salas de educação e de educação tecnológica... Estas salas de educação musical e de educação tecnológica encontram-se localizadas junto das restantes salas, o que faz com que o som e os ruídos normais da lecionação destas disciplinas – música – seja audível nas restantes salas ou mesmo em toda a escola, constituindo mais um fator de desconcentração dos alunos. Ou seja, o aluno está a aprender história e a seguir alguém está a tocar viola e bateria. Mas isto são condições que são aceitáveis, porquê?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Porque o Governo quer impedir o comportamento desviante, porque o Governo quer ter controlo social e psicológico sobre os alunos e

porque, meus amigos, é necessário acautelar o negócio! Porque é necessário acautelar o negócio!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate. Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam...

Sras. e Srs. Deputados!...

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 16 Deputados do PSD, 1 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 1 do PPM e a Sra. Deputada independente.

Presidente: Concluímos este ponto da nossa agenda.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta não é a primeira vez que fazemos esta proposta. Ela tem sido recorrente na nossa intervenção nesta Casa, como por exemplo no Plano Regional de 2019 e no Plano Regional de 2020. E não perderemos nenhuma possibilidade de a defender, como fazemos quando, na atividade do PCP – pautada pelo contacto permanente com as populações –, nos apresentam os problemas por elas vividos.

Não desistimos do concelho da Povoação, tal como não desistimos de nenhuma batalha pelo futuro dos Açores e pela melhoria das condições de

vida do povo açoriano. Sabemos que esta proposta foi recentemente e agora mesmo chumbada, mas podem ter a certeza de que a apresentaremos as vezes que forem necessárias até vermos concretizada a nova Escola da Povoação. Por isso, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez afirmamos que só a construção, de raiz, de uma nova escola: primeiro, garantirá as necessárias condições para que as crianças do concelho vejam reconhecido o direito à Educação e ao Ensino; segundo, assegurará um futuro melhor para o concelho da Povoação; terceiro, contribuirá para combater o isolamento do concelho.

A proposta que o PCP aqui apresentou é da mais elementar justiça. Esta votação demonstrou quem está com o Sistema Educativo Regional e quem está, neste caso, com o concelho da Povoação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista não aprovou este Projeto de Resolução, não só pelos argumentos apresentados durante o debate, ...

Deputado João Corvelo (PCP): Só pode ser uma piada!

O Orador: ... mas porque esse é um Projeto de Resolução em que o partido proponente tenta esvaziar o que efetivamente conversou quando se deslocou à Povoação.

A comunidade educativa do concelho da Povoação sabe que o Partido Socialista nunca os abandonou...

Deputado João Corvelo (PCP): Não! Votou contra!

O Orador: ... e nunca os vai abandonar. Foi assim na reconstrução da atual escola, foi assim na construção de uma nova escola nas Furnas e será assim

sempre. Sempre! Como podem comprovar todas as conversações realizadas entre o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Governo Regional, a Câmara Municipal e toda a comunidade educativa daquela escola, que, de uma forma responsável, estão a pensar no futuro daquela escola.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM votou a favor da iniciativa do PCP porque nós consideramos que os encarregados de educação, os professores, os alunos, todos aqueles que se preocupam com o bem-estar da comunidade educativa daquela escola têm razão. Têm razão quando reivindicam que a escola deve ter espaços de convívio condignos para os alunos, devem ter salas de estudo, deve ter gabinete médico, deve ter uma biblioteca devidamente organizada, devem ter salas de apoio, espaços corretamente adaptados à prática da educação física e devem ter espaços de lazer e espaços verdes.

Votei favoravelmente porque eu considero que aqueles alunos devem ter um anfiteatro, como existe em muitas escolas da nossa Região, devem ter salas devidamente dimensionadas para educação musical, para educação tecnológica, para o ensino das tecnologias de informática.

Eu considero também e votei favoravelmente a sua proposta, Sr. Deputado, porque considero que não é digno que em dias de chuva os alunos tenham apenas como único refúgio o refeitório dessa escola e que não exista nenhuma perspetiva diferente.

Eu votei a favor da sua proposta, Sr. Deputado, porque eu considero que não existem as condições mínimas para que as aulas possam funcionar corretamente, quando a comunidade descreve que a proximidade da via pública é tal que muitas vezes o professor tem de interromper o seu discurso sempre que um veículo mais ruidoso passa, e que se ouvem as intervenções dos alunos e do professor das aulas que estão a decorrer nas salas de aula que estão junto dessa aula, onde decorre essa aula. Eu estou de acordo que não é possível, não é digno, não são as melhores condições, que os alunos estejam a ter uma aula de geografia ou de história ou de biologia e ao mesmo tempo na sala logo ao lado esteja a decorrer uma aula de educação musical e que não seja possível, obviamente, criar as condições para que a aprendizagem se realize nas melhores condições. E tantas outras coisas, tantas, tantas outras coisas que aqui nos são descritas e não foram desmentidas pelo Grupo Parlamentar da maioria e pelo Governo.

E tudo isto sucede porquê, Sr. Deputado? E tudo isto sucede porque é preciso acautelar o negócio. E tudo isto sucede porquê? Porque é necessário impedir os comportamentos desviantes. E tudo isto sucede porquê? Porque é necessário ter controlo social e psicológico sobre os alunos. Quem o diz são os responsáveis proeminentes do Partido Socialista. Afirmações que foram mais ou menos repetidas pelo Governo Regional.

E eu considero que isto não é admissível. Não é admissível que aquela comunidade educativa tenha aquelas condições só porque existem estas perspetivas e esta mentalidade absolutamente retrógrada. Não é aceitável que isto possa suceder numa escola dos Açores em pleno século XXI! E em que

estes sistemas sejam debatidos e o Governo do Partido Socialista responda com a maior frieza e distanciamento em relação a esta questão e que nos diga: é assim porque somos nós que mandamos e continuará a ser assim.

E por isso, Sr. Deputado, votei favoravelmente a sua iniciativa, porque eu acho que as coisas podem mudar. Não mudaram agora, mas vão mudar no futuro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Careiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD entende que os povoacenses merecem mais e melhor e por essa razão votou favoravelmente esta iniciativa. As atuais condições da infraestrutura escolar da Escola Básica e Secundária da Povoação não vão ao encontro das necessidades da comunidade educativa. A Escola Básica e Secundária da Povoação não está ao nível da generalidade das outras escolas. Os povoacenses reivindicam há mais de uma década por mais e melhores condições, por uma escola nova. É esse o desejo dos professores. É esse o desejo dos alunos. É esse o desejo da comunidade educativa em geral. Os pareceres foram inequívocos e não nos restam dúvidas.

Portanto, a comunidade educativa merece um complexo escolar moderno, apetrechado, que promova um ambiente estimulante, que promova um bom ambiente entre todos os que lá convivem. Porquê? Porque, como já foi dito, é lá onde os nossos alunos e os nossos professores permanecem grande parte dos seus dias ao longo das suas vidas.

O investimento na Educação é um investimento que deve ser prioritário. Sem investimento na Educação não temos progresso.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP votou favoravelmente esta iniciativa do PCP porque acreditamos que esta reivindicação de uma construção de uma nova escola é, sem dúvida, algo legítimo desta comunidade escolar. Acho que, e depois do trabalho em Comissão e do próprio parecer da assembleia de escola, consideramos que estão elucidados e que estes falaram verdade em relação às condições daquela escola. Parece-nos que, relativamente à falta de espaço que esta apresenta, é da opinião, quer da assembleia de escola, quer o próprio Presidente do Conselho Executivo, que prestou declarações em novembro de 2019 a comprovar isso mesmo, estão a falar verdade, porque depois são eles que estão lá diariamente – os alunos, os funcionários, os professores – e que lidam com aquela realidade.

E, portanto, parece-nos que é urgente esta intervenção. Parece-nos que não é justo continuar com a política de remendos sem que esta resolva aquela situação de uma forma definitiva.

E parece-nos que, ao contrário daquilo que foi dito pelo Sr. Secretário, o parque escolar só estará completo quando tivermos também na Escola da Povoação uma nova escola.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente o Projeto de Resolução da autoria do PCP, que recomendava a construção de uma nova escola na Povoação, escola básica e secundária, porque ele recomenda algo que é mais do justo, que é uma aspiração antiga daquela comunidade educativa e da população do concelho da Povoação.

Os problemas que aquele edifício escolar tem são por demais conhecidos, foram amplamente debatidos, não só hoje, mas também no passado. São reconhecidos pela comunidade, mas também pela Câmara Municipal. E são reconhecidos também pelo Governo. O Governo, no entanto, em vez de os resolver, fará, durante sabe-se lá quanto mais tempo, remendos, em vez de criar uma solução de fundo para aquele problema. Continuarão, os alunos, a terem que se deslocar sempre que quiserem utilizar o auditório, a biblioteca, o pavilhão gimnodesportivo. Continuarão, os alunos, sem espaços exteriores. Continuarão, os alunos, a terem de andar à chuva no inverno numa escola que não tem, de facto, as condições que são exigíveis no século XXI. E tantos anos depois e quando há, obviamente, condições económicas na Região, quando o Governo tem condições financeiras para isso e quando o parque escolar da Região já ultrapassou esta fase em que existiam efetivamente grandes constrangimentos em várias escolas da Região.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda foi, obviamente, sensível àqueles que foram os argumentos da assembleia de escola. E esses são os argumentos que têm que ser e que devem ser atendidos e que devem ser ouvidos, o superior interesse dos alunos e não outros interesses, como referi e que como foi aqui amplamente dito, que é o interesse económico em manter a escola naquele mesmo local. E esse interesse não beneficia os alunos, aliás, prejudica e tem prejudicado gerações de alunos que passam por aquela escola.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

E, por fim, para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que esta é aquela declaração de voto que seria perfeitamente desnecessária. Não faz sentido nenhum termos uma Região onde temos alunos com mega escolas, com acabamentos de luxo completamente desnecessários, com equipamento de última geração que nem sequer funcionam porque não há meios para os pôr a funcionar e termos outras escolas com condições tão precárias, em que não há as condições mínimas de aprendizagem, do trabalho dos professores.

E, portanto, um Governo que se diz socialista, que diz que quer criar igualdade de oportunidades aos açorianos. O que é que estas crianças vão aprender de justiça, de igualdade de oportunidades, quando se veem todos os dias a ir para uma escola que não tem, de todo, as mesmas condições que uma escola que existe no concelho vizinho? Isto não é justo! Isto não é justiça! Isto não é igualdade de oportunidades!

E, portanto, penso que o Governo Regional está bem a tempo de rever a sua posição e criar as condições para estes jovens, que têm todo o direito a terem as suas condições na sua escola para estarem em igualdade com todos os outros jovens da Região.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerramos este ponto de agenda. Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18h.

Eram 17 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 08 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Jorge Jorge ocupou o seu lugar na Mesa)

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Entramos agora no ponto 11 da nossa agenda: **Projeto de Resolução n.º 146/XI – “Classificação da Igreja do Carmo”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Chega, hoje, ao Plenário desta Assembleia, a iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD/Açores que recomenda ao Governo que proceda à classificação da Igreja do Carmo, na ilha do Faial, como monumento de interesse público, de acordo com o estipulado no Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015.

Em primeiro lugar, fazemo-lo porque entendemos que estamos perante um valioso e importante conjunto arquitetónico que marca a imagem desta cidade da Horta, detentor de um riquíssimo acervo artístico. Fazemo-lo também atendendo ao seu relevante papel histórico e inegável interesse cultural.

Acreditamos que a sua classificação permitirá inventariar com todo o rigor o património em causa, protegê-lo e valorizá-lo. Aliás, nada justifica que este monumento ainda não tenha sido classificado. Se a classificação da Igreja de Nossa Senhora do Carmo já tivesse acontecido em tempo oportuno,

provavelmente não se teria deixado degradar ao ponto a que chegou, nem se teriam permitido construções de duvidoso enquadramento na envolvente do antigo Convento e Igreja do Carmo.

Acresce a isto que o Convento do Carmo, anexo à Igreja, que pertence ao Estado e que até 2008 esteve afeto a funções militares, em 2016, foi integrado no projeto REVIVE, pelo qual se espera que, num futuro próximo, possa ser reabilitado para fins turísticos, sendo que, neste contexto, a classificação que nesta iniciativa se defende é igualmente importante.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem sofrer obras de manutenção adequadas, com o tempo a degradação daquele templo foi-se acentuando e agravou-se com o forte sismo de 1998 que abalou, especialmente, as ilhas do Faial e do Pico. Durante alguns anos, muito do acervo patrimonial daquela Igreja foi seriamente danificado devido a muitas infiltrações, resultado de partes do teto do edifício que ruíram. Outro património que, entretanto, foi sendo retirado daquele local, mas acondicionado em condições deficientes, também se degradou comprometendo a sua recuperação.

Face a esse estado de degradação, a Ordem Terceira do Carmo, proprietária daquele imóvel, não ficou à espera dos apoios. Pela ação meritória do seu reitor Rev. Pe. Marco Luciano, aquela Ordem iniciou, nos últimos anos, com recursos próprios, com a colaboração da Câmara Municipal da Horta, da Junta de Freguesia da Matriz e de muitos particulares e benfeitores, a recuperação daquele templo.

Primeiro, foi recuperada a Capela dos Terceiros do Convento do Carmo e anexos e reaberta ao público, ao culto e às atividades da Ordem, em 2015.

Mas o trabalho de recuperação prosseguiu, de forma gradual e persistente, e estendeu-se à igreja propriamente dita, conseguindo, a 29 de julho de 2018,

a sua reabertura ao culto, após 22 anos em que esteve fechada e quase ao abandono.

Este foi, sem dúvidas, um passo importante e é um ato merecedor de registo e de reconhecimento a todos os que neste trabalho colaboraram, sendo, também, motivo de particular apreço e satisfação de todos os faialenses.

Neste contexto, queremos que a classificação da Igreja do Carmo, na cidade da Horta, que agora propomos, constitua igualmente um reconhecimento justo a todo este trabalho de recuperação que tem sido levado a cabo pela Ordem Terceira do Carmo com a colaboração de algumas entidades públicas e privadas e, sobretudo, de muitos e muitos cidadãos e benfeitores, num verdadeiro movimento de cidadania ativa que queremos registar e elogiar.

Finalmente, trazemos este assunto a esta Assembleia procurando também sensibilizar e apelar ao Governo Regional dos Açores para que, para além de proceder à classificação deste imóvel, participe ativamente na sua recuperação, designadamente, respondendo positivamente aos pedidos de apoio efetuados pela Ordem Terceira do Carmo.

A verdade é que, apesar do trabalho em curso, aquele majestoso templo ainda está privado de muito do seu acervo patrimonial. Há, por isso, para a total recuperação e restauro do seu património artístico, muito trabalho ainda por fazer, tarefa para a qual também se aguarda o devido apoio técnico e financeiro do Governo Regional dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A ausência de uma classificação da Igreja do Carmo é uma lacuna que todos, enquanto políticos e cidadãos, temos a obrigação de colmatar, por respeito ao valioso património que nos legaram os nossos antepassados, mas também pelo que queremos deixar às gerações vindouras.

Saibamos todos dar esse contributo.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) Deputado Tiago Branco (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Igreja do Carmo integra um enorme e valioso património arquitetónico da cidade da Horta. A sua localização no centro desta cidade, com uma vista privilegiada sobre a mesma e para as vizinhas ilhas do Triângulo, bem como a sua imponência e carácter único de construção em estilo Barroco não permitem que a sua presença passe despercebida a quem visita o Faial ou a quem cá vive.

Ademais, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo é, como já foi aqui referido, o primeiro templo Carmelita a ser construído em Portugal e uma das maiores dedicada a Nossa Senhora do Carmo. A ela está igualmente associado um valiosíssimo acervo patrimonial, muito dele ainda com necessidades evidentes de recuperação.

Apesar de muito ter sido feito ao longo dos anos através de parcerias entre a Ordem Terceira do Carmo, proprietária daquele imóvel, o Governo Regional, a Câmara Municipal da Horta e outras entidades e pessoas colaborantes, que permitiu a sua abertura ao culto 22 anos depois do seu encerramento em condições de segurança necessárias à sua prática, o que é facto é que a sua recuperação não se encontra ainda concluída.

A este nível, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode deixar de saudar a Ordem Terceira do Carmo, nomeadamente o seu reitor, o Rev. Pe. Marco Luciano, pelo trabalho excepcional que tem vindo a realizar com o

apoio voluntário de muitos faialenses, tendo em vista a sua total recuperação daquele templo e a sua devolução à cidade.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: De referir que anexo a esta igreja está o Convento do Carmo, que esteve afeto a funções militares até 2008. Desde então, foi deixado ao abandono pelo Estado, até que, em 2016, numa solução preconizada pelo Governo da República do Partido Socialista, foi integrado no programa REVIVE, o que permitirá a curto prazo a sua reconversão num emblemático hotel de 5 estrelas, cuja construção terá em conta a sensibilidade da sua localização, nomeadamente a interligação com a própria igreja.

Deste modo, o Grupo Parlamentar do PS entende que a classificação da Igreja do Carmo como imóvel de interesse público poderá ser mais um importante contributo, quer para a imortalização da sua história, quer para potenciar ainda mais a sua restauração e requalificação de toda aquela zona. Tal classificação permitirá à Igreja do Carmo ser apoiada financeiramente pela Direção Regional da Cultura, de acordo com o regime de apoios a conceder pela Administração Regional Autónoma à recuperação e conservação do património cultural imóvel e móvel da Região Autónoma dos Açores pertencente a entidades privadas e que resulta numa união de esforços entre entidades públicas e privadas para a preservação do património coletivo. Aliás, tal como feito no passado relativamente a este mesmo imóvel, bem como aquilo que está a ser levado a cabo no presente, nomeadamente no processo de recuperação do património religioso da ilha do Faial, concretamente na reconstrução das igrejas afetadas pelo sismo de 1998, onde o Governo Regional, através de um protocolo celebrado com a Diocese de Angra no valor 8.6 milhões de euros, tem assegurado 75% do financiamento dessas construções, tendo sido já reerguidas as novas igrejas

dos Flamengos e do Salão, seguindo-se as igrejas de Pedro Miguel e da Ribeirinha.

Ora, sendo a Igreja do Carmo um marco relevante para a história da ilha do Faial, que atesta a relevância da Horta e da sua baía no âmbito da história dos Açores a partir do século XVII, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): E os cabos submarinos?

O Orador: ... o Grupo Parlamentar do Partido Socialista viabilizará o Projeto de Resolução em discussão, que propõe que sejam desenvolvidos os procedimentos necessários tendo a vista a sua classificação como imóvel de interesse público, à semelhança do que foi feito recentemente pelo Governo Regional ao classificar o Castelo da Rocha Negra, na freguesia dos Cedros. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (*CDS-PP*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Surge em boa hora esta iniciativa do PSD, como forma de salvaguardar a Igreja do Carmo e a sua envolvente, pois a verdade é que tem existido um longo percurso e um grande esforço, nomeadamente da Ordem Terceira do Carmo pela ação meritória, ativa e dinâmica do Reitor Rev. Pe. Marco Luciano, bem como de outras entidades e muitos particulares, na recuperação e restauração de parte desta Igreja.

O PSD apresenta aqui uma iniciativa que tem como resolução a classificação, como monumento de interesse público, da Igreja do Carmo, na cidade da Horta. Estamos, sem dúvida, perante um imóvel com interesse histórico cultural que é necessário preservar. E, como tal, a inventariação e classificação deste imóvel será, sem dúvida, uma salvaguarda para que este fique protegido, valorizado, mantendo assim a sua autenticidade e identidade.

Também tem um aspeto, que até foi aqui mencionado, que é facto de também conseguirmos manter... e é importante sempre termos isso na nossa ação, que é a manutenção destes imóveis com interesse cultural e que fazem parte da nossa história, para que também seja a transmissão às futuras gerações desta nossa cultura.

É verdade que já se conseguiu um longo percurso, já se conseguiu reabrir e reativar uma igreja que esteve durante 22 anos fechada. Já se conseguiu recuperar e manter parte deste imóvel, mas claro que há ainda um longo percurso que é necessário fazer. Mas sem dúvida que esta classificação será mais um contributo.

A instrução deste processo administrativo da inventariação e classificação de bens de interesse público parte por parte, como a lei prevê, aliás, da Direção Regional da Cultura. E como dado que a iniciativa reúne os consensos das diversas bancadas, consideramos que estão criadas as condições para que esta classificação da Igreja do Carmo seja uma realidade.

Termino como iniciei, enaltecendo, sem dúvida, a ação meritória e dinâmica, principalmente da Ordem Terceira do Carmo, na pessoa do Pe. Marco Luciano, porque, sem dúvida, sem esta ação e sem este impulso, tínhamos, hoje, ainda, a igreja provavelmente fechada e sem a recuperação, que não foi a total, como é óbvio, mas que já se conseguiu e que é um grande sinal da motivação, quer do Pe. Marco Luciano, quer de muitos faialenses.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, em boa hora, o Grupo Parlamentar do PSD trouxe a esta Casa esta iniciativa, que visa a classificação da Igreja do Carmo. É uma forma de reconhecimento pelo valor histórico e cultural deste imóvel, não só para a ilha do Faial, mas também para toda a Região.

E, claro, como não poderia deixar de ser, o nosso Grupo Parlamentar irá votar favoravelmente a classificação como monumento de interesse público, que de facto só peca por tardia. Já há mais tempo que deveria ter sido classificada de acordo com esta categoria.

No entanto, devo recordar e, aliás, tive ocasião de assistir e participar em algumas reuniões da Comissão de Assuntos Sociais em que esta iniciativa foi debatida, em que ouvimos várias individualidades e que recebemos vários pareceres por escrito, claro que, e aqui também já foi aduzido, a recuperação ainda não terminou, a recuperação desta igreja, falta a recuperação dos altares. E à época da audição de uma das individualidades que deu conta dessa lacuna, o que nos foi transmitido é que essa obra estava dependente de apoio da Direção Regional da Cultura, cuja candidatura terá sido formalizada. No entanto, a 3 de setembro do ano passado, ainda não tinham obtido qualquer resposta. Aproveito a ocasião, até porque está aqui presente o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, para perguntar se há novidades sobre esta candidatura e se foi indeferida ou deferida, e dessa forma também termos uma ideia sobre o futuro. E porque não a recuperação definitiva deste imóvel de tão elevado interesse, quer para a ilha do Faial, quer para a Região?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Consoante o seu valor relativo, os bens imóveis de interesse cultural podem ser classificados de interesse público quando a respetiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural importante.

Esta igreja desempenhou e desempenha, em diversos momentos na sua história, um importante papel para a ilha do Faial e a sua população, por isso, uma importante carga simbólica e cultural específica da nossa identidade insular, que é património das gerações presentes e futuras.

Existe, claramente, um valor patrimonial significativo a proteger, facto que é confirmado pela população faialense. No entanto, segmentos da história da sua fundação, vicissitudes e substrato arqueológico são mal conhecidos. No entanto, a classificação do monumento poderá também ser uma oportunidade para a transformação adequada daquela área numa zona cultural, pelo potencial e significativo património histórico.

Neste âmbito, para o PCP, a preservação da nossa memória é a condição primeira da construção da nossa identidade. Por isso, iremos votar favoravelmente este projeto que, com justiça, classifica a Igreja do Carmo como interesse público. Por isso, quando argumentamos para a defesa dos vestígios do nosso passado, fazemo-lo com os olhos bem postos no futuro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, este Plenário fica marcado por várias iniciativas, e bem, que vêm lembrar a importância dos Açores e, neste caso em particular, a Horta como um museu vivo da história da humanidade, porque a realidade é que os Açores e a Horta, em particular, foram o nó que ligaram a Europa à América em todos os momentos históricos de importância, sejam eles em tempos de guerra, sejam eles mesmo das congregações religiosas.

A Horta é uma cidade tão pequena. No século XVII, em que não havia riqueza, consegue ter três edifícios, tanto dos Franciscanos, como dos Jesuítas e, agora, esta iniciativa, a Igreja do Carmo e dos Carmelitas, de uma enorme riqueza, de uma grandiosidade, de elementos mesmo arquitetónicos e de engenharia que têm que ser preservados. E, portanto, em boa hora esta iniciativa da preservação deste edifício.

Devo dizer que, neste caso em particular, é especialmente urgente, e não quero estar aqui a repescar a questão de que as iniciativas são aprovadas e depois não são consequentes, neste caso em particular, porque ao lado da igreja temos o Convento Carmelita, onde foi antigamente o quartel e que sabemos que hoje vai ser utilizado para a construção de um hotel de 5 estrelas e, portanto, é urgente haver elementos legais, nomeadamente o da classificação de interesse histórico e de interesse da Região, de forma a assegurar que haja uma consolidação estrutural daquela igreja aquando das obras porque há uma grande parte de paredes meias entre o que era o antigo quartel e a igreja.

Também seria interessante saber se a envolvente faz parte desta classificação. Caso contrário, provavelmente, o hotel de 5 estrelas vai precisar de toda aquela envolvente para acessibilidades e parque de estacionamento, perdendo a igreja essa parte que é fundamental, que, no fundo, é aquilo que dá a visão única que aquela igreja tem, ao cimo da cidade da Horta.

E, já agora, obviamente, lembrar, e como já foi dito por todos, o papel fundamental do Sr. Pe. Marco Luciano, mas não esquecer o papel fundamental do Mons. Júlio da Rosa, que durante anos foi responsável pela recuperação e pela preservação de quase toda a arte sacra da Horta, que também ainda não tem o seu museu. E, portanto, salvaguardar grande parte desse espólio que poderá ficar albergado nas futuras instalações da Igreja do Carmo.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento, a Mesa não tem inscrições. Pergunto...

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A Igreja do Carmo, a ser agora classificada como imóvel de interesse público, é alvo de um ato de classificação que eventualmente peca por tardio. A ter ocorrido antes do terramoto de 1998, teria eventualmente facilitado o processo de recuperação, dado o acesso sempre mais fácil aos apoios governamentais. A ter ocorrido logo na ressaca do terramoto de 1998, teria permitido um acompanhamento técnico mais permanente, sempre indispensável nas obras em edifícios históricos para que não se abandonem elementos arquitetónicos, para que não se utilizem materiais menos próprios. De resto, nas redondezas do templo e do convento, teria sido possível evitar o surgimento de construções suscetíveis de prejudicarem uma leitura mais correta do conjunto arquitetónico do Carmo, facto, aliás, reconhecido no texto do próprio Projeto de Resolução do PSD.

Na história religiosa dos Açores e até de Portugal, a Igreja e o Convento do Carmo possuem, indiscutivelmente, um lugar de relevo. Na história dos Açores e particularmente desta ilha do Faial, a Igreja e o Convento do Carmo

também demandam realce, já que o longo processo construtivo, de cerca de um século, de finais do século XVII a finais do século XVIII, acompanha a conversão desta cidade da Horta em escala técnica e em entreposto comercial da navegação e do comércio internacionais.

Antes da efetiva conversão do Convento do Carmo em unidade turística, a classificação da Igreja do Carmo como imóvel de interesse público coloca a obra de adaptação do espaço conventual sob maior alçada da Direção Regional da Cultura, traduzida em emissão de parecer que salvaguarda melhor a integridade do conjunto arquitetónico, por vezes necessariamente à custa de maiores constrangimentos construtivos.

Independentemente daquilo que reza o texto do Projeto de Resolução, o deferimento de um eventual processo de classificação depende sempre da audição de diversas entidades públicas, definidas na legislação, mas também de um parecer técnico-científico positivo, pelo menos neutral. Sem ser obrigatório, disse, em sede da Comissão de Assuntos Sociais, que a instrução deste processo beneficiaria da recolha, por audição ou qualquer outro método de auscultação, de um ou mais pareceres técnico-científicos abalizados, simplesmente porque aos Srs. Deputados pertence a iniciativa política, não tendo de ser especialistas em matéria patrimonial, simplesmente porque, embora eu tenha alguma formação afim à do património, compete-me, como Secretário Regional da Educação e Cultura, o exercício prático e quotidiano da política, jamais a avaliação técnico-científica, quase académica, das propostas de intervenção, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Ninguém diria!

O Orador: ... mesmo que no domínio patrimonial.

Considerando a tradição histórica e o legado arquitetónico, tudo aponta para a possibilidade da classificação da Igreja do Carmo como imóvel de interesse público. O processo pode muito bem decorrer de uma iniciativa parlamentar,

como esta agora apresentada pelo PSD. Não pode, entretanto, esta pretensão, dispensar a instrução da proposta nos termos regulamentares, à semelhança do que acontece com os demais processos de classificação, simplesmente porque não há classificações meramente políticas.

Quer o Sr. Deputado Luís Garcia, quer o Sr. Deputado Paulo Mendes, levantaram aqui algumas questões que eu gostaria de comentar muito brevemente. Acerca de apoios do Governo ao processo de restauro da Igreja do Carmo e sem fazer aqui, portanto, uma inventariação rigorosa, é possível dizer que, desde 1999, na sequência, portanto, do terramoto de 1998, já foram investidos pelo Governo dos Açores naquele imóvel mais de 2300000 euros.

Relembro que, em 1999, foi celebrado um contrato-programa com a Ordem do Carmo, um contrato-programa que atribuiu ao Governo a comparticipação de 75%, à Ordem do Carmo 25%. E relembro que, em 2004, esse protocolo foi alterado e que, em virtude da incapacidade financeira da Ordem do Carmo, o Governo assumiu os 25% da Ordem do Carmo, ou seja, assumiu efetivamente os 100%.

De resto, à luz das regras em vigor, o Governo está disponível para ponderar, portanto, enfim, todos os pedidos que surjam a propósito do restauro, da conservação da Igreja do Carmo, como de outros edifícios públicos e religiosos, nomeadamente aqueles que são classificados.

E em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, o pedido, portanto, da Ordem Terceira a que aludo, portanto, um pedido recente, é um pedido que para ser deferido pela Direção Regional da Cultura carece que os elementos estejam classificados e inventariados, coisa que ainda não estavam.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma breve intervenção para me congratular com o apoio a esta iniciativa e fazer votos de que ela constitua, de facto, um reconhecimento público por todo o trabalho que tem sido feito pela Ordem Terceira do Carmo na recuperação deste património, com o envolvimento de muitas entidades públicas e privadas, com o envolvimento de muitos e muitos cidadãos e benfeitores.

Eu não me canso de dar este exemplo e de reconhecer este trabalho, porque, de facto, não ficaram à espera dos apoios, puseram mãos à obra, recuperaram muito material, reabriram a capela, reabriram a igreja, continuam a recuperar esse material. Fizeram um levantamento exaustivo de todo esse material, editando um livro, que é um livro enorme, com todo esse património inventariado e que pode já ajudar a muito do trabalho que é preciso ser feito para a classificação desta igreja.

Queria também que esta aparente unanimidade fosse um sinal também ao Governo de que é preciso também ajudar. E já o Sr. Secretário diz que está disponível, e que a própria classificação deste imóvel ajudará nos instrumentos, a poder participar este trabalho. Porque há muito património que urge e que é muito urgente recuperar, porque se não for recuperado e restaurado, pode-se perder efetivamente. Foi aqui referida a questão dos altares, pode-se perder este património. E, portanto, fica aqui este apelo, também, ao Governo Regional para que seja célere nestes procedimentos com vista a salvar rapidamente todo este património.

E muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na minha intervenção não vou fazer uma síntese da descrição da Igreja do Carmo porque ela já está realizada no âmbito do Projeto de Resolução em causa e, portanto, isso não acrescenta nada ao debate. O que é importante é reconhecer a importância desta questão e a sua urgência. É evidente que existem procedimentos burocráticos de carácter administrativo, mas esses procedimentos não podem ser impedimento a que se reconheça a urgência de salvaguardar este património e, fundamentalmente, de o classificar. E, nesse sentido, a proposta do PSD é uma proposta muito válida e que tem, obviamente, o apoio da Representação Parlamentar do PPM e o voto favorável do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então agora passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para o ponto 12 da nossa agenda: **Projeto de Resolução n.º 155/XI – “Recomenda ao Governo Regional que transfira para o espólio do Ecomuseu da Ilha do Corvo os dois exemplares empalhados do boi - raça anã da Ilha do Corvo que integram atualmente a coleção de História Natural do Museu Carlos Machado”**. Este Projeto de Resolução é apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

É o seu ponto. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, eu começo por dizer o que é que esta proposta não é: esta proposta não é um assunto de importância transcendental. Com ela não se conseguirá acabar a fome no mundo nem a pobreza. Não tem essa importância. Também não tem a importância da discussão que se realizou, muito recentemente, na Assembleia da República, em relação aos elefantes do Camboja. Também não tem essa importância.

E também quero dizer o que é que não é também: também não é uma proposta à Joacine Katar Moreira. Não é. Não é essa. Também não é essa. É uma proposta que, pelo contrário, tem um espírito diferente. É um espírito de, em primeiro lugar, agradecer a quem teve a preocupação em preservar alguns exemplares, empalhados, é certo, desta raça e, portanto, quem teve essa visão. E, nesse sentido, também não é uma proposta que se possa assemelhar às propostas da Deputada Joacine Katar Moreira.

Dito o que não é, eu vou dizer o que é: é uma proposta, na minha perspetiva, importante para que este boi de raça anã...

(Neste momento, o Sr. Deputado Paulo Estêvão mostra uma foto à Câmara)

Não sei porque é que está a rir, Sr. Secretário. Nunca viu um boi?

Este boi de raça anã é um dos exemplares empalhados, no Museu Carlos Machado. E este seja transferido para o Ecomuseu da Ilha do Corvo. Atualmente, o seu tratamento museológico é algo que podemos contestar. Esta é a outra vaquinha que está ao pé, que é uma vaquinha de duas cabeças.

(Neste momento, o Sr. Deputado Paulo Estêvão mostra outra foto à Câmara)

Um boi, este é um boi. Portanto, um boi de duas cabeças, que está junto do boi de raça anã característico da ilha do Corvo.

E, portanto, este não é o melhor tratamento museológico, porque não é a mesma coisa. Aquilo é que é um tratamento museológico completamente anacrónico. Até parece que quem organizou o museu... até parece não, quem organizou o museu colocou estes espécimes empalhados e disse assim: vou criar aqui um circo de anormalidades, como se fazia no século XIX. Aqui, o que é que fica bem? Olha, fica bem a vaquinha da ilha do Corvo e depois também fica bem o boi com duas cabeças. O boi com duas cabeças também fica bem aqui neste local. E é o tratamento museológico que é dado ao boi anão da ilha do Corvo.

Eu considero que este assunto merece um tratamento mais digno, por isso é que apresentei aqui no Parlamento dos Açores. A minha iniciativa refere... eu encontrei, na pesquisa que fiz aqui nos jornais do Faial, uma notícia de 1857 que dizia o seguinte: “Sua Majestade o Rei de Portugal mandou de presente a Sua Majestade a Rainha Vitória um touro, duas vaquinhas e um bezerrinho de raça muito particular. Os animais são da mais perfeita simetria, são muito pequenos tendo apenas 40 polegadas de alto e apresentam uma cor escura e uma ótima disposição.” A seguir descreve algumas peripécias, nomeadamente que “o boi, apesar de ser pequenino, era um pouco agressivo”.

A seguir também temos... coloquei aqui uma outra referência do Raul Brandão, que visitou, como sabem, a ilha do Corvo em 1924. E na descrição que fez no âmbito de “As Ilhas Desconhecidas” também escreve algumas linhas sobre o boi de raça anã da ilha do Corvo e refere o seguinte: refere que “cada lavrador tem dois boizinhos, os bois do carro, ao pé da porta; os outros andam nos currais, ao ar livre, até fevereiro. As vaquinhas são uma encantadora raça do Corvo, são mungidas nos pastos e produzem este leite perfumado. Os tais boizinhos pesam 60 quilos.” – refere Raul Brandão.

E, finalmente, vejam bem esta antevisão, o escritor profetiza a futura extinção da raça bovina da ilha do Corvo: “As pequeninas vacas originárias da ilha – que vão acabar e é pena – são duma inteligência e duma meiguice extraordinárias – falam-lhes e elas obedecem.”

Bem, tenho aqui outro conjunto de descrições também sobre estas vaquinhas. A questão sobre como é que elas surgiram na ilha do Corvo, há muitas teses, algumas delas, na minha perspetiva, insustentáveis. Há quem diga que surgiram e, portanto, que é uma adaptação a pastagens muito pequenas, menos alimentação ao longo do ano. Bom, quem percebe um pouco de biologia, quem estuda, quem lê sobre isso sabe que uma adaptação não se realiza em 500 anos. Em 500 anos é impossível que exista uma adaptação física dessas características. Eu procurei, fiz uma investigação, estas vaquinhas com este tamanho também é possível encontrar na Beira, no Algarve e, até há algum tempo, também noutras ilhas dos Açores. De qualquer das formas, é uma raça que estava já no século XIX, esta notícia é de 1857, identificada como uma raça específica da ilha do Corvo.

E, na minha perspetiva, justifica-se um tratamento museológico mais adequado do que estar num circo de anormalidades, numa exposição de anormalidades. Eu quero que exista uma exposição temática, um tratamento museológico adequado, que se explique as características desta raça, que se faça uma exposição sobre o seu surgimento, uma descrição, que se possam fazer as referências, até algumas que eu faço aqui no Projeto de Resolução e que se dê um tratamento adequado. E, na minha perspetiva, faz todo o sentido que isso possa ser feito no local de onde elas eram originárias, ou seja, na ilha do Corvo. E que tenha esse tratamento específico.

Mais do que isso, também pretendo que seja absolutamente... também que tenha uma característica pedagógica, ou seja, nada melhor do que no âmbito de um projeto museológico com aquelas características, que tem,

obviamente, preocupações de índole cultural e também ecológica. Ou seja, nós estamos a falar de uma raça extinta desde a década 70 do século Museu Carlos Machado e, portanto, é algo que pode ser transmitido também de forma pedagógica. Se não for devidamente preservado, aquilo que pode acontecer... e que pode acontecer e que está a acontecer todos os anos com raças e espécies que se extinguem. E eu penso que teria muito interesse do ponto de vista pedagógico também.

Portanto, tem um interesse cultural, tem um interesse do ponto de vista pedagógico e tem um interesse do ponto e vista identitário, ou seja, era mais uma valência que eu penso que, não sendo decisiva, não sendo uma coisa da maior importância, é algo que valorizaria muito a coleção do Ecomuseu da Ilha do Corvo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. O Sr. Deputado Iasalde Nunes tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito ao Projeto de Resolução aqui em discussão e que recomenda ao Governo Regional que transfira para o espólio do Ecomuseu da Ilha do Corvo os dois exemplares empalhados do boi - raça anã que integram a coleção de história nacional do Museu Carlos Machado, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Ah, história nacional...

O Orador: ... cabe-me dizer o seguinte: é no Museu Carlos Machado que melhor se garante os cuidados a estes exemplares históricos, onde existem condições específicas de conservação e manutenção deste tipo de exemplares. Não existe, de momento, no Corvo, nenhum espaço físico com estas características para exibir estes exemplares por tempo prolongado e garantir a sua correta preservação.

O facto de ter sido no Corvo que existiram, até meados do século XX, este tipo de raça de bois, não invalidada que os mesmos não possam ser exibidos no museu de história nacional, em São Miguel.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Ele está sempre a dizer que é de história nacional!

O Orador: Aliás, este distinto museu – o Museu Carlos Machado – alberga peças e artefactos e exemplares de todas as ilhas dos Açores, o que naturalmente valoriza e promove todas as ilhas do nosso arquipélago a quem visita este museu. E estamos até convictos que o facto destes exemplares estarem em exibição neste museu e na ilha de São Miguel, ilha onde o número de turistas é manifestamente superior a qualquer outra ilha, funciona como fator potenciador na divulgação da ilha do Corvo, levando alguns turistas a visitarem a nossa ilha onde estes animais existiram até meados do século passado.

O Governo Regional tem investido consideravelmente nos últimos anos a nível cultural na ilha do Corvo. Foram vários os investimentos feitos no âmbito do Ecomuseu do Corvo. Este ano está previsto mais um: a criação da Casa da Partida. A verdade é que, há alguns anos atrás, os turistas que nos visitavam passeavam pela vila, visitavam o caldeirão e a Igreja da Nossa Senhora dos Milagres e esperavam pela hora do barco para voltarem à vizinha ilha das Flores. Hoje, são cada vez mais aqueles que optam por permanecer na nossa ilha por mais do que um único dia. E os que optam por uma viagem de um dia andam a correr para chegar a tempo de apanhar o barco. Estamos, por isso, certamente, no bom caminho.

E não desvalorizando a iniciativa do PPM, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que não faz sentido retirar estes exemplares do Museu Carlos Machado, pelo que votará contra esta iniciativa.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado César Toste, tem a palavra

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De novo, haja saúde. E haja vontade.

Todos os povos têm um passado. É um património que recebemos e vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Esse património é fonte de vida e inspiração, o ponto de referência e identidade de um povo.

O Governo Regional tem procurado fechar a Rede de Museus dos Açores com um ecomuseu no Corvo, um conceito que abarca o território corvino na sua totalidade e todo o património nele contido. Tem mérito, mas o património móvel desta ilha merece uma atenção que se enquadre neste conceito e que garanta a sua preservação. Para isso precisa condições físicas e materiais.

O PPM já defendeu também que é necessário ou que seria importante construir uma casa etnográfica no Corvo. Não se enquadra no conceito, pelo menos foi isso que foi falado em Comissão. Não se enquadra também na Casa do Tempo. Então, que se arranje uma solução.

Sem condições, o património móvel da ilha corre riscos de preservação. E também já foi falado nesta Casa que o património que o Sr. Paulo Estêvão e muitos corvinos têm, que até já expuseram na Assembleia Regional, precisa de alguém, de uma estrutura que os preserve. Portanto, não é só pensarmos que o Ecomuseu do Corvo é o museu total da ilha, mas também que precisa de preservar e que ajude os corvinos também a preservar este património móvel. Sem condições, a boa pretensão do PPM em transferir os dois exemplares empalhados do boi de raça anã da ilha não é viável.

Transferir este património ajuda a contar a história da ilha? Sim. É possível? Achamos que sim. Basta haver vontade e haver condições. Existem muitas

peças que, nos diversos museus dos Açores, já foram, em exposições temporárias, transferidas de museu para museu. Porque não, esta peça não fosse transferida, quando tivesse as devidas condições, até ao Ecomuseu do Corvo? É totalmente viável. Basta haver vontade. Se é uma peça que conta a história do Corvo, porque não? Somos todos Açores. Esta peça, certamente, também na ilha do Corvo ficaria muito bem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS, primeiro, reconhece o mérito do PPM nesta proposta. E reconhecer também o trabalho e a importância que o Deputado Paulo Estêvão tem dado a esta temática. E lembrar a cedência do edifício que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez ao Governo Regional, ao que é hoje a recente inaugurada Casa do Tempo. Isto é bem demonstrativo da importância de enaltecer essa sua vontade e persistência em conservar, no Corvo, aquilo que é a sua história. É também de relembrar, e como já foi aqui mencionado, a iniciativa da Casa Etnográfica. E agora temos aqui a iniciativa relativamente à transferência deste espólio para o Ecomuseu da Ilha do Corvo dos dois exemplares empalhados do boi de raça anã que integram atualmente a coleção de História Natural do Museu Carlos Machado.

O CDS considera que é essencial o reconhecimento e a valorização do património, pois a preservação do património também passa por uma interação e uma mediação entre a comunidade e os bens culturais. Por isso, é completamente legítimo e aceitável que qualquer corvino queira e ambicione ver o seu espólio exposto na sua ilha e terem esse gosto de expor aquilo que faz parte da sua história, porque a verdade é que eles próprios já

até revelaram e demonstraram isso mesmo na cedência dos materiais que tiveram e do espólio que esteve exposto na sede da Assembleia na ilha do Corvo. E, portanto, é natural que queiram dar vida, dessa forma, ao seu património.

E também lembrar que quando é necessário... e salientar também que quando existe boa vontade de ambas as partes, é necessário criar as condições e chegar a consensos. Na ilha do Corvo, é preciso lembrar que no Centro de Interpretação das Aves Selvagens existe também um cagarro empalhado em condições apropriadas. E estamos certos que, se existir um entendimento e boa vontade, poderá existir aqui um consenso. Existem dois exemplares. Eventualmente, poderia passar por um exemplar estar exposto, e bem, no Museu Carlos Machado, que é o museu regional, e termos o outro exemplar, por exemplo, serem criadas as condições para estar exposto até na ilha do Corvo, que é o local e verdadeiramente onde existe o registo desta espécie. E até porque a verdade é que o conceito de ecomuseu permite isso mesmo, porque é a reunião da história com o ambiente, também despertando para uma consciência ecológica que todos queremos que exista a quem visita a nossa Região.

E também ao ver e ao ler o que foram as declarações do Sr. Presidente do Governo aquando da inauguração da Casa do Tempo, e passo a citar, “que este projeto museológico na ilha do Corvo era para se construir como um centro evocativo de memórias, como também para uma abordagem informativa e pedagógica de aspetos relevantes sobre a vida da ilha do Corvo”, portanto, parece-me que a introdução desta raça e a forma como ela chegou à ilha do Corvo é um aspeto bastante relevante, bastante característico da ilha do Corvo. E parece-me que existindo um consenso, existindo entendimento e boa vontade de ambas as partes, eu considero que

se poderá chegar aqui a um ponto de encontro, que efetivamente os corvinos vejam este elemento que faz parte da sua história exposto na sua ilha.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permite-me que me dirija a si, Sr. Deputado Paulo Estêvão, e dizer que é merecedor de um elogio porque tem salvaguardado o património da ilha do Corvo. E, aliás, há bem pouco tempo, demonstrou numa exposição que fez na Delegação da Assembleia, e muito bem, de muitos artigos que foram, graças a si, expostos nessa própria exposição.

E nós defendemos e achamos e vamos votar favoravelmente a sua proposta porque achamos que os bois empalhados que existem, que vieram da ilha do Corvo e que neste momento estão na ilha de São Miguel, devem voltar ao local de origem para serem visitados naquela ilha, que era de lá que tinham a sua origem.

Portanto, para dizer que a Representação Parlamentar do PCP votará favoravelmente a sua proposta e acha que é de mérito o trabalho do espólio que o senhor tem feito na ilha do Corvo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, em primeira mão, que faça uma correção, porque eu penso que, da intervenção do Sr. Deputado Iasalde, toda a gente pensou que estes

exemplares faziam parte da história nacional. Ele disse várias vezes. Penso que ele queria dizer História Natural do Museu Carlos Machado.

E, de facto, estes exemplares, no caso do Corvo, de bois de raça anã são representativos, não só da história do Corvo, como da Região. E, aliás, a história ensina-nos muita coisa, porque, de facto, nós temos a raça anã de burros na Graciosa e temos o pônei anão na Terceira. Ou seja, as nossas condições edafoclimáticas e o facto e termos pastagem muito íngreme fez com que tivéssemos raças mais adaptadas, mais pequenas e com maior apetência para pastoreio. E isso devia ensinar muito daquilo que devíamos fazer hoje no setor da agricultura, quando se defendem que se deviam retirar as Holstein-Frísia e quando diz o Sr. Deputado Paulo Estêvão, e muito bem, que essas raças, nos anos 70, desapareceram. Não é coincidência, foi quando se fez a introdução massiva da Holstein-Frísia na Região. E, portanto, todas essas raças muito adaptadas à Região e que levaram anos a adaptar desapareceram.

Se, de facto, só existem estes exemplares e são da ilha do Corvo, deveriam ser preservados na ilha do Corvo. Todos nós sabemos que estes exemplares, se são empalhados, um dos grandes problemas da Região é a questão do crescimento dos fungos e que rapidamente entrariam num processo de deterioração, mas se há condições de o manter em São Miguel, tem que se criar condições para o manter no Corvo. Porque eu não acredito, por exemplo, que se só houvesse dois exemplares dos pôneis anão da Terceira, que iam ficar no museu natural em São Miguel. Não acredito que isso acontecesse. E, portanto, é de toda a justiça e de toda a legitimidade que pelo menos um dos exemplares volte ao Corvo. Eu não sei se existe alguma importância histórica de ter que estar o exemplar macho e fêmea juntos. Se assim não for, penso que seria da maior e elementar justiça, só havendo na

Região estes dois exemplares, um ficaria no Museu Natural Carlos Machado, em São Miguel, e o outro seria devolvido ao Corvo.

E, portanto, penso que, neste momento, toda a população açoriana está a começar a ficar, até se calhar pelo desenvolvimento do turismo, muito mais consciente do valor do seu património histórico e que é importante preservar, que diz muito das nossas gentes e que é uma mais-valia para quem nos visita em termos de turismo.

E, portanto, penso que... E devo fazer aqui um reconhecimento e neste momento vou chamá-lo Paulo Estêvão, porque não é o Deputado Paulo Estêvão, que, sim, tem feito um trabalho político no sentido de preservar o património do Corvo, mas o Paulo Estêvão enquanto cidadão, em nome pessoal, muito tem contribuído para que isso aconteça e, portanto, tem toda a legitimidade para politicamente o exigir.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Presidente:

Bem, não contava intervir, principalmente a partir da intervenção da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, que avançou com aquela que era uma solução que eu avançaria hipoteticamente para dar, digamos, fim a este Projeto de Resolução. E isso, de certeza, o Sr. Deputado Paulo Estêvão também irá reconhecer, que se houvesse aqui, pegando nas vontades do Sr. Deputado César Toste, boa vontade, este Projeto de Resolução nem existiria e nós não estaríamos aqui a debater esta matéria, porque isto é uma questão um pouco também de bom-senso. Estamos a falar de dois exemplares do património natural da ilha do Corvo, que faz todo o sentido que estejam neste momento conservados na respetiva ilha. Se existem condições ou não, aparentemente

não existem condições. Mas também me parece que aqui levar dois exemplares deste boi de raça anã para o Corvo e manter estes dois exemplares empalhados não é propriamente uma tarefa impossível. Criadas as condições mínimas, penso que isso seria totalmente viável.

Mais a mais, a própria ilha do Corvo, e temos evidências disso, já possui diversos artefactos de cariz cultural e que, aliás, foram expostos há relativamente pouco tempo, uma iniciativa do Sr. Deputado Paulo Estêvão, na Delegação da Assembleia da Ilha do Corvo. E parece-me que falta aqui, de facto, um espaço na ilha do Corvo para conservar estes objetos, quer de natureza natural, quer de natureza cultural.

A solução que eu daria para tentar, digamos, aqui, arranjar um compromisso entre as partes foi uma solução que já foi avançada aqui pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras e até mesmo pela Sra. Deputada Graça Silveira: se temos dois exemplares, porque não, um manter-se-ia no Museu Carlos Machado e o outro iria para a ilha do Corvo. E, portanto, teríamos aqui uma solução salomónica sem ser salomónica, que não estaríamos aqui a dividir touro nenhum, mas sim a dividir um casal, pura e exclusivamente.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero agradecer as palavras muito simpáticas que me foram dirigidas pelos Srs. Deputados dos diversos Grupos Parlamentares. Agradeço-lhes muito as referências elogiosas que me fizeram. Não é muito habitual no Parlamento, portanto, eu fiquei verdadeiramente...

Deputada Graça Silveira (Independente): É merecido!

O Orador: Muito obrigado.

Depois, gostava de dizer o seguinte em relação à proposta avançada aqui pelo CDS e também reiterada pelo Bloco: sim, estou disponível para se encontrar aqui uma solução salomónica, ou seja, que um dos exemplares possa ficar em São Miguel. Acho que é justo, tiveram essa preocupação e tiveram esse mérito. Mas que um deles possa ser preservado na ilha do Corvo. Portanto, da minha parte, total disponibilidade.

Fazer também uma referência que nós temos outros animais empalhados, por exemplo, o cagarro, em que no Centro de Interpretação de Aves Selvagens também foi criado um espaço adequado. E é evidente que também pode ser devidamente climatizado para corresponder às exigências.

Aliás, eu conheço o espaço e há uma coisa que vos quero dizer: quer do ponto de vista museológico, quer do ponto de vista das condições que existem, aquelas, eu tenho a certeza de uma coisa, as condições atuais não são condições minimamente adequadas. Isso posso-vos garantir.

Sr. Deputado Iasalde, acha que é digno para a exposição do boi de raça anã em São Miguel, que o boi de raça anã não esteja sequer individualizado? Está num conjunto, a poucos centímetros de outros animais que apresentam deformidades, com, por exemplo, uma raça, que eu mostrei aqui fotografia, uma vaca com duas cabeças. Acha que isso é o tratamento museológico digno para o boi de raça anã da ilha do Corvo? Não acha que é possível fazer muito melhor? Não acha que é possível fazer muito melhor, dar muito mais dignidade, dar outro tipo de interpretação? Ouça, nem está acompanhado de nenhum texto interpretativo! Ouça, nem está sequer identificado! Ou seja, quem visita...

Posso? Eu não interrompo ninguém... normalmente. Eu não interrompo ninguém. Eu não interrompo ninguém e estou a ser muito interrompido e o tema não é assim tão polémico.

A questão é a seguinte: não são condições dignas! As pessoas que visitam atualmente o Museu Carlos Machado nem sequer se apercebem que aquilo é o boi de raça anã porque nem sequer está identificado! Nem está identificado! E, portanto, está colocado ali num conjunto de animais que apresentam essas deformações.

Eu considero que era possível criar um espaço em que se pudesse fazer uma interpretação correta, em que se pudesse explicar como é que surgiu e em que contextos, o animal, e qual foi a importância do ponto de vista cultural. Temos todos estes textos. Eu apenas fiz algumas das referências, podia fazer muito mais. Há muito mais gente que escreveu, que visitou a ilha do Corvo e que escreveu sobre este boi de raça anã. Há um conjunto de materiais que podem ser produzidos e que podem dar muito mais dignidade à exposição do boi de raça anã.

Aliás, Sr. Deputado Iasalde Nunes, o Sr. Deputado estava a dizer que muitas pessoas visitam a ilha do Corvo e estão lá 2 horas.

Deputado Pedro Moura (PS): Antigamente!

O Orador: Então o que é que nós temos que fazer? Nós temos é que criar pontos de interesse! Pontos de interesse! Ou seja, como aqui eu já propus o Centro de Interpretação de Aves Selvagens. Foi uma boa ideia ou não foi? V. Exas., nessa altura, aprovaram o projeto. E o projeto foi instalado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sr. Deputado, o que eu estou a dizer é que não fizemos o museu por causa da proposta do PPM!

O Orador: Ouça, em relação ao Ecomuseu da Ilha do Corvo... Eu fiz a proposta e V. Exas...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Oh, isso não é verdadeiro!

O Orador: Ó senhor... Portanto, as pessoas que estão a seguir o Plenário não ouviram o aparte do Sr. Secretário Berto Messias, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Mas digo outra vez!

O Orador: ... mas eu vou transmiti-lo porque convém aqui para a discussão. Diz o Sr. Secretário que não é verdade em relação ao Centro de Interpretação de Aves Selvagens. Bem, é verdade porque a proposta foi feita e foi aprovada por parte do Partido Socialista. Agora, a sua execução compete ao Governo! Compete ao Governo, como compete a qualquer executivo. Portanto, o Parlamento o que pode fazer é essa proposta. Tal como o Ecomuseu, foi uma proposta também para a construção de um projeto museológico na ilha do Corvo, foi aprovada aqui no Parlamento dos Açores e para o qual eu dei um contributo nessa matéria também.

Agora, o que é importante... Eu não venho aqui buscar méritos nenhuns.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Longe de mim pensar tal coisa!

O Orador: Ouça, não venho aqui buscar méritos nenhuns. Eu venho aqui pura e simplesmente com a mesma pretensão há 12 anos, que é defender o património natural e o património cultural da ilha do Corvo. É tão simples como isso! E tenho a consciência que V. Exas. também têm esse interesse. Por isso, respondendo do repto do CDS e também do Bloco, da minha parte, total flexibilidade. Se for possível... depende agora do Governo e do Partido Socialista responder a esta questão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Em Ponta Delgada, no Museu Carlos Machado... ou melhor, em Ponta Delgada, o Museu Carlos Machado possui uma vasta coleção de história natural, organizada à luz do espírito naturalista do século XIX, onde se procede à exposição de espécies autóctones e exóticas dos Açores. É neste contexto científico que se entende a integração, possivelmente na primeira década do século XX, dos dois exemplares da raça bovina anã, que foram tratados pelo taxidermista Manuel António de Vasconcelos.

A propósito de tal raça de bovinos, Henri Drouët, em obra de 1861, intitulada *Éléments de la Faune Açoréenne*, regista a sua presença no Corvo, mas também nas Flores. Além disso, sobram ainda os registos da existência da mesma raça em São Miguel, por exemplo insertos no espólio de Francisco Afonso Chaves, no começo do século XX, porventura em 1905, e respeitantes à exploração do Conde de Fenais, na Rua de Lisboa, em Ponta Delgada. Quer isso significar que a recolha de dois bois no Corvo não garante que a raça fosse exclusivamente corvina, apesar da sua criação se ter prolongado no Corvo até meados de 900. Por acréscimo, diversas fontes históricas sugerem a origem continental, eventualmente algarvia, da raça bovina anã.

A conservação, até hoje, dos dois exemplares, recolhidos no Corvo, da raça bovina anã deve-se exclusivamente ao legado científico do naturalista Carlos Machado. Ademais, logo em 1876, o Museu Carlos Machado foi fundado como o Museu Açoriano e, ainda hoje, possui a classificação de Museu Regional, isto é, desde o começo, vocacionado para a recolha e para a salvaguarda de acervo de todas as ilhas, fundamentalmente acervo natural vertido nas suas antigas e importantes coleções de zoologia, botânica, geologia e mineralogia.

Nesta altura, a subtração, ao Museu Carlos Machado, dos exemplares de raça bovina anã colide com os princípios científicos, de há um século e meio

atrás, que originaram a instituição. Além disso, uma tal retirada de peças causaria o empobrecimento da rica coleção de história natural, que prima pela apresentação de espécimes de espólio natural de todas as ilhas. Por acréscimo, a extração das peças corresponde também à perda da valia e da dignidade própria da pertença a uma coleção devidamente organizada. De resto e de momento, as peças não encontrariam, ainda, no Corvo, um ambiente de conservação capaz.

Em suma, se é verdade que os dois exemplares de boi de raça anã, do Museu de Ponta Delgada, são originários do Corvo, também é verdade que a sua sobrevivência até aos nossos dias se deve unicamente a Carlos Machado e ao legado científico de tal naturalista.

Todavia, diz o povo, e com razão, que só não há remédio para a morte. Caso seja essa a vontade dos corvinos e das suas instituições, particularmente o Ecomuseu, nada obsta à apresentação dos dois bois de raça anã na ilha do Corvo, desde que garantidas as condições de segurança e conservação. Mas como? Muito simplesmente, no âmbito de uma exposição temporária que evidencie peças sediadas no Corvo, ou noutros museus regionais e de ilha, por exemplo os dois bovinos - raça anã do Museu Carlos Machado.

Com muita regularidade, os nossos arquivos e os nossos museus cedem peças para exposição, inclusivamente fora do arquipélago. Porque não fazê-lo entre as próprias ilhas?

Esta declaração não constitui, entretanto, um compromisso de organização, pelo Gabinete da Secretaria Regional da Educação e Cultura, de uma exposição no Corvo para mostra dos bovinos de raça anã. Não. Esta declaração significa a disponibilidade do Secretário Regional da Educação e Cultura para autorizar a deslocação até ao Corvo, pelo tempo que vier a ser acordado, dos dois bovinos de raça anã que, no sítio mais apropriado e de preferência a par de outras peças e artefactos, ficarão expostos ao público.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu lamento a posição do Governo, é sempre a mesma oposição, de total desprezo em relação às propostas que são apresentadas pelos outros partidos. E neste caso até com um discurso que eu considero um discurso localista, que não faz nenhum sentido e que eu não utilizei.

Ou seja, os senhores dizem: bem, mas isto... foi quem fez por isto e, portanto, esta coleção é para ficar em São Miguel e fica lá porque é de justiça e tudo isso...

E, portanto, a coleção... eu faço-lhe uma pergunta: a coleção é pública ou é privada? O dinheiro que está a ser gasto pelo erário público é do conjunto dos açorianos. A pergunta que lhe faço... E tem sido gasto muito dinheiro e tem que ser devidamente fiscalizado. É toda essa situação em relação ao Museu Carlos Machado. Eu quero-lhe perguntar: o espólio que lá está é público ou é privado? Essa é a primeira pergunta que lhe quero fazer.

Depois, eu quero perguntar-lhe também o seguinte: o pónei anão da Terceira já cá estava quando se fez o povoamento, no século XV? Já cá estava ou veio do território continental?

E o burro anão da Graciosa, também já cá estava?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Já, já!

O Orador: Já cá estava? É porque o seu argumento é: bom, provavelmente, do Corvo não é porque chegou do território continental. Bom, eu pergunto-lhe: então, e o resto? Já estava cá? É que não sei se V. Exa. defende esse tipo

de ideias ou que existiu um povoamento anterior à chegada dos portugueses no século XV. Não sei se V. Exa. também é um dos que subscreve essa tese. Não sei. Não sei, talvez tenha vindo. Talvez tenham sido os gregos, não é, que os trouxeram.

Portanto, o que eu lhe pergunto é... Esse argumento é um argumento que não faz sentido absolutamente nenhum. Agora, o que eu lhe pergunto é, e essa questão é muito importante: o espólio é público ou é privado?

E a outra questão que lhe coloco é: não acha que é, com os milhares de peças que o museu tem, não acha que é absolutamente ridículo dizer-se que fica muito afetado o espólio do Museu Carlos Machado só porque são tiradas duas peças? Não é uma coisa completamente despropositada?

Ouçá, Sr. Secretário, eu acho que devia era estar muito preocupado com todas as peças que, entretanto, se estragaram por inação sua e dos Governos anteriores, com as obras que não fizeram, com a manutenção que não fizeram, com todo o espólio que se degradou, porque V. Exas. não o fizeram! Isso é que o senhor devia estar preocupado! O Sr. Secretário devia estar preocupado era com essa matéria, com aquilo tudo que se estragou ao longo destes anos devido à vossa inação ao longo deste período todo! Não é, com certeza, a cedência de dois bois empalhados que vai enfraquecer o Museu Carlos Machado. O que enfraqueceu foi a vossa negligência em relação ao espólio do Museu Carlos Machado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu fiz-lhe uma pergunta, Sr. Secretário!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Retórica!

O Orador: Não, não é uma retórica! O espólio é público ou é privado? É uma pergunta...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Retórica! Sabe a resposta!

O Orador: O espólio é público ou é privado? É de todos os açorianos ou é apenas de alguns? Faça-lhe essa... É público ou é privado? Fiz-lhe a pergunta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Julgo não haver. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): E as baleias que estão a apodrecer no Museu da Horta?

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, o Sr. Secretário não responde em relação à questão...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor sabe a resposta!

O Orador: Não respondeu. É porque, tendo em conta a intervenção que realizou, até parece que a coleção tinha um carácter particular. E, portanto, era muito importante esclarecer convenientemente esta questão.

Então, o que eu lhe pergunto, Sr. Secretário, é: que sentido é que faz aquela sala de aberrações que V. Exa. tem no Museu Carlos Machado?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não é o Sr. Secretário, somos todos nós!

O Orador: Explique-me isto! Que sentido é que isto faz, ter uma espécie de circo de aberrações numa salinha à século XIX? Acha que isso é que é o

tratamento museológico adequado para o boi de raça anã? Explique-me isto! É que eu não consigo compreender! Eu não consigo compreender como é que o senhor e os Srs. Deputados consideram que isso é que é o tratamento adequado. Isso é que é o tratamento adequado.

E mais do que isso, Sr. Deputado Iasalde, eu acho incrível, eu acho sinceramente incrível que o Sr. Deputado, que deveria estar aqui a defender os interesses da ilha do Corvo, eu acho sinceramente incrível que V. Exa. diga que o melhor para o Corvo é que os bois de raça anã estejam na ilha de São Miguel! Mas que noção da defesa do interesse da ilha do Corvo é a sua? Eu gostava que V. Exa. me dissesse como é que é possível e em que é que beneficia nas condições em que está, Sr. Deputado! Nas condições em que está esta coleção! Nas condições em que estes bois empalhados estão! Acha que isto dignifica a ilha do Corvo? Acha que isto dignifica de alguma forma estes bois de raça anã, que estão inseridos numa coleção que é uma coleção interpretativa com valor, acompanhados de materiais de exposição que valorizam a coleção? Acha isso, Sr. Deputado? Eu lamento que essa seja a sua atitude. E o que eu esperava é que V. Exa. aqui defendesse os interesses da ilha do Corvo e que não viesse aqui apoiar uma exposição daquele tipo: ah, eles estão lá, em São Miguel é que estão melhor. V. Exa., se calhar, também acha que o Ecomuseu está ali a mais. O seu antecessor dizia: um museu para quê, no Corvo? A ilha do Corvo é um museu a céu aberto. É um museu a céu aberto, não precisava de mais. Durante muito tempo, durante muitos anos, o Partido Socialista defendeu aqui que não era necessário nenhum museu na ilha do Corvo! Não era necessário! Que a ilha do Corvo, por si só, era um museu! É o que o Partido Socialista defendeu durante tantos anos! E a sua postura é igual! O que é que nós temos... Não vale a pena ter museus. Para que é que temos escolas, afinal, também? Também não é

necessário! Não é necessário ter nenhum tipo de infraestrutura na ilha do Corvo, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução foi rejeitado com 28 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 16 Deputados do PSD, 2 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 1 do PPM e a Sra. Deputada independente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, é para uma declaração de voto, não é? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez, apresentei uma proposta no sentido de defender o património natural e cultural da ilha do Corvo. Apresentei, há poucos meses, uma outra proposta para preservar o material etnográfico que estava a ser cedido, doado aos Açores, ao Governo dos Açores. Era uma doação da mesma natureza que já tinha sido feita em relação ao edifício onde funciona hoje o Ecomuseu da Ilha do Corvo. E essa doação... ou seja, a Região não tinha nenhum tipo de despesa e essa doação foi recusada. Porquê? Porque não se justificava. Tendo em conta que nós temos um Ecomuseu, não se justificava que se preservasse o património etnográfico da ilha do Corvo. E, no entanto, esse património etnográfico está a ser preservado em todas as outras ilhas. Há um esforço do munícipe... do munícipe não, do contribuinte açoriano para preservar esse material etnográfico em todas as ilhas. Porque é que a ilha do Corvo há de

ser diferente? Ninguém queria vender nada! Ninguém queria que se adquirisse nada com despesa para a Região! Doava-se, pronto! E a única coisa que se pedia era que a Região o preservasse. E essa proposta foi reprovada aqui pela maioria do Partido Socialista.

Agora, apresentei e votei naturalmente a favor de uma iniciativa em que o que se estava a pedir era que dois exemplares de raça anã, oriundos da ilha do Corvo, que pertencem ao património natural da ilha do Corvo, que pertencem ao património cultural da ilha do Corvo, que fossem transferidos para a ilha do Corvo e que fosse criada a condição para que pudessem ser exibidos em condições dignas e em condições de poder preservar o seu valor cultural e natural. Pois, também essa proposta acaba de ser inviabilizada pela maioria do Partido Socialista.

E eu pergunto-me: o que é que pode motivar este tipo de atitudes, sempre de discriminação gritante em relação à ilha do Corvo?

Deputado João Vasco Costa (PS): Essa parte o senhor já falou há bocadinho!

O Orador: Eu considero que esta perseguição, esta discriminação...

Presidente: Sr. Deputado, está no âmbito da declaração de voto, não pode tecer esse tipo de considerações.

O Orador: Tem toda a razão, Sra. Presidente. Estava a exceder-me. E, portanto, vou redirecionar a minha declaração de voto.

Só para dizer que lamento muito que esta iniciativa não tenha sido viabilizada.

Quero agradecer a todas as outras forças políticas o apoio que prestaram a esta iniciativa e dizer que um dia, como vai acontecer em relação a todo o material etnográfico que foi recusado por parte do Governo, um dia estes exemplares empalhados do boi de raça anã da ilha do Corvo vão ser

transferidos para a ilha do Corvo, quando o Governo for outro, quando a maioria for outra.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições para declaração de voto, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Passamos agora ao ponto 13 da nossa agenda: **Proposta de Resolução n.º 16/XI – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2018”**, apresentado pela Mesa desta Assembleia.

A conta foi elaborada pelos serviços, como é habitual, nos termos da nossa orgânica. Seguiu toda a sua tramitação. O relatório elaborado pela CAPAT foi distribuído por todos.

Pergunto se há alguma inscrição. Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O ponto 14 já foi debatido anteriormente. Passamos agora ao ponto 15 da nossa agenda, que é o **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Sr. Deputado António Vasco Viveiros possa prestar depoimento na qualidade de testemunha.**

O relatório também foi distribuído por todos.

Pergunto se há alguma inscrição. Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de relatório foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos então agora ao ponto 16 da nossa agenda.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Considerando o nosso horário, interrompemos os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10h.

Eram 19 horas e 32 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão Rodrigues

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Independente

Maria da Graça Amaral da Silveira

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Luís Maurício Mendonça Santos

O Redator, André Silva